

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Dialogismo e responsividade
no discurso da SBPC:
Análise de editoriais da revista *Ciência Hoje*
na década de 1980

Luiz Rosalvo Costa

São Paulo
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Dialogismo e responsividade no discurso da SBPC: Análise de editoriais da revista *Ciência Hoje* na década de 1980

Luiz Rosalvo Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo

São Paulo
2009

COSTA, Luiz Rosalvo. **Dialogismo e Responsividade no Discurso da SBPC: Análise de Editoriais da Revista *Ciência Hoje* na Década de 1980.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

E-mail: luzrosalvo@uol.com.br; luz.rosalvo.costa@usp.br

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Resumo

COSTA, Luiz Rosalvo. **Dialogismo e Responsividade no Discurso da SBPC: Análise de Editoriais da Revista *Ciência Hoje* na Década de 1980.** 2009. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.

A presente pesquisa busca identificar, a partir de noções formuladas pelo Círculo de Bakhtin (como *dialogismo, responsividade, esfera, gênero, enunciado* etc), mecanismos e processos pelos quais o discurso da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) materializado nos editoriais da revista *Ciência Hoje* se constitui (dialógica e responsivamente) pela interação com outros discursos em circulação no contexto em que ela é criada e produzida. Focalizando os editoriais na qualidade de *enunciados* e, portanto, como unidades da comunicação discursiva em que se dá o encontro entre a língua e a realidade histórico-social, o trabalho explora a hipótese de que a revista, criada no início dos anos 80 em um contexto discursivo marcado por intensa politização, corresponde a um ato responsivo por meio do qual a SBPC procura afirmar sua posição diante das questões em pauta no grande diálogo travado na sociedade brasileira. Nessas condições, os editoriais refletem e refratam as mais importantes posições ideológico-discursivas em interação e disputa no panorama discursivo do país, as quais, sob diferentes acentos apreciativos, vão se incorporar aos elementos que compõem a arquitetura desses editoriais. Entre as principais posições refletidas e refratadas no território desses editoriais estão aquelas que se manifestam nos discursos da *democratização* e da *cidadania*.

Palavras-chave: Discurso. Linguística. Dialogismo. Responsividade. Contexto. Círculo de Bakhtin.

Abstract

COSTA, Luiz Rosalvo. **Dialogism and Answerability in SBPC's Speech: Study of Editorials of *Ciência Hoje* Magazine in the 1980's**. 2009. XXX f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.

This research intends to identify, using notions formulated by the Bakhtin Circle (such as *dialogism, answerability, sphere, genre, utterance* etc), mechanisms and processes through which the speech of the SBPC-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Brazilian Society for the Progress of Science), materialized in editorials of the *Ciência Hoje* magazine, is constituted (dialogically and responsively) by the interaction with other speeches in circulation in the context where it is created and produced. Focusing on editorials in its condition of utterances and, therefore, as units of the discursive communication in which occurs the encounter between language and social reality, this study explores the hypothesis that the magazine, created at the beginning of 80's in a discursive context marked by intense politicalization, corresponds to a responsive act by which SBPC attempts to affirm its position on the issues in discussion in the great dialogue in Brazilian society, reflecting and refracting, in its utterances, the most important ideological-discursive positions in interaction and dispute in the discursive panorama of the country, which, under different appreciative accents, will integrate the elements that compose the architecture of the magazine editorials. Among the main positions reflected and refracted in the territory of these editorials are those revealed in the speeches of *democratization* and *citizenship*.

Keywords: Speech. Linguistics. Dialogism. Answerability. Context. Bakhtin Circle.

AGRADECIMENTOS

À professora Sheila Vieira de Camargo Grillo, pela orientação firme e generosa;

Às professoras Rosana de Lima Soares e Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, pela análise criteriosa e pelas valiosas contribuições no exame de qualificação;

Ao CPV – Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, em especial à Luíza M. G. Peixoto, por facilitar, em tempos tão difíceis, o acesso ao acervo.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	08
INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO DISCURSIVO NO SURGIMENTO DA REVISTA <i>CIÊNCIA HOJE</i>.....	16
1.1 O POVO COMO OBJETO	16
1.2 O POVO COMO SUJEITO.....	22
1.3 DO COTIDIANO PARA OS SISTEMAS IDEOLÓGICOS CONSTITUÍDOS	31
CAPÍTULO 2 – A CRIAÇÃO DA REVISTA NUMA PERSPECTIVA DIALÓGICA E RESPONSIVA.....	38
2.1 ENUNCIADO, GÊNERO E ESFERA.....	38
2.2 DIALOGISMO E RESPONSABILIDADE.....	41
2.3 A SBPC NO CONTEXTO DISCURSIVO DA DÉCADA DE 80.....	44
2.4 <i>CIÊNCIA HOJE</i> E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA.....	48
CAPÍTULO 3 – GÊNERO, POLITIZAÇÃO E PARCEIROS DA COMUNICAÇÃO NO DISCURSO DE <i>CIÊNCIA HOJE</i>.....	68
3.1 A CATEGORIA <i>GÊNERO</i> E O LUGAR DO EDITORIAL NO DISCURSO DA REVISTA.....	69
3.2 POLITIZAÇÃO, RETORIZAÇÃO E POSIÇÕES IDEOLÓGICAS NO DISCURSO DE <i>CIÊNCIA HOJE</i>	75
3.3 SUJEITO E DESTINATÁRIO NOS EDITORIAIS DA REVISTA.....	81
CAPÍTULO 4 – RELAÇÕES DIALÓGICAS NOS EDITORIAIS DOS ANOS 80.....	86
4.1 EDITORIAL Nº 1 – JUL/AGO 1982.....	89
4.2 EDITORIAL Nº 3 – NOV/DEZ 1982	98
4.3 EDITORIAL Nº 4 – JAN/FEV 1983	106
4.4 EDITORIAL Nº 11 – MAR/ABR 1984	110
4.5 EDITORIAL Nº 28 – JAN/FEV 1987.....	116
4.6 EDITORIAL Nº 58 – OUT 1989.....	122
4.7 EDITORIAL Nº 60 – DEZ 1989.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137
ANEXOS.....	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

CH – Ciência Hoje

CUT – Central Única dos Trabalhadores

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado a seguir focaliza o discurso da SBPC materializado em enunciados da revista *Ciência Hoje*. Com base na teoria dialógica do Círculo de Bakhtin, são examinados alguns editoriais da revista na década de 1980, com a intenção de analisar tal discurso a partir das *relações dialógicas* estabelecidas com outros discursos presentes no panorama ideológico-discursivo da sociedade brasileira no período, em especial aqueles que têm como objeto de sentido a questão da democratização e da construção da cidadania no país. Com isso em mira, o estudo propõe-se buscar respostas para as seguintes questões:

a) de que forma se manifestam o *dialogismo* e a *responsividade* inscritos no discurso da revista e, em particular, nos seus editoriais?

b) como podem ser identificados e descritos os principais discursos com os quais *Ciência Hoje* estabelece *relações dialógicas*?

c) por meio de que procedimentos, mecanismos e processos o discurso do outro, ou dos outros, é incorporado à arquitetura dos editoriais da revista?

Tendo em vista esses objetivos e apoiado sobretudo nos conceitos de *dialogismo* e *responsividade*, o trabalho, concebido no âmbito do projeto de pesquisa *O funcionamento de formas do português em gêneros de transmissão de saberes*, da área de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH/USP, coordenado pela professora Sheila Vieira de Camargo Grillo, procura somar-se ao esforço de contribuir para o estudo da divulgação científica e dos gêneros discursivos a ela associados, bem como para a produção de conhecimento sobre a atuação da mais importante sociedade científica brasileira em um dos períodos mais decisivos da história recente do país.

O pressuposto que norteia o estudo é o de que o *enunciado* concreto em que um discurso se manifesta não se reduz a uma construção linguística por meio da qual um determinado emissor comunica a um receptor o seu pensamento sobre um determinado objeto, mas representa, em vez disso, um evento sócio-historicamente situado, para cuja construção são mobilizados simultaneamente e em íntima articulação saberes e recursos linguísticos e extralinguísticos. Entre outras coisas, isso significa que o *sujeito do discurso*, ao produzir um enunciado, não o faz desde um ponto zero qualquer, mas integra, no âmbito de uma dada *esfera* de atividade, uma cadeia de comunicação verbal a cujas demandas, condicionamentos e coerções o seu enunciado necessariamente tem de se reportar. Daí o enunciado ser inerentemente *dialógico* (produzido a partir da interação com outros enunciados) e *responsivo* (organizado como resposta a enunciados anteriores e virtualmente posteriores), de tal sorte que, ao dirigir o seu enunciado a um *destinatário*, o sujeito do discurso não apenas participa de um processo de interação verbal em que entabula um pequeno diálogo com o(s) seu(s) interlocutor(es) imediato(s), mas também assume, a partir do lugar discursivo em que se encontra, uma posição diante do grande diálogo que se trava no macrocosmo social. Nesse diálogo, o enunciado estabelece seus nexos com a história, obedecendo a (e/ou dialogando com) um conjunto de coerções entre as quais se encontram aquelas próprias da esfera em que é produzido e do *gênero discursivo* ao qual pertence.

A pesquisa está, pois, assentada sobre o juízo de que o discurso (e, mais exatamente, o enunciado em que ele se concretiza) é a instância em que se encontram a língua e a realidade histórico-social. Nesse sentido, seu recorte e seu enfoque tentam explorar possibilidades abertas por aquele que talvez seja o mais profícuo aporte teórico do Círculo de Bakhtin: a compreensão da linguagem como fenômeno eminentemente social. Com esta proposição e as implicações (das mais simples às mais radicais) dela decorrentes, o Círculo ressitua os estudos da linguagem, posicionando-os no campo dos que se debruçam também sobre a sociedade e

contribuindo, com isso, para liberá-los da camisa-de-força imposta pelos paradigmas intelectuais que insistem em ver a linguagem exclusivamente como estrutura independente, relevante como objeto de estudo apenas nas suas relações internas, consideradas, nesse prisma, a sua verdadeira razão de ser. Com o desenvolvimento da concepção dialógica, o Círculo mostra que a linguagem, como a vida, é necessariamente interacional, construindo e ao mesmo tempo sendo construída por sujeitos em processo de interação social.

É também nessa esteira que se põem em xeque as formas convencionais de tratamento da antinomia subjetividade/alteridade, diante da qual nosso pensamento, tão atavicamente afeito ao conforto das dualidades, ora se curva à centralidade do sujeito, ora ao primado do outro. Construído, como mostra Sheila Grillo (2006), na interlocução com as duas mais influentes correntes de pensamento (o subjetivismo individualista e o objetivismo abstrato) que polarizavam o ambiente intelectual de sua época, o pensamento de Bakhtin e seu círculo desde cedo pareceu refratário a esse tipo de solução teórica, preferindo ao dicotômico o múltiplo e o heterogêneo. Desta forma, tanto o sujeito como o outro têm, na teoria do Círculo, importância fundamental. Se não há aqui um sujeito solipsista, senhor absoluto do seu próprio enunciado, infenso às influências do mundo, também não há nada parecido com um assujeitamento do sujeito, convertido em mero canal por onde escoam os discursos dos outros, mero porta-voz da palavra alheia. O que há é um sujeito historicamente situado que, imbuído de determinado querer-dizer, constrói seus enunciados a partir da sua relação com o outro, incorporando (consciente e/ou inconscientemente, voluntária e/ou involuntariamente) a alteridade à arquitetura do seu discurso, ainda que as marcas dessa alteridade não se evidenciem na superfície linguística dos enunciados. Para esta teoria, o discurso é ao mesmo tempo produto e ingrediente de relações sociais, e, por consequência, ponto de encontro, de reflexo e de refração de diferentes posições ideológicas que dialogam no seu território. Por isso, além de parte integrante do pequeno diálogo que se realiza entre dois ou mais

interlocutores imediatos, o enunciado concreto é também expressão do grande diálogo que se trava na realidade social, palco de disputas e acordos, fórum em que se exprimem convergências e divergências e em que se deparam pequenas e grandes questões em debate na sociedade.

Trabalhando no caminho proposto por esta visão de linguagem, a presente pesquisa é conduzida pelo postulado de que o discurso da revista *Ciência Hoje* se constitui dialogicamente em um contexto (cujas linhas principais são definidas durante a segunda metade da década de 70 e anos iniciais da década de 80) no interior do qual estão se travando decisivos embates discursivos a respeito do destino político, econômico e social do país, bem como acerca do lugar reservado ao povo nesse destino. Matrizes discursivas autoritárias, identificadas predominantemente com forças políticas (cuja expressão máxima é a própria ditadura militar) para as quais a sociedade é pensada como *objeto* da ação de outros sujeitos, disputam o universo discursivo com outras matrizes que, embora divergentes, têm em comum a contraposição à ditadura, em um leque que compreende desde a defesa da “redemocratização”¹ (entendida como reabertura de canais institucionais de manifestação dos diferentes atores sociais e reconstrução de um Estado de Direito em que sejam assegurados à população o exercício de liberdades fundamentais e o atendimento a necessidades e direitos básicos) até o projeto de ruptura revolucionária do sistema estabelecido rumo ao socialismo, passando, também, pelas propostas de transformação comprometidas com a reorganização da sociedade de baixo para cima, sob a égide da democracia de base, do controle direto e da ação direta do povo.

Lançada na 34ª reunião anual da SBPC-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Campinas/SP, em julho de 1982 (portanto, em pleno desenrolar desses

¹ As aspas têm aqui o propósito de assinalar que, no contexto em exame, *redemocratização* é um signo sob polêmica, visto que, propondo restabelecer a democracia (pressupondo, portanto, a existência dela anteriormente), o termo produz o apagamento das vozes para as quais a profusão de golpes e contragolpes na história política do país seria uma demonstração de que nunca existiu, de fato, uma real democracia, razão pela qual o correto seria falar, nesse momento, quando muito, em *democratização*.

embates discursivos), *Ciência Hoje* é interpretada neste trabalho como expressão de um ato dialógico por meio do qual a SBPC, articulando determinações da sua própria história com as injunções da realidade histórico-social, busca afirmar ante o grande diálogo travado na sociedade brasileira no período uma posição concernente tanto à divulgação da produção científica no país, quanto às relações da ciência e dos cientistas com o *cidadão comum* e a população *em geral*, refletindo e refratando, nesse processo, as mais importantes posições ideológicas em interação e disputa no panorama discursivo do país, as quais, sob diferentes acentos apreciativos, vão se incorporar de diversas formas a elementos de composição da revista e de seus enunciados.

A escolha de editoriais para compor o *corpus* da pesquisa deve-se ao entendimento de que é justamente nesse gênero (entre todos os manuseados na revista) que encontra terreno propício para manifestação o intuito discursivo da SBPC de, participando ativamente do debate em que se discutem os rumos econômicos, políticos e sociais do Brasil, apresentar ao assentimento do *público em geral*, suas teses a respeito da importância da ciência e dos cientistas no desenvolvimento do país. Em vista desse intuito discursivo, os editoriais de *Ciência Hoje* assumem, especialmente nos seus primeiros anos, um importante papel de interlocução, constituindo-se em ponto de intersecção de diferentes esferas de atividade e de interação verbal: jornalística, científica, política, educacional etc. Por isto, é sobretudo neles que, graças a determinadas particularidades do gênero, podem se observar com alguma nitidez certos nexos entre o discurso da SBPC e a realidade histórico-social.

A hipótese explorada aqui é a de que, ao longo dos anos 80, esses nexos são produzidos a partir de dois impulsos organizadores básicos: em primeiro lugar, a *politização*, cujo cerne é a ideia, socialmente valorizada e muito disseminada naquele momento, de que a reorganização do país passa necessariamente pela redefinição das relações Estado-Sociedade e dos processos políticos de decisão; e, em segundo lugar, a *retorização*, representada pelo

uso intensivo, no discurso da revista, de procedimentos argumentativos cujo horizonte é a persuasão dos destinatários e a sua conseqüente adesão às teses em cuja defesa a SBPC se posiciona.

É sob a ação catalisadora desses dois impulsos que, na década de 80, os editoriais de *Ciência Hoje* voltam-se preferencialmente para determinados objetos do dizer (entre os quais podem ser destacados *a democratização, a cidadania, a nação, a ciência e os cientistas*) não somente para falar deles mas também para falar sobre outros discursos que falam sobre eles, configurando o que Bakhtin (2008 [1963])² chama de *relações dialógicas*.

Assim, o estudo dedica-se ao exame do *corpus* atentando para a presença de mecanismos e procedimentos composicionais orientados para essas relações, buscando identificar processos de construção dos enunciados por meio dos quais a SBPC incorpora ao seu discurso outros discursos dirigidos para os mesmos objetos de sentido.

No que diz respeito ao recorte temporal, importa esclarecer que o intento inicial da pesquisa era examinar os editoriais em três etapas (anos 1980, anos 1990 e anos 2000), postulando que a existência de traços peculiares a cada uma dessas faixas de período permitiria tratá-las, para fins analíticos, como momentos histórico-sociais (e, por extensão, discursivos) específicos, que se refletiriam e se refratariam de forma também específica nos enunciados da revista. Com essa finalidade, foram preliminarmente examinados todos os editoriais produzidos durante a existência da revista, mas, ao longo do trabalho, a análise detida do material e a sistematização de resultados revelaram-se incompatíveis com os limites de uma dissertação de mestrado. Por esta razão, o estudo aqui apresentado concentrou-se nos anos de 1980, selecionando, nessa década, um total de catorze editoriais produzidos em momentos-chave do período, nos quais o discurso da revista, por conta de determinações e condicionamentos que a pesquisa tenta mostrar, assume uma politização mais acentuada.

² No caso do Círculo de Bakhtin, adoto, ao longo do trabalho, a notação de referência bibliográfica em que se indica entre colchetes, após o ano de edição, o ano de produção e/ou reelaboração do texto, a fim de assinalar o seu lugar no percurso da obra.

Entre esses catorze (Anexo 2), citados em vários pontos da dissertação, são analisados de modo pormenorizado 7 deles, conforme indicação abaixo:

- 1982, 1983 e 1984 – editoriais números 1, 3, 4 e 11. Trata-se da fase de afirmação do projeto da revista, coincidindo com um momento histórico ainda marcado por intensos debates e movimentações políticas na sociedade, o que, no plano político-institucional, expressa-se em parte por mobilizações em torno das eleições para governadores em 1982 e pela campanha das Diretas-Já, em 1984.
- 1987, 1988 e 1989 – editoriais números 28, 58 e 60. Trata-se do período em que, arrefecido o ímpeto movimentalista dos anos anteriores, reflete-se e refrata-se no discurso da revista o processo de institucionalização verificado na vida política do país, em que se destacam a Constituinte, a Constituição e as eleições presidenciais de 1989.

Frente aos propósitos pretendidos, a análise faz o seguinte percurso: no primeiro capítulo, são reconstituídas as linhas predominantes do contexto discursivo em que surge a revista, a fim de posicionar a análise já no interior da atmosfera discursiva do momento. No segundo capítulo são discutidos alguns conceitos básicos da teoria do Círculo de Bakhtin, relacionando-os com a criação da revista *Ciência Hoje* e a atividade de divulgação científica. No terceiro, discute-se o gênero *editorial* e sua importância estratégica no discurso de *Ciência Hoje*. No quarto, é feita a análise detida dos editoriais selecionados e, ao final, é apresentada uma síntese do trabalho, a título de conclusão.

CAPÍTULO 1

CONTEXTO DISCURSIVO NO SURGIMENTO DA REVISTA *CIÊNCIA HOJE*

Uma vez adotado o pressuposto de que os sentidos dos enunciados se constituem dialógica e responsivamente em interação com outros enunciados (reais ou virtuais) na cadeia de comunicação da sociedade, este capítulo dedica-se à reconstituição das linhas principais do contexto discursivo em que surge a revista *Ciência Hoje*, visando possibilitar a compreensão de seus editoriais a partir das relações dialógicas estabelecidas com outros enunciados em circulação. Para isto, remonta a meados da década de 1970, quando estão se definindo no Brasil matrizes discursivas que, constituídas e/ou reconstituídas no confronto com matrizes discursivas de viés autoritário, vão compor os traços predominantes do panorama discursivo brasileiro, condicionando, durante boa parte dos anos subsequentes, a produção discursiva nas mais variadas esferas e nos mais variados gêneros.

1.1 O POVO COMO OBJETO

Na base desse processo³, cujo ponto alto situa-se na virada dos anos 70 para os anos 80, está a questão (permanentemente posta e repostada na nossa história política e cultural desde, pelo menos, a Independência e o Romantismo) sobre o caráter do povo brasileiro e seu estatuto político. Ou, em outros termos, sobre o papel e o lugar do povo na vida social e

³ Para essa reconstrução recorri a vários trabalhos, entre os quais destaco os de Eder Sader (1988), Ana Maria Doimo (1995), Evelina Dagnino (1994), Vera da Silva Telles (1984), Ruth Cardoso (1994), Francisco Weffort (1984), Vinícius Caldeira Brant/Paul Singer (1983) e Lúcio Kowarick (1979). Desnecessário dizer que eventuais falhas de análise e interpretação são de minha inteira responsabilidade.

política brasileira. Recorrente na nossa história, o debate se dá agora sob novas condições, em que desempenha papel fundamental a vigência da ditadura militar, cuja razão de ser reside justamente numa resposta muito determinada a esta questão. Para a ditadura, fundada numa concepção tutelar do poder, o povo é, por definição, *objeto* de decisões que lhe são superiores e exteriores. Deve ser, portanto, dirigido, administrado. Deixado a si mesmo, o povo não tem capacidade nem discernimento para decidir o que é melhor e o que é pior para o seu próprio destino e pode, inclusive, ser vítima da ação mal intencionada de aproveitadores que, valendo-se da sua inocência e da sua ignorância, podem levá-lo a aventuras equivocadas e inconsequentes. Nessa concepção, o povo não tem voz ativa na *polis*. Não tem, portanto, existência política. Seu lugar, no discurso da ditadura, é o espaço monitorado do trabalho, no interior da empresa, ou o espaço privado, no interior da casa. Na rua, o povo só é admitido no trânsito de um espaço a outro, ou, então, no terreno delimitado das celebrações oficiais e solenidades em que se cultuam a Pátria e seus heróis, ou, sob forte vigilância, nas aglomerações catárticas, também delimitadas, do futebol e do carnaval. Fora disso, o povo na rua é sinônimo de anormalidade, desordem, tumulto, subversão.

No discurso da ditadura é inequívoca esta visão. Veja-se o trecho de um telegrama enviado em 1977 pelo então ministro da Justiça do governo Geisel, Armando Falcão, a todos os governadores do país, determinando a proibição de manifestações coletivas:

Tenho a honra de comunicar a v. exa. que o governo federal está vivamente empenhado em ver mantida, de modo integral, a *ordem pública* em todo o território brasileiro, não se podendo permitir a pretexto algum, que seja *perturbada a vida normal das populações*. A continuidade do intenso e coordenado esforço da Nação, inspirado nos princípios permanentes da Revolução de março, exige *paz e estabilidade*, que não se admitirá romper pela *ação extremista de quem procure prejudicar a atividade dos cidadãos voltados para o trabalho pacífico e construtivo*.

[...] adote todas as providências necessárias no sentido de *impedir manifestações coletivas* que comprometam a *normalidade imprescindível* à preservação do processo de desenvolvimento do Brasil. *Passeatas, concentrações de protesto em logradouros públicos*, assim como *outras demonstrações contestatórias*, são *distúrbios de fundo e fim subversivos*, não podendo, em consequência, ser tolerados (FSP, 10/05/1977 – grifos meus).

São, pois, corriqueiros nesse período os enunciados em que se afirmam o caráter apolítico e pacífico do povo e a ideia de que manifestações são métodos de ação típicos de desordeiros e subversivos. E mesmo quando o objeto de sentido é a distensão do regime (como nos enunciados sobre a chamada abertura política), o lugar destinado ao povo não é dos mais nobres. É o que se verifica, por exemplo, na fala do general João Batista Figueiredo, por ocasião de sua posse na presidência da República, em 1979, ao declarar: “Reafirmo: é meu propósito inabalável [...] *fazer deste País* uma democracia” (FSP, 16/03/1979 – grifo meu). Ou, com ênfase ainda maior, em outras célebres frases suas: “Hei de fazer deste país uma democracia, queiram ou não queiram” e “É pra abrir mesmo e quem quiser que não abra eu prendo e arrebento.” Lidas numa chave bakhtiniana, as frases mostram como a noção de *dialogismo* pode implicar tanto concordância quanto divergência, e como diferentes e até opostas posições ideológicas podem se defrontar na superfície de um mesmo enunciado, já que o discurso do general é ocupado simultaneamente por duas vozes antagônicas que se voltam para o objeto do dizer *democracia*: enquanto uma parece exaltá-la, propondo sua construção como um objetivo “inabalável”, a outra imediatamente a submete, apresentando-a como possível produto da vontade de um sujeito autoritário que se lhe sobrepõe, subjugando, assim, as posições ideológico-discursivas para as quais o fundamento da democracia é justamente a soberania da vontade popular.

Não se julgue a partir dos exemplos citados, porém, que o discurso autoritário, nessa época, emane apenas dos agentes da ditadura. Ao contrário, trata-se de uma matriz discursiva que reforça e ao mesmo tempo se ampara em um autoritarismo social fortemente enraizado na cultura brasileira, erigido sobre a crença, quase sempre escamoteada ou camuflada, segundo a qual a sociedade é composta por grupos não apenas desiguais mas hierarquicamente dispostos em uma ordem dividida entre os inferiores, a quem cabem as funções sociais subalternas, a obediência, o trabalho e o cumprimento das leis, e os superiores, a quem cabe decidir os

destinos da Nação, ditar as leis e, mais importante, situar-se acima delas. É o que Millor Fernandes expressou no dito: “todos são iguais mas alguns são mais iguais que outros.” Apoiado “predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos *lugares* na sociedade” (DAGNINO, 1994, p. 104 – grifo da autora)⁴. Trata-se de um autoritarismo que se manifesta discursivamente tanto no âmbito dos sistemas ideológicos constituídos (a política, a moral, o direito etc.) quanto no que o Círculo de Bakhtin chama de a ideologia do cotidiano. No primeiro caso, ele pode ser flagrado, no período em questão, até mesmo em alguns enunciados que, em nome da liberdade, contrapõem-se abertamente à ditadura, como, por exemplo, a *Carta aos brasileiros*, divulgada em 1977 por Goffredo Telles Júnior e assinada por outras figuras “ilustres”, principalmente da esfera jurídica.

Carta aos Brasileiros

Das Arcadas do Largo de São Francisco, do “Território Livre” da Academia de Direito de São Paulo, dirigimos a todos os brasileiros esta Mensagem de Aniversário, que é a Proclamação de Princípios de nossas convicções políticas.

Na qualidade de herdeiros do patrimônio recebido de nossos maiores, ao ensejo do Sesquicentenário dos Cursos Jurídicos no Brasil, queremos dar o testemunho, para as gerações futuras, de que os ideais do Estado de Direito, apesar da conjuntura da hora presente, vivem e atuam, hoje como ontem, no espírito vigilante da nacionalidade.

Queremos dizer, sobretudo aos moços, que *nós aqui estamos e aqui permanecemos, decididos, como sempre*, a lutar pelos Direitos Humanos, contra a opressão de todas as ditaduras.

⁴ Os estudos sobre as especificidades do caráter autoritário da sociedade brasileira são abundantes. Entre aqueles que serviram de referência mais imediata na realização deste trabalho, ressalto os de Roberto Schwarz (1992), Sérgio Buarque de Holanda (1984) e Marilena Chauí (1982) e (1994), de quem destaco um trecho: “É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relações de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas e permeia a cultura e as relações interpessoais). Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores (...) Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural. (...) É uma sociedade na qual as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres. (...) Situação que marca profundamente a vida intelectual e artística, os intelectuais – na maioria, oriundos das classes médias urbanas – oscilando entre a posição de Ilustrados (definindo para si próprios o “direito ao uso público da razão”, isto é, a opinião pública) e de Vanguarda Revolucionária (definindo para si próprios o papel de educadores da classe trabalhadora), mas sempre fascinados pelo poder – identificado ao Estado – e pela tutela estatal, reduzindo-se a “funcionários do universal”, para usarmos a expressão de Hegel (isto é, à burocracia, como lembra Marx), embora desejassem a posição de funcionários da “Razão na História” (1994, pp. 54-55).

Nossa fidelidade de hoje aos princípios basilares da Democracia é a mesma que sempre existiu à sombra das Arcadas: *fidelidade indefectível e operante, que escreveu as Páginas da Liberdade, na História do Brasil.*

Estamos certos de que esta Carta exprime o pensamento comum de nossa imensa e poderosa Família – da Família formada, durante um século e meio, na Academia do Largo de São Francisco, na Faculdade de Direito de Olinda e Recife, e nas outras grandes Faculdades de Direito do Brasil – *Família indestrutível, espalhada por todos os rincões da Pátria, e da qual já saíram, na vigência de Constituições democráticas, dezessete Presidentes da República [...]*⁵

Também aqui, uma passada de olhos orientada pela perspectiva dialógica não pode deixar de notar como um enunciado construído para ser uma defesa apaixonada da liberdade e da democracia é habitado também por uma visão elitizante da política, expressa, logo de início, pelo tom de solenidade com que se apresenta o lugar discursivo de onde fala o sujeito, conferindo às *Arcadas* (com maiúscula) um estatuto quase mítico, olímpico, num efeito que se reforça depois pela referência à *Academia*, palavra que remete a um grupo seletivo e especial de pessoas, evocando na memória discursiva do auditório não apenas a tradição do lugar de onde se fala mas também a sua inscrição em uma genealogia ainda mais poderosa, cujas origens (as academias dos filósofos gregos) situam-se na mais alta civilização da antiguidade, berço da cultura ocidental. Para não deixar dúvidas, a oração que inicia o segundo parágrafo dá um salto de intensidade na caracterização que o sujeito faz de si mesmo, proclamando a nobreza da estirpe a que pertence e em nome da qual ele fala. Marcas linguísticas ao longo do trecho vão confirmando um *ethos*⁶ discursivo elevado, compondo um sujeito convicto, vigilante, decidido, perseverante, inimigo das ditaduras e defensor da liberdade. Em suma, um sujeito heroico cuja fidelidade aos princípios da Democracia escreveu as Páginas da Liberdade na História do Brasil (as maiúsculas garantindo o tom grandiloquente, o *status* diferenciado do sujeito e a magnitude dos seus feitos). Para finalizar o trecho, a confirmação

⁵ Trecho extraído do texto integral disponível no site www.goffredotellesjr.com.br, acessado em dezembro de 2007. Os grifos são meus.

⁶ A noção de *ethos* é usada aqui no sentido que lhe atribuem Aristóteles e, de modo geral, as teorias da argumentação contemporâneas que se inspiram na retórica aristotélica. Remete, pois, ao caráter do orador, isto é, à imagem que ele produz de si mesmo, com o fim de angariar credibilidade e garantir a confiança do auditório a que se dirige. A utilização neste trabalho de categorias emprestadas à retórica justifica-se plenamente na medida em que uma das marcas discursivas do período em foco na pesquisa, segundo se postula aqui, é justamente a retorização. Ver, entre outros, Aristóteles (1990), Perelman/Olbrechts-Tyteca (1996), Perelman (1993) e Meyer (2007).

da qualidade distintiva, especial, deste sujeito que se eleva acima da massa à qual ele se dirige. De sua linhagem saíram nada menos que dezessete presidentes da República.

Sem embargo do valor dos signatários do documento e da importância que possam ter tido na contestação à ditadura militar, a imagem de povo que se produz a partir de tal enunciado é, como em tantos outros, a de uma massa de espectadores que assiste passivamente aos grandes embates da história, construída pelos grandes heróis e suas ações espetaculares.

Se no âmbito dos sistemas ideológicos constituídos é possível se deparar com manifestações como esta, no nível da ideologia do cotidiano é a esse autoritarismo inscrito na cultura brasileira que se pode creditar a reprodução da mentalidade hierarquizante e discriminadora que nos diálogos das ruas e bares e nas conversas do dia-a-dia é encontrável, naquele período como ainda hoje, sob a forma de vocativos como *doutor*, *patrão*, *chefia*, nos chavões e frases feitas como “preto quando não faz na entrada faz na saída”, “brasileiro não sabe votar”, “mulher só sabe pilotar fogão”, “pobre tem que se pôr no seu lugar”, “só milico pra dar jeito neste país” e “lugar de nordestino é no nordeste.” É também a ele que devemos o famoso e ainda hoje presente e forte “você sabe com quem está falando?”⁷, assim como construções do tipo “subir pelo elevador *social*”, “toda *a sociedade* carioca esteve na festa”, ou “o evento contou com a presença de *personalidades*”, em que a construção do referente nas palavras grifadas se dá por um curioso mecanismo de exclusão, já que não é qualquer um que sobe pelo elevador *social*, assim como não é qualquer um que faz parte da *sociedade* carioca ou que pode ser considerado *personalidade*. Diga-se ainda, por fim, que não faz mal a esse autoritarismo a operação ideológica que converte o que poderia ser visto como índice da incapacidade de reação e da despolitização do povo em objeto de glorificação e de auto-

⁷ Ver, a este respeito, Da Matta (1983).

estima, conforme se vê em lugares-comuns do tipo “brasileiro é um povo pacífico”, “brasileiro não gosta de conflito” e “brasileiro é um povo cordial”⁸.

1.2 O POVO COMO SUJEITO

O dado qualitativamente novo que, a partir de meados da década de 70, vai abalar a hegemonia dessas matrizes discursivas autoritárias e contribuir para o fortalecimento de matrizes discursivas a elas contrapostas é a emergência (poder-se-ia dizer: *a explosão*) de atores e movimentos cujas ações e discursos vão propor respostas diferentes à questão do papel do povo na sociedade e na política.⁹ As vertentes mais expressivas dessa movimentação são bastante conhecidas. Primeiro, o movimento popular nas suas diferentes manifestações (clubes de mães, movimento de saúde, movimento de moradia, movimento de transporte, movimento do custo de vida, movimento dos desempregados etc), responsável por grande parte das mobilizações urbanas realizadas na década de 70. Em segundo lugar, o movimento sindical (em especial algumas oposições sindicais, como a metalúrgica de São Paulo, e os metalúrgicos do ABC) que, na virada dos anos 70 para os 80, assume o centro das atenções com grandes assembleias, greves e manifestações. Em terceiro lugar, os chamados novos

⁸ Convém lembrar aqui, seguindo a linha proposta por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1984), que *cordial* provém de *cor, corde, corderm* (coração). Desta forma, o homem cordial é aquele que se move pelo coração, tanto para o bem quanto para o mal, o que significa, diferentemente do que o senso comum consagrou, que a inimizade e a violência podem ser tão cordiais quanto a amizade e a amabilidade.

⁹ Não é escopo deste trabalho discutir os nexos (que evidentemente existem) entre a realidade ideológico-discursiva e o mundo da produção, com os correspondentes interesses e forças econômicas em jogo. Remeto os interessados a alguns estudos que, nos quadros desta pesquisa, podem servir de introdução a esta discussão: Lucio Kowarick (1979), Eder Sader (1988) e Candido Camargo et al. (1976). De outro lado, é preciso ter em conta que a constituição do panorama discursivo no país não é fruto apenas de determinações internas à sociedade brasileira, mas resulta também da interação com determinações do panorama ideológico-discursivo internacional. Dados, porém, os limites e propósitos da pesquisa, assim como a prescindibilidade dessa discussão para o entendimento da linha de raciocínio desenvolvida, a análise dessas conexões não será feita nesta dissertação.

movimentos sociais (ambientalistas, homossexuais, mulheres, negros etc), que marcarão maior presença ao longo dos anos 80 e 90. Depois, as ONGs, que também ganham visibilidade sobretudo na década de 90, embora sejam gestadas (e, muitas delas, criadas) nos anos anteriores. Engrossam essa onda algumas organizações, partidos e figuras públicas engajadas em ações institucionais em defesa da democratização do país, como, por exemplo, a OAB, a ABI e a própria SBPC, cujas reuniões anuais vão aos poucos se transformando em grandes fóruns de discussão não apenas das questões de interesse da comunidade científica mas também das grandes questões nacionais em pauta na conjuntura política e econômica¹⁰. De grande importância também é a atuação da Igreja Católica, com forte presença no movimento popular e no movimento sindical, fornecendo, além de apoio material e logístico e, muitas vezes, abrigo institucional, linhas discursivas que estão na origem de muitas das ideias que vão ganhar força nesse período, como, por exemplo, as de *comunidade*, *solidariedade* e *fraternidade*, entre outras.

Propondo-se, na contramão das linhas ideológicas dominantes, como sujeitos e não mais como objeto, esses movimentos vão protagonizar práticas sociais e embates discursivos no bojo dos quais serão elaboradas e reelaboradas ideias, conceitos, padrões morais e referências ético-políticas fundamentais na configuração de um contexto ideológico-discursivo que vai ditar os parâmetros nos anos subsequentes, impregnando enunciados produzidos em diferentes esferas e em diferentes gêneros.

De imediato, convém destacar dois aspectos que, do ponto de vista discursivo, são de grande importância na dinâmica desses movimentos. O primeiro diz respeito ao fato de serem atravessados por uma dialética (ou um *diálogo*) entre duas tendências tão antagônicas quanto complementares: uma “radical” e basista (*expressivo-disruptiva*, na expressão de Ana Maria

¹⁰ Um dos marcos da importância da SBPC na discussão das questões fundamentais da sociedade brasileira no período é a grande movimentação em torno da reunião anual de 1977, quando a tentativa do governo militar de impedir a sua realização foi enfrentada por uma forte campanha graças à qual rapidamente se organizou “um movimento de solidariedade que permitiu mobilizar todos os recursos necessários e assegurar a realização do evento” (BRANT, 1983, p. 23). Ver também Fernandes (1990).

Doimo), caracterizada pela recusa da institucionalidade e pela afirmação da autonomia e da independência em relação ao Estado, e outra (*integrativo-corporativa*, segundo a mesma autora) voltada justamente para o Estado, reconhecendo nele o papel de provedor das demandas sociais e, enquanto tal, interlocutor necessário.

Na segunda metade dos anos 70, no auge do movimento popular, o que predomina discursivamente e dá o tom dos enunciados é a face disruptiva, cujos principais eixos são: a) uma forte descrença na esfera da política institucional e nos canais institucionais de atuação, o que se pode atribuir não apenas aos efeitos repressivos e politicamente desmobilizadores do regime militar então instalado no país, acostumado a fazer das instituições políticas nada mais que instrumentos de homologação de seus projetos, mas também a uma atitude crítica desses movimentos perante a tradição autoritária brasileira, na qual o povo sempre fora tratado como objeto; b) em estreita ligação com esta ideia, e em certa medida como resposta a ela, uma intensa valorização do povo como *sujeito da própria história*, como ator consciente e autônomo capaz de definir e construir pelas suas práticas o seu próprio destino. Nessa linha, os enunciados produzidos no âmbito desses movimentos vão refletir essa atitude voltada ao mesmo tempo contra a subordinação do povo nos tradicionais esquemas políticos (coronelistas-clientelistas, populistas, nacional-desenvolvimentistas ou ditatoriais) e contra a incorporação subalterna do povo nos projetos da esquerda tradicional, nos quais as lutas populares só adquiriam legitimidade na medida em que pudessem ser colocadas a serviço da luta da classe operária na sua inexorável caminhada rumo à derrubada do modo de produção capitalista. Alguns recortes de enunciados ilustram essa posição discursiva:

[...] o trabalho desenvolvido até agora pelo Movimento do Custo de Vida tem procurado seguir e respeitar as decisões do povo [...] e por isso *reprova a atitude de aproveitadores* que [...] procuram *interferir* [...] *manobrar o povo* [...] e *ocupar o espaço político* que o movimento popular conquistou (Movimento do Custo de Vida, São Paulo: 1978).

[...] manter os grupos independentes [...] *Denunciar* sempre as tentativas de *utilização, desmobilização e controle* dos trabalhos populares por parte do governo e dos grupos políticos (Movimento de Saúde, São Paulo: 1980).

[...] Debate com a participação do povo [...] Defendemos a liberdade de organização das populações *sem atrelamento ao Estado, Partidos e Instituições*; entretanto exigindo destes apoio e serviços sem concessões” (Movimento de Saúde, Marabá/PA: 1983).

[...] Com isso está havendo uma aproximação dos partidos na tentativa de *monopolizar*, e *aproveitar* da reunião [...] O movimento tem agido de forma positiva, garantindo sua *autonomia* (Movimento de Luta Contra o Desemprego, Curitiba/PR: 1985).¹¹

Devido ao predomínio dessa tendência, as noções de *novo* e de *povo* vão ser as duas grandes vedetes discursivas nessa fase de explosão dos movimentos¹². Sobretudo na segunda metade da década de 1970, são estes os dois principais emblemas em torno dos quais vão se aglutinar outras importantes ideias presentes na produção discursiva. Opondo-se às velhas práticas, aos velhos valores, à velha política, os movimentos vão propor, por meio das práticas do *povo*, a construção do *novo*. São, por isso, constantes em enunciados produzidos em certas esferas nessa época as referências a *novos sujeitos, novos movimentos, novos atores, novo jeito de fazer política, novas formas de organização, novo sindicalismo, nova sociedade, novo pacto social, novo modelo de desenvolvimento, novas lideranças*¹³, ou as alusões à *luta do povo, à união do povo, ao povo trabalhador, à organização do povo, ao sofrimento do povo, à caminhada do povo, à libertação do povo* etc¹⁴.

Impelidas por essa explosão de movimentos e pela novidade do povo no centro dos acontecimentos sociais e políticos, imprimem-se no panorama discursivo significativas transformações que vão deixar marcas em vários níveis da linguagem. No nível do universo lexical, por exemplo, certos substantivos, como *mobilização, organização, movimento, povo, decisão, reivindicação, direitos, solidariedade, união, comunidade*, ganham força no eixo

¹¹ Todos os exemplos foram extraídos de Doimo (1995). Os grifos são da autora.

¹² Destaco, neste ponto, as duas principais referências para a reconstituição desse momento histórico: a) o já mencionado livro de Ana Maria Doimo, *A vez e a voz do popular – movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1995, e b) o livro de Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Chamo a atenção para o fato de que, já nos títulos, estes livros apontam para essas duas noções nucleares (*novo* e *povo*) ao redor das quais, do ponto de vista discursivo, essa intensa movimentação, particularmente nos seus momentos iniciais, organiza-se.

¹³ Não por acaso, o período inaugurado com o fim da ditadura militar é batizado de *Nova República*.

¹⁴ Podem ser apontadas variantes lexicais para as duas ideias: *povo*, por exemplo, é comutável às vezes pela variante *trabalhador* ou *trabalhadores, os oprimidos, os dominados, as classes populares, a classe trabalhadora* etc. *Novo*, por sua vez, aparece às vezes representado por *diferente, alternativo* etc.

paradigmático da língua e passam a aparecer recorrentemente na composição de sintagmas também habituais, tornando comuns os enunciados defendendo o *movimento popular*, estimulando a *mobilização da sociedade*, sugerindo a *organização dos trabalhadores*, exigindo maior *participação política*, anunciando a emergência de *novos sujeitos*, reivindicando uma *democracia de base*, propugnando o respeito à *decisão soberana do povo*, incitando a *ação direta*, propondo *assembleias* e *conselhos populares*, proclamando a *autonomia da sociedade frente ao Estado*. A escolha dos verbos também é atingida por esse ímpeto, passando a favorecer aqueles em que se destaca o elemento ativo, às vezes, bélico: *atuar, definir, lutar, conquistar, defender, decidir, reivindicar, combater, avançar* etc. Refletindo a valorização do novo e da construção de novas práticas a partir das práticas já existentes, o prefixo *re-* parece tornar-se lugar-comum, com alta produtividade sobretudo em verbos, como *repensar, reorganizar, reconstruir, redefinir, reestruturar, redescobrir* etc. Também ligada à ideia do *novo*, há uma profusão de enunciados (na forma de *slogans*, palavras de ordem, lemas de campanhas etc.) falando em *mudança* e *transformação*: “Muda, Brasil!”, “O povo quer mudança”, “O país precisa mudar”, “As transformações que o povo exige” etc. O vocativo *companheiro(a)*, indissociável das noções de *solidariedade* e *fraternidade*, muito valorizadas nas comunidades eclesiais de base, atinge o auge da sua popularidade e, praticamente obrigatório nas rodas da militância, alcança também outras esferas da comunicação cotidiana¹⁵. A linguagem popular, até então estigmatizada como inculta e pobre, passa a ser vista de forma menos depreciativa e, tomada como expressão da dura experiência concreta vivida pelo povo, em alguns círculos (como na militância engajada

¹⁵ Não ignoro que a palavra *companheiro*, seja como vocativo, seja como componente de sintagmas em outras funções linguísticas, aparece também na militância de esquerda anterior a esse período, como é possível saber, entre outras coisas, pelo livro de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?* (1981). Registre-se, não obstante, que, durante os anos 70 e 80, o uso deste vocábulo, sobretudo na função de vocativo, deve muito de sua proeminência à importância que adquiriu no universo ideológico-discursivo da militância popular, dada a sua ressonância afetiva e informal, bastante compatível com as relações primárias do cotidiano tão valorizadas no interior dos movimentos. Para uma outra análise desta palavra na perspectiva do Círculo, ver Cereja (2005).

em projetos de alfabetização pelo método Paulo Freire) chega a receber apreciações positivas anteriormente inconcebíveis¹⁶.

É, nas palavras de Ana Maria Doimo, a vez e a voz do popular. O *povo* e o *novo* invadem os enunciados de várias esferas da atividade social. Milton Nascimento canta “os meninos e o povo no poder eu quero ver”, e “todo artista tem de ir aonde o povo está”; Chico Buarque anuncia que “vai passar nessa avenida um samba popular”; João Ubaldo publica *Viva o povo brasileiro*; Leon Hirszman filma *Eles não usam black-tie*, e assim por diante. Depois de um longo período de banimento, o povo volta, finalmente, ao centro dos acontecimentos, tornando-se um dos grandes paradigmas do universo cultural, político e social.

Constitui-se, desta forma, um ambiente discursivo no qual tendem a ganhar acento apreciativo positivo nos enunciados as coisas que são próprias do povo: a cultura do povo, a poesia popular, a sabedoria do povo, a medicina popular. Aos poucos, a vida do povo, suas formas de produzir conhecimento e solucionar problemas, sua sociabilidade, tradicionalmente vistas como signos do seu atraso e incapacidade, ganham valor positivo paradigmático. Produzem-se jornais populares, estimula-se a comunicação popular, valoriza-se o catolicismo popular, propõe-se a criação de universidades populares etc.

Em meio a essa atmosfera, vão se consolidando no universo discursivo polarizações em que do lado do povo são colocados os valores positivos: a solidariedade, o senso comunitário, a busca de liberdade, o desejo de autonomia, a generosidade. No outro pólo, os atores e os valores que lhe são contrários: a opressão, a desigualdade, a exploração, a dominação, a política manipuladora, clientelista e fisiológica predominante no país, a racionalidade tecnocrática, a truculência autoritária, a mentalidade hierarquizante e discriminadora. Nas palavras de Sader:

¹⁶ Neste ponto seria possível indagar em que medida se pode relacionar a esse contexto discursivo o prestígio acadêmico que anos depois começa a ganhar no Brasil a sociolinguística variacionista, ajudando a difundir a noção de *variante linguística* e, com ela, a ideia de que o jeito de falar do povo é tão legítimo quanto outro qualquer, consistindo em *preconceito linguístico* considerá-lo inferior ou errado. Ver Bagno (2000).

Nas representações que daí emergiram iria ressaltar um certo tipo de humanismo. Nelas se valorizavam as práticas concretas dos indivíduos e dos grupos em contraposição às estruturas impessoais, aos objetivos abstratos e às teorias preestabelecidas. Valorizavam-se também os atos de solidariedade através dos quais os indivíduos transcendiam a rotina vazia imperante na sociedade. E valorizava-se fundamentalmente uma sede de justiça que denunciava a situação social vigente. Em todos esses aspectos, as novas práticas discursivas atingiam a racionalidade tecnocrática e o individualismo burguês dos discursos dominantes (1988, p. 194).

Difunde-se nesse contexto discursivo um conjunto de ideias que têm como núcleo a crença em que é necessária e urgente a construção de uma sociedade alicerçada sobre novas bases, capazes de assegurar ao povo o lugar que lhe é de direito na vida social e política. Uma das maneiras pelas quais essas ideias podem ser esquematicamente resumidas é a seguinte:

- O povo é o grande protagonista da história e a sociedade deve ser organizada sob a hegemonia dos seus interesses;
- O povo tem direitos humanos, civis e sociais, que devem ser respeitados e atendidos. Nesse campo estão o direito à saúde, à moradia, ao transporte coletivo, ao emprego, à educação etc;
- Como até agora a sociedade foi organizada contra os interesses do povo, ter os direitos assegurados é resultado de conquistas. Daí serem necessárias a organização, a mobilização e a luta;
- Como o Estado até hoje foi organizado para atuar a serviço dos privilégios de certos grupos contrários ao povo, ele é um inimigo. É preciso arrancar dele o atendimento aos direitos do povo;
- A forma de organização social vigente é injusta e reprodutora de desigualdades e discriminações contra os pobres, os trabalhadores, os negros, as mulheres, os homossexuais etc. É preciso mobilizar os grupos interessados no combate a essa ordem de coisas;
- Esta sociedade está organizada sob a ética do individualismo. É preciso construir uma sociedade sob a ética da comunidade, da fraternidade e da solidariedade;

- O povo é autônomo e independente. A ele cabe tomar as decisões sobre o seu próprio destino;
- Até agora a sociedade foi organizada de cima para baixo. É preciso organizá-la de baixo para cima;
- Para superar definitivamente essa ordem de coisas, é preciso transformar a sociedade.

Trata-se, como se vê, de ideias que de uma ou de outra forma remetem às relações de poder, daí a política ter sido uma das principais esferas de reflexo e refração desses impactos, contribuindo para disseminar, nessa época, a convicção de que tudo é político. *O analfabeto político*¹⁷, de Brecht, ocupa as camisetas, os cartazes e as cartilhas dos movimentos, testemunhando e ao mesmo tempo propondo a politização da sociedade.

No campo da atuação político-partidária, os enunciados produzidos pelo PT, a começar pelo manifesto de lançamento do partido, em 1980, tornam-se alguns dos principais propagadores dessas ideias.

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de *intervir* na vida social e política do país para *transformá-la*. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em *suas lutas* é a de que a democracia é uma *conquista* que, finalmente, ou se constrói *pelas suas mãos* ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, *as vozes do povo* começam a se fazer ouvir por meio de *suas lutas*. As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem *falar por si próprias*. Não esperam mais que a *conquista* de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. *Organizam-se elas mesmas*, para que a situação social e política seja a ferramenta da *construção de uma sociedade* que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

[...]

¹⁷ O Analfabeto Político

O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e laçao das empresas nacionais e multinacionais.

(Bertolt Brecht, disponível no site www.planetaeducacao.com.br. Acesso em 23/03/2009.

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande *novidade* conhecida pela sociedade brasileira é a *mobilização* dos trabalhadores para *lutar* por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das *lutas populares* permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem *se organizar para defender* seus interesses, para *exigir* melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar *a união* de que são capazes. [...] ¹⁸

O que aí aparece sob a forma de uma espécie de síntese das principais ideias-força do momento vai habitar também, com diferentes acentos apreciativos, enunciados produzidos em outras esferas, entre as quais se destaca a jornalística. Vejam-se os trechos abaixo, selecionados de um editorial da *Folha de S.Paulo* de 1978.

A Nossa Vez

[...] Estrangulados os seus meios de *organização*, obstruídas as suas vias de propagação de informações e ideias, a sociedade encontra nos períodos eleitorais um breve abrir e fechar de portas, uma fresta por onde *o povo* pode espiar e *interferir* a nível institucional.

O primeiro sinal da importância do pleito legislativo nacional que hoje se fere decorre, portanto, exatamente daí: por meio do processo eleitoral, que culmina com o ato de votar, a população *participa, educa-se*, aumenta sua carga de informações e experimenta, ainda que por instantes, a responsabilidade de *chamar às suas mãos o seu próprio destino*.

[...] Antes de tudo, é importante votar. Comparecer às urnas significa que *não abdicamos do direito de conduzir a nós mesmos*, por meio de um Estado que mantemos com *o nosso trabalho* e que *queremos* constituído *de acordo com a nossa vontade*. Quanto menor for o número de abstenções, tanto mais patente estará a *disposição da sociedade de participar, de interferir no processo político* que *só a ela diz respeito*, mas que não obstante é conduzido à sua revelia.

[...] Só com *liberdade* para *discutir, organizar-se e participar*, a população poderá abrir caminho para a *solução dos problemas* da moradia, da alimentação, do transporte popular, da assistência médica, da educação, da cultura, do meio ambiente [...] (FSP, 15/11/1978 – grifos meus).

Alguns dos procedimentos dialógicos presentes na composição do editorial evidenciam de forma bastante acentuada a força dessas ideias no contexto discursivo, refletidas e refratadas, naturalmente, segundo a posição discursiva do jornal. Logo no título, o sujeito propõe ao destinatário a identificação de ambos sob um apelo coletivo, assumindo, desta forma, uma atitude responsiva ante os enunciados que naquele momento contrapõem ao individualismo reinante uma ética da coletividade. Situando nesse registro o diálogo do seu enunciado com outros enunciados, o sujeito mostra-se sintonizado e comprometido com esta

¹⁸ Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores, 10/02/1980 – grifos meus. Texto completo disponível no site www.pt.org.br. Acessado em dezembro de 2007.

ética, pleiteando, assim, para o seu enunciado a mesma apreciação positiva conferida a ela. Ainda no título, que pode ser lido (conforme outros trechos confirmarão depois) como “a hora é agora”, “ façamos o que tem de ser feito”, o sujeito pretensamente assume também a sua adesão a um *ethos* ativo, bastante valorizado, como vimos, no contexto discursivo dessa época. A partir daí desfilam pelo enunciado as marcas da interlocução com os discursos de defesa da *mobilização*, da *organização*, da *participação*, da *luta* pelos *direitos* e da história como construção *coletiva*, recaindo sobre esses discursos sempre uma apreciação positiva. Vale notar ainda, no que diz respeito à forma como o discurso do outro é incorporado à constituição do sujeito, um certo jogo com as pessoas do discurso, ora distinguíveis (eu: o jornal; tu: o leitor; ele: o povo/a sociedade/a população), ora fundidas em um só *nós* (não abdicamos, direito de conduzir a *nós mesmos*, *nosso* trabalho, *nossa* vontade), um procedimento bastante adequado à estratégia empresarial adotada naqueles anos pela *Folha de S.Paulo*, que, explorando justamente as ideias-força do momento discursivo, buscava unir ao dito papel informativo do veículo de imprensa, a imagem de um jornal comprometido com as transformações de cunho progressista então em curso.

1.3 DO COTIDIANO PARA OS SISTEMAS IDEOLÓGICOS CONSTITUÍDOS

Outro aspecto fundamental a ser considerado tanto do ponto de vista do seu papel organizativo quanto do ponto de vista da sua relevância na constituição do contexto discursivo do período é a importância atribuída ao cotidiano. Para alguns autores, mais que simplesmente um aspecto adicional na caracterização do ímpeto movimentalista do período, trata-se de um

elemento essencial para explicar a própria constituição dos movimentos. Nessa trilha vai, por exemplo, a análise de Brant:

O bloqueio dos canais institucionais de representação popular – como os partidos políticos, as câmaras legislativas, os sindicatos e associações de massas – estimulou o uso de laços primários de solidariedade na sobrevivência diária da população. Relações de vizinhança, parentesco, compadrio ou amizade, permitiam a proteção imediata dos indivíduos diante de um clima social de medo. Foi em boa parte o desenvolvimento desses laços diretos entre pessoas, que confiavam umas nas outras, que deu origem a vários movimentos de base. Associações comunitárias, grupos políticos de crescimento molecular, comissões de fábrica, movimentos culturais, clubes de mães ou de jovens, grupos de oposição sindical, tendências estudantis, enfim uma variada gama de movimentos localizados e dispersos fundamentava-se na confiança direta entre os seus membros e na consciência de seu desamparo diante das instituições mais vastas (1983, pp. 13-14).

Esta valorização é notada também por Sader:

Militantes e intérpretes dos novos movimentos sociais falam muito do “cotidiano” enquanto lugar de resistência, base desde onde se gesta um projeto autônomo das classes subalternas, livres dos discursos elitistas conformados e institucionalizados em agências que lhes são exteriores. A referência ao cotidiano enquanto instância de resistência contrasta com os registros que o apresentavam (e o apresentam) como manifestação de conformismo, da vida repetida, da reiteração não crítica de uma opressão silenciosa.

Essa valorização do cotidiano já é uma expressão dos novos projetos e estilos que conformaram os movimentos dos anos 70 (1988, p. 141).

Se a valorização do cotidiano é tão presente na interpretação dos estudiosos, isto corresponde, em larga medida, à sua presença também nos enunciados dos próprios movimentos. Vejam-se alguns recortes:

[...] Os papos começaram nas *feiras, com as vizinhas*, em todo canto [...]. *Reunião nas casas* – a pessoa convida alguns vizinhos ou amigos para discutir o assunto (MCV, São Paulo: 1977).

[...] Existem várias maneiras de você participar: *reunião com vizinhos, as mães* [...], *recreios, passeios* (MCV, São Paulo: 1977).

[...] Através dos *contatos diretos* com os moradores em suas *ruas, quadras, blocos ou favelas*, as comissões de saúde vêm debatendo as condições de vida que diretamente deterioram a saúde da população (MOS, Rio de Janeiro: 1980).

[...] Dia 17 de julho foi um dia de festa para o pessoal da Com Saúde. A *turma* [do movimento] *fez um passeio* na Lagoa da Confusão, que foi uma beleza. A viagem foi feita no caminhãozinho. Teve *pescaria, banho, churrasco e até uns namorinhos* (MOS, Porto Nacional/GO: 1982).¹⁹

Ao que tudo indica, a importância dada ao cotidiano nas ações e nos discursos foi, afinal, uma das grandes responsáveis pela capacidade que os movimentos tiveram no sentido de interferir nos processos discursivos do período. Elaboradas a partir do resgate e da

¹⁹ Todos os exemplos foram extraídos de Doimo (1995). Os grifos são da autora.

revalorização das relações primárias, as imagens, temas, ideias, valores e referências ético-políticas provindas dos movimentos ganharam os estratos superiores da ideologia do cotidiano e contagiaram a produção discursiva inclusive no plano dos sistemas ideológicos constituídos, configurando, assim, o fenômeno descrito por Volochinov/Bakhtin:

Os níveis superiores da ideologia do cotidiano que estão em contato direto com os sistemas ideológicos são substanciais e têm um caráter de responsabilidade e de criatividade. São mais móveis e sensíveis que as ideologias constituídas. São capazes de repercutir as mudanças da infraestrutura sócioeconômica mais rápida e mais distintamente. Aí justamente é que se acumulam as energias criadoras com cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos. Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída (2002 [1929], p. 120).

Desta forma, ao recusar a política institucional (identificada com a sua opressão) e afirmar a importância das relações primárias, os movimentos na verdade politizaram o cotidiano, a partir de onde invadiram os sistemas ideológicos constituídos, sobretudo na esfera da política, com suas imagens, temas, ideias etc. Com isso, foram determinantes para produzir em grande velocidade intensas transformações no contexto discursivo.

Se é verdade, porém, que essa valorização do cotidiano e das relações primárias representou um dos elementos distintivos e um dos pontos fortes dos movimentos, também é verdade que ao mesmo tempo apontava para os seus limites. Como mostra Sader:

Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles “inventaram” novas formas de política. Mas a história dos movimentos sociais não é apenas a sua história interna. Os trabalhadores são o resultado não somente de suas próprias ações, mas também da sua interação com outros agentes. A “política reinventada” dos movimentos teve de se enfrentar com a “velha política” ainda dominante no sistema estatal. Como os movimentos sociais dos trabalhadores incidem sobre o sistema de poder estabelecido? Como se determinam reciprocamente os diversos agentes políticos no cenário público transformado? Essas questões se colocaram de forma flagrante já na década de 80” (1988, pp. 20-21).

De fato, a partir do início da década de 80, a face mais radical dos movimentos começa a mostrar sinais de esgotamento. Vai aos poucos perdendo força e cedendo terreno à outra tendência, que gradativamente assume a hegemonia. As movimentações passam a se canalizar com mais intensidade para a conquista de espaços institucionais de atuação e

participação política. Embora não seja possível determinar um marco divisor preciso, o certo é que as mobilizações em torno das eleições de 1982, da emenda das diretas e da Assembleia Nacional Constituinte foram decisivas para a consolidação dessa face institucionalizante dos movimentos.

Desse momento em diante, ganha cada vez mais força a ideia de que as injustiças, as desigualdades e outras mazelas da sociedade brasileira são em larga escala resultantes da inexistência de um arcabouço político-institucional que assegure as liberdades e os direitos do povo. Assim, vai se moldando a concepção segundo a qual a mobilização, a participação e a capacidade de decisão do povo, tornadas bandeiras pelos movimentos, devem ser garantidas mediante a sua organização e inserção numa estrutura institucional.

Do ponto de vista discursivo, na esteira dessa caminhada rumo à institucionalização, vão sendo reformuladas, sob esse influxo, as ideias, noções e valores predominantes na *fase heróica dos movimentos*.²⁰ A energia contestadora e radicalizante presente até então vai sendo aos poucos convertida na matéria-prima de enunciados com ressonâncias menos radicais.

Com isso, a própria noção de popular começou a perder terreno para a ideia de “sociedade civil organizada” e aquela postura de negatividade indiscriminada para com a esfera institucional, que marcara o período precedente, cedeu lugar a relações de seletividade positiva para com a esfera político-administrativa. Com efeito, verifica-se uma gradual e sensível mudança no discurso. Cada vez mais fala-se menos em “democracia de base” e mais em “democracia como valor universal”, menos em “movimento popular” e mais em “movimentos sociais organizados”, menos em “luta contra o Estado” e mais em “participação da sociedade nas decisões” através do estabelecimento de parcerias (DOIMO, 1995, p. 223).

Um dos resultados mais visíveis desse processo é o fortalecimento da ideia de cidadania, que, transformada em alvo de injunções das principais posições ideológicas da sociedade, emerge como a grande referência do novo momento, apresentando-se, ao longo dos anos 80 e sobretudo durante os anos 90, como um valor ético-político aparentemente situado acima das divergências, aglutinando as forças progressistas em torno de bandeiras

²⁰ A expressão é de Ruth Cardoso (1994).

comuns: democratização, garantia de direitos, redução de desigualdades, participação política, liberdade de expressão, inclusão das massas marginalizadas etc. Segundo Ana Maria Doimo,

não foram necessárias grandes rupturas, em razão de suas próprias ambigüidades internas. Bastou dissuadir as condutas do ‘contra’ e desestimular os códigos ético-políticos referidos à negação do institucional, realçando a linguagem dos direitos que, afinal, há tempos já estava posta. Daí ao aparecimento do generalizado apelo à cidadania foi um passo [...] (1995, p. 214).

Desta forma, o “sonho de grande transformação da sociedade cede terreno para a reengenharia do sistema de representação de interesses, com vistas à maior abertura de possibilidades de integração social, pela ampliação dos direitos de cidadania” (1995, p. 218).

Assim, quando, em 1982, a SBPC lança a revista *Ciência Hoje*, está em marcha no país uma reelaboração discursiva no seio da qual as principais posições ideológicas da sociedade se reorganizam em torno de um conjunto de referências ético-políticas cujos sentidos se configuram em acirrados processos de negociação, naturalmente refletidos e refratados nos enunciados produzidos ao longo dos anos posteriores.

Entre essas referências ético-políticas, merecem destaque as seguintes:

- *Cidadania*. Ao lado de *democratização*, vai se constituindo a partir desse momento em um dos mais importantes objetos do dizer do período, passando a receber investimentos discursivos de diversas posições ideológicas, algumas enfatizando sua suposta vocação para conjugar as aspirações movimentalistas dos anos precedentes com as de outros segmentos sociais credores das políticas públicas a cargo do Estado, outras assinalando seu caráter burguês e, portanto, antipopular;
- *Direitos*. Associada à ideia de cidadania, esta noção também se constitui no período em uma das principais referências ético-políticas, recebendo investimentos discursivos que vão desde posições para as quais a ideia de *direito* se confunde com a de *privilégio* até aquelas para as quais todos os direitos (civis, políticos, sociais) devem ser assegurados e estendidos até o limite da universalização,

passando também por aquelas que denunciam os limites “formais” da defesa dos direitos no âmbito da institucionalidade;

- *Participação*. Referência que se firma na esteira da valorização do povo (depois *população, sociedade* etc) como sujeito da sua história e como contraposição às práticas autoritárias que alijam a população das decisões que lhe dizem respeito. As negociações aqui se dão basicamente em torno da natureza e do alcance dessa participação;
- *Sociedade civil*. Passa a receber, de um lado, investimentos discursivos no sentido de transformá-la em substituto de *povo*, buscando caracterizá-la, nesse contexto em transformação, como uma noção mais “adequada” para designar os diversos segmentos interpeladores do Estado. De outro lado, imputam-se-lhe também sentidos apreciados negativamente, que salientam sua tendência a promover um apagamento das desigualdades e conflitos e referir a sociedade como um todo uniforme e harmônico. O fato de, aos poucos, ter se tornado alvo de apreciações predominantemente positivas testemunha, em certa medida, a “vitória” das posições ideológicas interessadas num arrefecimento da radicalização popular. Ao longo dos anos 80, um de seus desdobramentos vai ser a ideia de *nação*;
- *Estado*. Nesse quadro, a ideia de Estado e de seu papel frente à sociedade é alvo de permanente problematização, tornando-se também uma das principais referências em debate e colocando em foco a questão do controle da Administração Pública e de sua transparência;
- *Compromisso social*. Tem a ver com a ideia de que todos os segmentos sociais devem estar engajados na construção de uma sociedade provedora de direitos (e também justa, igualitária, fraterna). Da mesma forja é a ideia de responsabilidade

social e de que todos os sujeitos sociais e políticos têm um papel a cumprir dentro desse objetivo de construir uma sociedade fraterna, solidária e justa.

É, portanto, nesse ambiente ideológico-discursivo que surge *Ciência Hoje* e, nessa chave de interpretação, a própria criação da revista, em 1982, é, em si mesma, um dos atos pelos quais a SBPC marca, responsivamente, sua posição nesse grande diálogo.

CAPÍTULO 2

A CRIAÇÃO DA REVISTA NUMA PERSPECTIVA DIALÓGICA E RESPONSIVA

Estabelecidas as linhas predominantes do contexto discursivo em que se dá o surgimento de *Ciência Hoje*, assim como as referências e parâmetros que nortearão grande parte da produção discursiva no país durante os anos 80, vejamos agora como alguns conceitos básicos da teoria do Círculo de Bakhtin podem ser articulados na análise do processo de criação da revista e, depois, da produção de seus editoriais.

2.1 ENUNCIADO, GÊNERO E ESFERA

Estruturada sobre as noções de *dialogismo* e *responsividade*, a análise do *corpus* é empreendida a partir da categoria *enunciado*, tendo em vista que, nos termos propostos pelo Círculo de Bakhtin, é no enunciado concreto que se dá o encontro entre a língua e a realidade histórico-social: “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 2000 [1952-1953], p. 282).

Tal como é aqui empregado, *enunciado* corresponde a uma unidade da comunicação discursiva produzida por um sujeito que, situado em uma esfera de atividade social e imbuído de um querer-dizer, dirige-se a um ou mais destinatários para falar sobre determinados objetos de sentido, valendo-se, para isso, de um determinado gênero discursivo. Imanentemente dialógico e responsivo, o enunciado constitui, nessa perspectiva, um elo na cadeia de

comunicação da sociedade, e, não obstante ser construído sobre as relações lógicas previstas pelo sistema linguístico, é o *locus* privilegiado de manifestação das relações dialógicas próprias do universo do discurso. Por isto, os editoriais de *Ciência Hoje* são lidos aqui como enunciados em cujo território o discurso de um sujeito (os editores da revista), ao se dirigir a um destinatário (o leitor presumido da publicação) com o intuito de falar sobre determinados objetos do dizer (a produção científica brasileira, o papel da ciência na sociedade, os problemas cruciais do país etc.) encontra-se, de diferentes maneiras, com os discursos de outros sujeitos voltados para os mesmos objetos.

Tal abordagem leva em conta que todo discurso

encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico.

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhões de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto (BAKHTIN, 2002 [1934-35], p. 86).

Além de *enunciado*, também exercem papel importante na análise outras categorias do Círculo de Bakhtin, em particular *sujeito*, *destinatário*, *superdestinatário*, *esfera* e *gênero*.

As *esferas*, enquanto domínios específicos da atividade social em que os sujeitos concretizam suas práticas e discursos, atuam como instâncias provedoras de parâmetros e referências para a produção discursiva que se dá no seu interior, oferecendo (e, simultaneamente, infligindo) aos sujeitos em interação um dado repertório de gêneros discursivos, os quais, apesar de históricos e, portanto, mutáveis, representam “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2000 [1952-53], p. 279) a cujos limites e exigências os sujeitos devem se reportar na produção dos seus discursos. Registre-se que se,

por um lado, as esferas não são domínios estanques, governados unicamente por suas próprias leis e completamente independentes do mundo social mais amplo, tampouco são, por outro lado, meras caixas de ressonância para as quais se transpõem e nas quais se refletem mecanicamente as pressões e demandas desse mesmo mundo social. Associando, na linha sugerida por Grillo (2006), este conceito do Círculo de Bakhtin à categoria homóloga *campo*, desenvolvida por Pierre Bourdieu, devem-se conceber as esferas como áreas da atividade social e da comunicação verbal regidas por leis engendradas pela sua própria dinâmica, mas, ao mesmo tempo, suscetíveis às leis do mundo social mais amplo, configurando uma dialética entre, de um lado, sua economia interna e, de outro, as determinações do macrocosmo social. Ocorre que, em determinados momentos históricos, certas demandas podem ganhar estatuto de tamanha centralidade e importância, vinculando-se de tal maneira aos destinos do conjunto da sociedade, que passam a assediar com maior intensidade as diversas esferas da vida social, que, sob formas e graus variados, vão refletir e refratar essas demandas. Ao que tudo indica, é o que acontece no Brasil do final dos anos 70 e início dos anos 80, quando os debates acerca da vida coletiva se impõem de tal forma que as fronteiras das várias esferas parecem não resistir ante o ímpeto das pressões da realidade social mais ampla.

Assim como nas esferas, também nos enunciados combinam-se autonomia e coerção. De um lado, a vontade, o intuito discursivo, o querer-dizer do sujeito defrontado com uma situação concreta única, irrepetível; de outro, os recortes operados pelas esferas de atividade e pelas circunstâncias e temas típicos dos gêneros do discurso próprios a cada uma delas, circunscrevendo as escolhas desse sujeito com base nas formas repetíveis cultural e socialmente legadas. Nesse processo de negociação (em outras palavras, nesse diálogo) entre o querer-dizer do sujeito e os condicionamentos do universo discursivo é que o enunciado se formula, conectando-se à história e articulando-se com os padrões, valores e referências morais e ético-políticas vigentes na realidade social (BAKHTIN, 2000 [1952-53]).

Refletida e refratada em conformidade com as especificidades das esferas e dos gêneros, a realidade histórico-social imbrica-se, assim, com os elementos de cuja associação indissolúvel é feito o todo do enunciado: o *conteúdo temático*, o *estilo* (seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais) e a *construção composicional*, atuando, conseqüentemente, sobre o seu *acabamento* e sobre a relação que ele mantém com o seu sujeito e com os outros parceiros da comunicação verbal. Por isto, longe de ser a expressão unívoca do pensamento do seu autor, o enunciado, encontro de subjetividade e alteridade, é intrinsecamente dialógico, interiormente habitado tanto pela voz do sujeito quanto por outras vozes e outros discursos presentes no fluxo interdiscursivo.

Desse modo, considerados do ponto de vista da sua participação na arquitetura dos editoriais, os elementos de composição são aqui focalizados na qualidade de fatores que concorrem para compor o todo de enunciados constitutivamente habitados por relações dialógicas entre o discurso de *CH* e outros discursos em circulação, configurando-os como importantes momentos do *diálogo* por meio do qual a *SBPC responde* a algumas das principais questões propostas pelo ambiente discursivo.

2.2. DIALOGISMO E RESPONSABILIDADE

Organizados, pois, em torno da categoria *enunciado*, os conceitos utilizados para a análise são alinhavados por duas ideias fundamentais na teoria do Círculo: *dialogismo* e *responsividade*. Embora analiticamente separáveis, essas noções representam conceitos totalmente entrelaçados e designam fenômenos indissociáveis na realidade discursiva. Um é decorrência e ao mesmo tempo condição da existência do outro, e ambos se assentam no

pressuposto da presença ativa da alteridade no discurso, consistindo em dois dos mais (se não os mais) importantes alicerces da arquitetura bakhtiniana. *Dialogismo* remete, em essência, à ideia basilar de que o discurso é interiormente constituído *na e pela* interação com outros discursos. *Responsividade*, por sua vez, refere-se à propriedade do enunciado de se organizar como *resposta* a outros enunciados, reais ou virtuais, em circulação no contexto discursivo e de suscitar futuros enunciados-resposta. Neste nível mais evidente, correspondem, portanto, a propriedades imanentes do enunciado. Situadas, porém, no âmbito da concepção filosófica em que se ancora a visão de linguagem do Círculo, essas duas noções têm um alcance ainda maior, figurando como ideias nucleares na visão de sujeito que emana dessa teoria e constituindo as bases do que poderia ser chamado, para usar a expressão de Faraco (2001), de “antropologia filosófica” bakhtiniana.

O que se ressalta nesta leitura é o fato de que, nas formulações de Bakhtin e seus colaboradores, o dialogismo, para além de ser um traço constitutivo da linguagem, é um traço constitutivo da existência humana. O próprio pensamento humano não se constitui como algo que brota ou preexiste no interior de uma suposta consciência individual, como certas vertentes do subjetivismo individualista poderiam dar a entender, nem é simplesmente uma estrutura independente e sobreposta à vontade individual, como poderia pretender o objetivismo abstrato²¹, mas resulta justamente de relações intersubjetivas, ou seja, da interação social de sujeitos. Isto quer dizer que “a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2002 [1929], p. 34). Na base desta concepção repousa a ideia de que o *eu* e o *não-eu* só adquirem sentido em interação um com o outro. Deste modo, embora na concepção bakhtiniana o *eu* (o sujeito) e o *não-eu* (o outro) tenham papel ativo fundamental na existência, o sentido dessa existência não está situado nem

²¹ Ambas as correntes, subjetivismo individualista e objetivismo abstrato, são interlocutores importantes do Círculo de Bakhtin no processo de construção de sua teoria. Ver VOLOCHINOV/BAKHTIN (2002 [1929]).

em um nem em outro, mas precisamente na relação entre eles. Trata-se, portanto, de uma antropologia filosófica para a qual a existência humana é, por definição, *relacional*. O sujeito se constitui como ser na sua relação com o outro, e vice-versa. A presença desta ideia atravessa toda a obra do Círculo e dentre as inúmeras passagens em que é possível constatá-la pode ser destacada a seguinte:

[...] Yo me conozco y llego a ser yo mismo sólo al manifestarme para el otro, a través del otro y con la ayuda del otro. Los actos más importantes que constituyen la autoconciencia se determinan por la relación a la otra conciencia (al *tú*). [...] Y todo lo interno no se basta a si mismo, está vuelto hacia el exterior, está dialogizado, cada vivencia interna llega a ubicarse sobre la frontera, se encuentra con el otro, y en este intenso encuentro está toda su esencia. [...] Ser significa ser para otro y a través del otro ser para sí mismo. El hombre no dispone de un territorio soberano interno sino que está, todo él y siempre, sobre la frontera, mirando al fondo de sí mismo el hombre encuentra los *ojos del otro* o ve *con los ojos del otro* (BAJTIN, 1979 [1961], pp. 327-328 – grifo do autor).

Tal como ocorre com o dialogismo, também a responsividade é inerente à linguagem porque, antes de mais nada, é intrínseca aos atos humanos. Na filosofia bakhtiniana, a ação humana é inerentemente responsiva, exprimindo-se tal responsividade, de um lado, no fato de a ação do sujeito se constituir como resposta à ação de outros sujeitos em uma situação concreta dada, e, de outro, pelo fato de, com sua ação, o sujeito assumir perante esta situação concreta e perante os outros sujeitos uma posição. Desta forma, o conceito de responsividade funde duas noções associadas à ideia de responder. No seu agir, o sujeito responde, em primeiro lugar, porque dá uma resposta e, em segundo lugar, porque assume uma responsabilidade e uma posição.

Tal concepção também percorre toda a obra, sendo frequentemente sublinhada por comentaristas, como, por exemplo, Clark e Holquist (1998), estudiosos para os quais se trata de uma noção tão fundamental que os escritos de Bakhtin produzidos no período de 1918 a 1924 poderiam ser agrupados sob o título de Arquitetônica da Responsividade²² (CLARK & HOLQUIST, 1998, p. 89).

²² É conveniente esclarecer que a escolha do termo empregado aqui não desconhece nem negligencia a discussão em torno da dificuldade de se encontrar em português uma tradução que preserve satisfatoriamente a ocorrência

2.3. A SBPC NO CONTEXTO DISCURSIVO DA DÉCADA DE 80

Sendo princípios organizadores da existência humana, dialogismo e responsividade são também atributos da linguagem viva produzida no processo de interação verbal. São, portanto, traços intrínsecos dos enunciados em que se concretizam os variados discursos em circulação na sociedade, atuando não como fatores externos, mas, ao contrário, como dados interiormente enleados com os diversos elementos envolvidos na construção discursiva.

Aplicando-se esses conceitos à análise da revista *Ciência Hoje*, pode-se observar que o dialogismo e a responsividade que a constituem exprimem-se não apenas nos enunciados que integrarão as suas edições, mas, *a priori*, na própria criação da revista e no tipo de atividade em que ela se inscreve, uma vez que, embora de autoria da SBPC, o ato de lançamento da publicação, no início dos anos de 1980, é fortemente atravessado pelo assédio de outros sujeitos, estruturando-se, em grande medida, como resposta a diferentes vozes e injunções do contexto histórico-social. Sob as circunstâncias históricas do momento, a decisão de criar a revista, mais do que simplesmente atender necessidades do campo científico, traduz uma leitura (uma compreensão responsiva) e uma posição ante os debates travados no macrocosmo social. Com este ato, resultante da combinação da vontade do sujeito com as imposições do contexto, a SBPC projeta para si mesma um novo patamar de participação nos embates em curso na sociedade, e o fato de dar à revista a identidade de divulgação científica cumpre nisto uma função capital.

simultânea dos dois sentidos de *responder* presentes no termo russo *otvetstvennost*. Além de *responsividade*, aparecem também nos textos em português *respondibilidade* (por exemplo, no referido livro de Holquist e Clark, traduzido por Jacó Guinsburg) e *responsabilidade* (proposto por Adail Sobral (2005) na sua análise da filosofia do ato bakhtiniana). A opção por *responsividade* deve-se exclusivamente ao fato de ser a escolha predominante dos comentaristas de Bakhtin em português.

Assinale-se, neste ponto, que o diálogo com o universo político e social mais amplo não era propriamente uma novidade na história da associação. Nascida em 1948 com o propósito declarado de defender os interesses da ciência e dos cientistas no Brasil, desde cedo a SBPC contemplou essa questão no horizonte das suas preocupações, abrigando, entre as concepções que buscavam nortear o seu programa de atuação, tanto as inclinações ao fechamento e à especialização, afinadas com a ideia de que a esfera da ciência, situada em um plano de importância superior em relação a outros setores sociais, encontra-se investida de um papel especial e tem desígnios mais elevados, quanto por tendências de abertura e popularização, para as quais a comunidade científica, não sendo uma ilha no interior da realidade social, deve orientar o seu trabalho para esta mesma realidade.

Nesse sentido, muitas das linhas de ação da SBPC ao longo de sua história podem ser lidas como resultado de um equilíbrio ou de uma composição entre essas duas tendências, que se manifestam já nos momentos iniciais, pois se, em conformidade com algumas dessas inclinações, a SBPC define-se, nos seus estatutos, como uma organização que, receptiva à participação de especialistas e não especialistas, ambiciona angariar "em *todas as classes*, e conseqüentemente na *administração pública*, atitude de compreensão, apoio e respeito para as atividades de pesquisa" (*Ciência e Cultura*, Vol. 1, nº 1-2, Jan-Abr 1949, pp. 1-3 – grifos meus) evidenciando, destarte, o reconhecimento de que a atividade científica não pode prescindir do respaldo de instâncias situadas tanto no Estado quanto na Sociedade, ela também informa que a iniciativa de criação da entidade foi movida pelo mesmo impulso que “noutros países tem levado *cientistas e homens cultos* à criação de órgãos semelhantes” (*Ciência e Cultura*, Vol. 1, nº 1-2, Jan-Abr 1949, pp. 1-3 – grifo meu) e que “os artigos de ‘Ciência e Cultura’ têm caráter tanto quanto possível geral para interessar a um grande número de pessoas *cultas e inteligentes*, fugindo-se ao excesso de especialização, sem cair no

exagero oposto da vulgarização” (*Ciência e Cultura*, Vol. 1, nº 3, Jul 1949, p. 73 – grifos meus).

Nessa chave podem ser lidas também as reuniões anuais da sociedade e a revista *Ciência e Cultura*. Concebidas (ao lado de congressos, conferências, produção de publicações etc) como os mais importantes meios para a consecução dos objetivos da SBPC, as primeiras destinavam-se a promover regularmente o encontro e o intercâmbio entre cientistas de diversas disciplinas e entre estes e o público em geral, e a segunda, dedicada à edição de “textos especializados, artigos sobre ciência e cultura no Brasil e resenhas de textos científicos e de outras publicações especializadas”, tinha como objetivo “ser uma revista especializada, mas que, apesar disso, cobrisse todos os campos científicos, e um instrumento de informação e coordenação da comunidade científica” (FERNANDES, 1990, p. 62-63). Em que pese, entretanto, o importante trabalho efetivamente desempenhado por esses dois instrumentos, as tendências de abertura para o conjunto da sociedade não são, durante os quinze primeiros anos de existência da SBPC, ativas o bastante para evitar uma forte especialização e um certo “fechamento” em torno das ciências naturais (que dão o tom das pesquisas, dos projetos, das reuniões e da própria revista), assim como uma atenção predominante para as relações com o Poder.

Isto não significa que, nesse período, a SBPC esteja atrelada ao Estado ou que não tenha com ele qualquer tipo de conflito. As pressões desenvolvidas junto ao governo de São Paulo para criação de uma fundação de amparo à pesquisa, a luta por contratos de tempo integral para os professores universitários, as constantes gestões para aumentar o orçamento da ciência e da tecnologia e as controvérsias, no fim dos anos 50, em torno da criação da Cosupi–Comissão Supervisora dos Institutos (FERNANDES, 1990), entre outros episódios, mostram que esse relacionamento não é imune a tensões. Mas mostram também que, seja por força da dependência em face das subvenções oficiais, seja pelo fato de o atendimento às

reivindicações dos cientistas estar condicionado à implementação de políticas científicas governamentais, o Estado se constitui, nessa fase, no principal interlocutor da SBPC, fato de que a constante presença de autoridades governamentais nas solenidades de abertura das reuniões anuais é apenas um indicador a mais.

Tal linha de conduta não sofre alterações substanciais nem mesmo com a instauração da ditadura militar, cujos primeiros anos chegam a testemunhar, em alguns momentos, um certo estreitamento das relações da SBPC com o Poder. A propalada importância da ciência e da tecnologia no projeto de desenvolvimento nacional dos militares, o incremento de fundos de pesquisa, a instituição dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a melhoria das condições do trabalho científico, o estímulo ao retorno de cientistas brasileiros empregados no exterior e o aumento no volume orçamentário destinado à ciência e à tecnologia criam em boa parte da comunidade científica do país a expectativa de um novo modelo de intervenção nas decisões governamentais relativas à ciência, favorecendo uma atitude de boa vontade e de colaboração com o regime que chegou a ser chamada de "lua-de-mel com os militares" (FERNANDES, 1990, p. 35).

Esse relacionamento amistoso com os militares, no entanto, não resiste à polarização dos conflitos que se desenrolam na sociedade e ao assédio de posições ideológico-discursivas contrapostas à ditadura, e, a partir de meados da década de 70, a SBPC, também atravessada pela força dos embates travados na realidade social mais ampla, vai, pouco a pouco, envolvendo-se nesses conflitos, até se tornar uma das principais fontes de contestação ao regime.

O já citado estudo de Ana Maria Fernandes (1990) aponta algumas razões para esta mudança, entre as quais vale destacar, em primeiro lugar, a ambivalência dos militares no trato com os cientistas, com uma mão oferecendo vantagens e com a outra perseguindo e até expulsando do país os que negavam docilidade ao regime, como ocorreu, exemplarmente, no

caso de Manguinhos; em segundo lugar, os efeitos do fim do chamado milagre econômico e a retração da economia, que repercutiram negativamente “no *status* favorecido dos cientistas dentro do regime”; e, em terceiro lugar, a entrada das ciências humanas na SBPC, ao que a autora atribui papel “crucial”:

[...] Um momento decisivo na história da SBPC ocorreu em 1974, quando ela admitiu em suas fileiras pesquisadores vindos das ciências humanas. Isso a transformou numa organização de massa... [...] Em 1976, nove mil pessoas compareceram à reunião anual de Brasília, enquanto a de 1980, no Rio de Janeiro, agrupou não menos de 15 mil participantes.
[...] A admissão das ciências humanas na Sociedade foi crucial para o delineamento de um novo papel para a SBPC como uma instituição de protesto dentro da sociedade civil. Mas não foi decisiva. As origens da transformação do papel da Sociedade devem ser buscadas não apenas na mudança de sua estrutura interna, mas na natureza mutável do regime militar brasileiro a partir de 1964 (1990, p. 36).

Conforme a interpretação que aqui se propõe, é justamente da conjugação de especificidades da história da SBPC com determinações e condicionamentos do contexto histórico-social que vai resultar uma alteração no padrão de comportamento da associação, que, sob a pressão das forças políticas, sociais e ideológico-discursivas em luta contra a ditadura, passa a engrossar o coro das vozes contrárias ao regime e converte-se, aos poucos, em um dos mais importantes e representativos atores da sociedade brasileira, chegando, em algumas ocasiões (como na reunião anual de 1977), a se constituir em uma espécie de guarda-chuva sob o qual procuram se abrigar, por força do sufocamento das demandas e do fechamento dos canais institucionais de ação impostos pelos militares, diversas tendências de oposição à ditadura.

2.4. CIÊNCIA HOJE E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

É no interior dessa trajetória e, portanto, como uma das expressões desse novo momento da história da SBPC, que a revista *Ciência Hoje* é criada, constituindo-se em um

dos mais importantes elementos da estratégia discursiva de que a organização lança mão para, reencontrando-se com tendências afinal já presentes desde a sua criação, angariar legitimidade para a atividade científica agora não mais predominantemente a partir de suas relações com o Estado, mas, de forma privilegiada, a partir do seu envolvimento com os problemas e demandas da Sociedade. Nesse contexto, a atividade de divulgação científica, definida como a “utilização de recursos, técnicas e processos para a veiculação de informações científicas e tecnológicas ao *público em geral*” (BUENO, 1984, p. 18 – grifo meu), vai representar, para a SBPC, uma prática discursiva talhada para servir ao seu propósito de, nesse novo momento, dirigir-se não somente aos homens cultos e aos especialistas, mas à *população comum* e à *sociedade como um todo*, permitindo-lhe, de um lado, responder a virtuais e efetivos questionamentos, postos por outros discursos em circulação, sobre a carência de veículos de comunicação destinados ao cumprimento desse papel e, de outro, marcar sua presença, de um só golpe, em pelo menos três frentes: a) informar, de modo sistemático, o público em geral sobre os desenvolvimentos da ciência e o conhecimento científico produzido no país; b) prestar regularmente à sociedade contas do trabalho do cientista; e, c) constituir uma tribuna de onde pode falar aos diversos segmentos sociais para defender as suas posições.

Apresentando-se, nessas condições, como a *primeira* revista de divulgação científica do país, *Ciência Hoje* propõe-se, portanto, preencher um espaço até então não ocupado (nem mesmo por *Ciência e Cultura*, publicada pela SBPC desde 1949) e, em tais circunstâncias, certos elementos do seu projeto e da sua composição ganham em significado, se vistos na perspectiva dessa estratégia discursiva. É o caso, por exemplo, do próprio nome da revista, que, nitidamente, busca estabelecer uma separação e opor a um passado um presente (no qual o sujeito do discurso encontra-se e com o qual se identifica), informando, no plano dos subentendidos, que se trata de um projeto guiado pela crença em que, nos dias de hoje, cabe à ciência e aos cientistas um novo papel, diferente daquele desempenhado no passado,

apresentando, dessa forma, por meio do elogio do novo e das implicações que ficam sugeridas a partir daí, um ponto de conexão com as ideias-força do momento histórico.

Não é de se negligenciar também, no contexto em foco, a importância da expressão *divulgação científica*, que, designando a prática em que o discurso da revista se inscreve, promove já na superfície linguística o encontro de duas figuras não apenas distintas, mas desiguais e até mesmo opostas no mundo social: o vulgo e o cientista. De um lado, "o povo, a plebe, o comum dos homens",²³ por definição ignorante; de outro, aquele que detém a instrução e o conhecimento, a erudição e o saber. A composição lexical do sintagma aproxima, portanto, o que, de ordinário, está distanciado na realidade, e, aparentemente, vai ainda um pouquinho mais longe, produzindo, por meio de mecanismos morfossintáticos, uma mitigação (se não a inversão) da hierarquia que preside a relação de ambos na sociedade, já que, sendo o núcleo do sintagma, o substantivo *divulgação* traz o vulgo para o primeiro plano e imprime-lhe um traço semântico de atividade (evidenciado pelo morfema *-ção*), configurando, assim, uma expressão em que a ciência é referida como objeto de uma ação cuja fonte, situada fora dela, localiza-se justamente no vulgo.

Considerado o contexto sob análise, marcado por embates acerca do papel do povo na sociedade, as relações concreto-semânticas postas pelo sintagma não poderiam estar mais sintonizadas com sentidos que se negociam no momento, apontando, no plano da própria significação, justamente para uma popularização do conhecimento científico, de ordinário privilégio de especialistas.

Ao se inscrever nessa prática, portanto, a revista propõe, em conformidade com as tendências dominantes na atuação da SBPC desde meados dos anos 70, uma ampliação da *quantidade* de destinatários do seu discurso, agora não mais voltado exclusivamente para grupos de especialistas, membros da comunidade acadêmica e da intelectualidade ou agentes

²³ Cf. Novo Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa, versão 5.0, edição 2004.

do campo científico (alvo das publicações científicas de então), mas extensivo, no limite, a toda a sociedade, ou, pelo menos, a toda a comunidade de leitores. A isto se refere explicitamente o primeiro editorial de *Ciência Hoje*, em grande medida dedicado a mostrar a necessidade da criação de um “veículo de circulação ampla” voltado para “a difusão da produção científica brasileira”, produzido numa “linguagem devidamente acessível” e comprometido com a “democratização da cultura e, em particular, da ciência” (Editorial 1, Jul-Ago 1982). Além disso, concernindo a uma prática discursiva de mediação, cujo papel é justamente promover a articulação da esfera científica com outras esferas (GRILLO, 2006), a revista supõe, ainda, uma mudança também *qualitativa* nesses destinatários, abrindo “um canal de comunicação direta” com o público em geral e, portanto, com o *cidadão comum*.²⁴

É evidente que o interesse pelo *cidadão comum* não surge do vazio, mas é, já, uma forma pela qual o querer-dizer do sujeito conjuga-se com manifestações da alteridade, visto que uma das ideias-força do momento, propagada em vários discursos que circulam em linha de confronto com matrizes discursivas associadas à ditadura, é a de que o Estado democrático se define não pela outorga de privilégios a alguns, mas pelo atendimento de direitos que assistem *a todo cidadão*, entre eles o direito à informação e à participação nas decisões que afetam os rumos da sociedade. Por isso, mais que um dado da realidade concreta, *cidadão comum* é um valor ético-político acerca do qual certas posições ideológico-discursivas negociam sentidos. Daí sua forte presença nos enunciados desse contexto discursivo, mesmo quando seu referente é impreciso, como se observa nesse caso, já que aquele a quem *Ciência Hoje* se dirige não é, claro, qualquer cidadão comum, mas um cidadão comum portador de certos atributos, como, por exemplo, um mínimo de escolaridade e de interesse pela ciência e

²⁴ Um editorial de 2002 (vinte anos após a criação da revista) não deixa dúvidas quanto a isto, ao afirmar que antes de *Ciência Hoje*, embora existissem “iniciativas isoladas de *popularização da ciência*, como programas de rádio, entrevistas de televisão, palestras a preços simbólicos, boletins informativos de sociedades científicas”, “*nunca* a comunidade científica em bloco havia se proposto tal desafio: falar sobre a ciência para a *população comum*” (*Ciência Hoje*, nº 184, Jul/2002 – grifos meus).

pela tecnologia, o que, de antemão, restringe esse universo, no momento em questão, a um não muito grande percentual da população brasileira.²⁵

Assim, o dialogismo e a responsividade que animam a criação da revista manifestam-se tanto na superfície, no fato (exteriormente visível) de ela se inscrever numa prática discursiva dialógica por natureza, cuja razão de ser é precisamente colocar a esfera científica em contato/diálogo com outras esferas da atividade social, quanto no fato (não manifesto) de comportar a presença de outras vozes discursivas do contexto e de se organizar em resposta a elas, com significativas implicações no que diz respeito à arquitetura dos seus enunciados, à constituição do sujeito do discurso e às suas relações com os objetos do dizer e com os outros parceiros da comunicação verbal.

Desse ponto de vista, um dos mais importantes movimentos desencadeados pela criação da revista é o desvelamento da dimensão retórica do discurso da SBPC, emergindo para o primeiro plano da atuação discursiva a produção de enunciados cuja composição não se pretende assentada apenas em procedimentos demonstrativos construídos por um locutor dotado de autoridade que fala a um auditório de iniciados sobre objetos do dizer acerca dos quais seu saber é incontroverso. Pelo contrário, ao se declarar, com a criação da revista, decidida a manter um canal de diálogo permanente com toda a sociedade, tomando parte abertamente nos debates fundamentais que nela se desenrolam, a SBPC assume a *retorização* do seu discurso e, atenuando, dessa forma, a imagem de um sujeito discursivo centrado na apresentação de fatos evidentes ou demonstráveis, ancorados nos raciocínios analíticos e formais típicos do discurso científico²⁶, volta-se também para a defesa de posições referidas ao universo do discutível e do controverso. Declara-se, desta forma, partícipe das tensões,

²⁵ Observe-se que *cidadão comum* carrega um tensionamento entre, no mínimo, duas vozes: uma aponta para o núcleo *cidadão* e, portanto, para aquele que, abstrata e universalmente, é portador de direitos (e deveres); outra que, ao apontar para o *comum*, aponta também, por oposição, para o *incomum*, logo, para o que se situa acima (ou abaixo) do universo da cidadania.

²⁶ Diga-se de passagem que a ausência de retorização no discurso científico está longe de ser ponto pacífico. A esse respeito, ver, por exemplo, PERELMAN/OLBRECHTS-TYTECA (1996) e CORACINI (1991).

confrontos e debates em andamento no mundo social e, nesse processo, ao se colocar como mais um *sujeito no debate*, coloca-se também como um *sujeito sob debate*. Incorporando, desse modo, a alteridade representada pelas vozes sociais para as quais, naquele momento, a ciência e os cientistas, assim como os rumos do país, são campos em discussão, a SBPC assume, por meio de *Ciência Hoje*, a produção de enunciados cujas estruturas composicionais são, em alto grau, organizadas por procedimentos argumentativos voltados para a persuasão do seu auditório.

Grillo, Dobranszky e Laplane (2004) já destacaram a contribuição que a retórica contemporânea oferece para uma abordagem dialógica do discurso, na medida em que reconhece como princípio estruturante do processo argumentativo o seu direcionamento para o interlocutor. Como se sabe, na linha de análise proposta pela retórica perelmaniana,

[...] o orador que queira agir eficazmente pelo seu discurso deve adaptar-se ao seu auditório.

Em que consiste esta adaptação que é uma exigência específica da argumentação? Essencialmente, em o orador só poder escolher, como ponto de partida do seu raciocínio, teses admitidas por aqueles a quem se dirige (PERELMAN, 1993, p. 41).

Para “provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento” (PERELMAN, 1993, p. 29), o discurso fundado na argumentação se organiza a partir de acordos formulados sobre valores, ideias e opiniões partilhadas coletivamente. É presumível que os tipos e graus desses acordos variem conforme o gênero ou o registro discursivo em que se opere. Nesse aspecto, os pares conceituais *propaganda/educação* e *iniciação/vulgarização* – apresentados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e explorados no artigo de Grillo, Dobranszky e Laplane (2004) – são muito pertinentes para a análise que aqui se desenvolve. Salientam esses autores que

no primeiro par, o estatuto do propagandista é o de granjeador da atenção do seu público, ao passo que o educador usufrui o prestígio de porta-voz legítimo dos valores de uma comunidade. O objeto do discurso educacional é apresentado como não sujeito a controvérsias e aproxima-se do discurso publicitário quando se torna *vulgarização* (Grillo et alli, 2004, p. 221 – grifo meu).

À luz dessas considerações, é possível ler a criação da revista *Ciência Hoje* como um ato dialógico que, atravessado por vozes e injunções do contexto, constitui-se como parte de uma estratégia por meio da qual a SBPC, incorporando a vulgarização ao seu discurso, amplia a sua produção discursiva em gêneros de transmissão de saberes, assumindo, pelo manuseio desses gêneros, determinadas posições diante dos objetos do dizer que naquele momento estão em pauta na sociedade. Nessa estratégia, ela, por um lado, recorre a combinações de mecanismos discursivos de várias esferas, em particular das esferas científica, educacional e midiática, em que certos traços (como a cientificidade, a didaticidade, a informatividade etc.) configuram uma assimetria entre um sujeito portador de um saber e um destinatário dele desprovido, e, por outro lado, em consonância com as demandas e pressões do momento, adota também uma face “propagandista”, expressa em um conjunto de procedimentos retóricos cujo propósito é justamente – partindo das ideias, opiniões, valores e referências socialmente compartilhadas – diminuir a distância²⁷ em relação ao *público em geral*, estabelecendo com ele acordos a partir dos quais busca, nos termos propostos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a adesão às teses em cuja defesa se coloca. Entre essas teses, elaboradas no interior do fluxo interdiscursivo, e, portanto, sob o assédio da alteridade nas suas mais diversas manifestações, destacam-se, em primeiro lugar, a necessidade da democratização e da construção da cidadania no Brasil e, em segundo lugar, a importância dos cientistas, da ciência e da tecnologia no processo de desenvolvimento do país e no fortalecimento da nação.

Naturalmente, na década de 80, os signos *democracia* e *cidadania*, em vez de apontarem para referentes inequívocos, correspondem a terrenos de acirrada disputa, arenas em que se batem posições ideológico-discursivas em contenda, ilustrando exemplarmente a ideia bakhtiniana de acordo com a qual “*em todo signo ideológico confrontam-se índices de*

²⁷ Conforme a visão de Michel Meyer, de acordo com a qual “*a retórica é a negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada*” (2007, p. 25 – grifo do autor).

valor contraditório” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2002 [1929], p. 46 – grifo dos autores), o que remete, mais uma vez, à noção de que os sentidos da língua não são dados estáticos, determinados *a priori* pelos traços de significado das palavras, mas se configuram no processo de interação verbal, resultando da articulação desses traços com as circunstâncias históricas, a memória discursiva e as condições de enunciação nas quais os signos são discursivamente postos em ação. Daí a palavra ser uma espécie de cadinho de acordos e conflitos, de concordâncias e dissensões, síntese de relações sociais que nela se refletem e se refratam. Daí também a sua capacidade de condensar a expressão de processos sociais em curso.

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriam caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2002 [1929], p. 41).

Democracia, por exemplo, dada a sua importância na luta política que se trava na sociedade brasileira nos anos 80, é um signo sob permanente assalto de posições ideológico-discursivas as mais variadas, muitas das quais, para promover práticas em seu nome, imprimem-lhe sentidos aparentemente²⁸ conflitantes com sua significação, como em grande parte dos enunciados em que o regime militar se apresenta como patrocinador da *redemocratização*, ou naqueles em que governos da Nova República invocam um real ou pretenso passado de luta pela democracia para justificar atos de violenta repressão a trabalhadores rurais e urbanos, numa prática jocosamente apelidada de *cassetete democrático*. Não é de se esquecer também que o assédio vem ainda de posições à esquerda, cujas vozes

²⁸ “Aparentemente”, porque a semântica que se depreende da linha teórica com que se trabalha nesta pesquisa não se coaduna com a ideia de que a palavra possa ter sentidos completamente inadequados ou infieis à sua natureza ou vocação, mas postula o entendimento de que o sentido é objeto de negociações e disputas travadas por sujeitos em interação.

tomam discursivamente a palavra para denunciar os limites de sua feição liberal e propor a sua radicalização, opondo *democracia* a *revolução*.²⁹

Com *cidadania*, a situação é ainda mais expressiva. Recuperada para o debate político no início da década de 80, a palavra é inicialmente hegemonizada pelas posições ideológico-discursivas alinhadas com a luta pela conquista dos direitos civis, políticos e sociais cerceados pelo regime militar, graças ao que ela é predominantemente investida de sentidos que, buscando convertê-la em emblema das propostas de mudança política e em súpula das ideias-força do contexto discursivo, imprimem-lhe um traço de atividade e autodeterminação, imputando, em decorrência, a *cidadão* o caráter de *sujeito* (por oposição a *objeto*) de direitos. Durante certo tempo, por isso, a palavra parece simbolizar o combate aos padrões de valor, pensamento e comportamento dominantes nos anos que antecederam a grande explosão dos movimentos sociais no país, e passa a frequentar assiduamente enunciados produzidos em diferentes esferas da comunicação verbal, num processo que, no plano dos sistemas ideológicos instituídos, culmina na Constituição de 1988 (não por acaso chamada de “a Constituição cidadã”), cujo texto, além de consagrar, já no artigo 1º, a cidadania como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, alude reiteradamente ao signo (assim como ao conexo *cidadão/s*) em vários dos seus dispositivos. O fato de ser bombardeada por parcelas da esquerda marxista, que, imputando-lhe sentidos negativos, evocam a memória discursiva para assinalar suas “origens” burguesas, se, por um lado, tira da palavra uma eventual unanimidade, por outro lado, atesta seu distanciamento de possíveis sectarismos, habilitando-a a abrigar um amplo leque de posições ideológico-discursivas,

²⁹ Uma boa ilustração deste debate está no livro de Francisco Weffort, *Por que democracia?*, de 1984, cujo título remete, segundo o próprio autor, à pergunta que lhe fizera um funcionário do governo norte-americano admirado com o fato de Weffort, sendo um importante representante da esquerda na época, falar em *democracia* e não em *revolução*. E assim como vinha esse questionamento pela direita, também os havia pela esquerda, podendo ser mencionado, como exemplo, o artigo de Hector Benoit publicado no boletim *Contracorrente nº 1*, Outubro de 1984, sob o título “Por que não democracia? Crítica a Francisco Weffort”. A importância da discussão sobre a democracia pode ser vista ainda em uma série de textos em circulação nesse período, entre os quais, além do de Weffort, destaque: *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho (1984); “A questão democrática”, de Marilena Chauí (1982); *O futuro da democracia*, de Norberto Bobbio (1986) etc.

inclusive aquelas contra as quais ela fora inicialmente empunhada. É em grande medida o que vai se verificar nos anos seguintes, quando pouco a pouco ela vai sendo ocupada por posições combatidas pela ascensão dos movimentos sociais, até se tornar, nos anos recentes, receptáculo de investimentos semânticos e discursivos bastante estranhos aos que ensejaram a sua retomada, prestando-se, muitas vezes, ao papel de salvo-conduto para práticas incompatíveis com seus sentidos iniciais, como, por exemplo, a avalanche de caridade assistencialista que, nos dias atuais, sob a sua chancela, produz e reproduz o esquecimento de que, sendo o cidadão o sujeito no exercício de direitos, nada mais contrário a isto que concebê-lo como objeto de beneficência alheia. Da mesma base origina-se a deformação de certas políticas que, em nome do direito do cidadão de participar na definição dos rumos da sociedade, jogam nas costas da população, na forma do chamado trabalho voluntário, as responsabilidades (em princípio, do Estado) com educação, saúde e outros serviços públicos. Mas o paroxismo da “distorção” é a identificação da ideia de cidadania com o trabalho “social” das celebridades que costumam frequentar os programas de auditório e as colunas “sociais”³⁰ para mostrar ao público que, além de ricas, bonitas e talentosas, são também engajadas na distribuição de benefícios e favores aos necessitados.³¹

Não é demais lembrar que esse tipo de operação ideológica, em que valores progressistas são colocados a serviço da legitimação de práticas retrógradas, longe de ser novidade no Brasil, parece integrar o DNA da nossa cultura, exprimindo recorrentemente ao longo da história, um “jeitinho” bem brasileiro de lidar com as ideias, o que não raro se traduz por extravagantes soluções que, combinando arcaísmo e modernidade, atraso e progresso, produzem, em muitos momentos, a errônea impressão de que as ideias estão “fora do lugar”.³²

³⁰ Inevitável observar mais uma vez, aqui, o uso do adjetivo *social* como distintivo de determinadas parcelas da sociedade.

³¹ Ver, a este respeito a dissertação de Cíntia Liesenberg, *A inserção da imprensa no discurso do terceiro setor. Análise do Projeto Cidadão 2001 (Correio Popular) e da Coluna Social (Folha de S.Paulo)*. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 2004.

³² Ver SCHWARZ (1992) e HOLANDA (1984). Ver também FRANCO (1976) e OLIVEIRA (1981).

Como já mostraram alguns estudiosos, no entanto, não se trata, no caso brasileiro, de contrassenso, tampouco, na verdade, de ideias fora do lugar, mas de uma curiosa capacidade de absorver a contradição e processar funcionalmente a oposição entre as ideias e a realidade, a ponto de tornar possível, por exemplo, que um senhor de engenho professe convicções liberais em um dia e negocie a compra e venda de escravos em outro. É o que permite entender também por que a instituição do regime republicano no país se confunde com um ato de proclamação de meia dúzia de militares em um episódio a que o público, supostamente o principal interessado, assiste “bestializado”³³. É o que explica, ainda, que os grupos dominantes chamem de *revolução* as ações que empreendem justamente com o intuito de impedir revoluções, como é o caso, por exemplo, do golpe de Estado de 1964.

Uma das ilustrações seguramente mais caricatas desse tipo de operação ideológica é o episódio da Constituinte de 1823, em que os membros da Assembleia, homens “sintonizados” com o que havia de mais moderno em termos de ideias, não se furtam a declarar sua simpatia pela teoria rousseuniana do contrato social, consignando no artigo 265 do projeto: “a Constituição reconhece *os contratos (!) entre os senhores e escravos*; o governo vigiará sobre sua manutenção” (PRADO JR., 1980, p. 52 – grifos meus).

Guardadas as proporções, a história se repete com *cidadania*, cujos sentidos, refletindo e refratando posições ideológico-discursivas em contenda na sociedade no decorrer das três últimas décadas, assumem muitas vezes feições extremamente contraditórias, num jogo de ocultamento e explicitação de conflitos em torno de divergentes concepções sobre o papel do povo na vida política e social do país.

Dada a força do fenômeno, ele não poderia, é claro, deixar de se manifestar na produção discursiva em diferentes esferas da comunicação verbal e, conseqüentemente, não

³³ Conforme o célebre artigo “Acontecimento único”, de Aristides Lobo, publicado na coluna Cartas do Rio, no jornal *Diário Popular*, em 15/11/1889. Disponível no site www.franklinmartins.com.br. Acesso em 06/08/2008.

poderia deixar de repercutir de modo significativo também no discurso de *Ciência Hoje*, cuja constituição se dá no mesmo período e no mesmo ambiente discursivo.

Criada em julho de 1982, é afinal nesse contexto que a revista vai se consolidando, ao longo dos anos seguintes, como o mais importante canal de comunicação da SBPC com a sociedade em geral, firmando-se como instrumento privilegiado de uma estratégia de participação político-social que nos anos posteriores desdobra-se em várias outras iniciativas, como *Ciência Hoje das Crianças*, *Ciência Hoje na Escola*, *Ciência Hoje On-Line etc*, nas quais se combinam elementos das esferas científica, educacional e midiática para a produção de enunciados que, como tais, são habitados pela alteridade nas suas mais variadas formas.

É também à presença do *outro* que em grande medida deve ser creditado o desdobramento discursivo observado na estratégia da SBPC (em vários momentos privilegiando registros discursivos distintos do registro científico), visto que a atmosfera efervescente da virada dos 70 para os 80, largamente iconoclástica e avessa aos cânones e poderes estabelecidos, de antemão desaconselha os discursos cuja persuasão se baseie em argumentos de autoridade, e exige que os sujeitos discursivos, no mais das vezes, justifiquem e relegitimem seus posicionamentos diante dos novos valores que se elaboram no quadro político e social em construção.

Obviamente, a ênfase lançada sobre uma face propagandista/proselitista não significa renúncia ou apagamento completo da credibilidade que a história da SBPC nos últimos anos carrega para o seu discurso. Diversamente de revistas de divulgação científica que se estabelecerão no mercado depois, como *Superinteressante* e *Galileu*, concebidas como *produtos* editoriais vinculados a projetos empresariais *privados* cujo horizonte imediato é o lucro, *Ciência Hoje* é marcada, de nascença, pelo fato de ser uma publicação da mais importante associação científica brasileira, dona de uma participação na vida pública recente do país que garante ao sujeito discursivo uma condição singular no processo de interação

verbal, posto que fala de um lugar institucional previamente definido por uma determinada carga de prestígio.

Sacramentando essa estratégia, a revista representa um marco divisor. Até 1982, embora possam ser identificadas no Brasil algumas ações e/ou atividades por meio das quais se difunde a produção científica no país (muitas delas levadas a cabo por figuras historicamente ligadas ao mundo da ciência, como é o caso de José Reis)³⁴, não existe ainda uma revista com o perfil de *Ciência Hoje*. Há, quando muito, as publicações que, segundo a tipologia de Wilson Bueno (1984)³⁵, corresponderiam à *disseminação científica*, ou seja, revistas especializadas, produzidas por associações vinculadas a alguns setores da produção e da pesquisa científica, que têm como público-alvo a própria comunidade dos cientistas, isto é, o público restrito dos especialistas, sejam da própria área (disseminação intrapares), sejam de áreas diferentes (disseminação interpares). Ressalvadas algumas particularidades, é o caso, também, da já mencionada *Ciência e Cultura*³⁶, publicada pela própria SBPC desde 1949 e dirigida, primordialmente, aos diversos setores da comunidade científica. No entanto, em um ambiente discursivo como o do início dos anos 80, em que se avolumam as vozes sociais em defesa de uma ética politizada, exigindo o engajamento de todos os segmentos sociais na busca de soluções para os grandes problemas do país e na construção de uma sociedade fundada em novos valores, a ideia de que haja esferas da atividade social impermeáveis à pressão dessas forças e à margem desse clamor é simplesmente inconcebível.

Nesse contexto, a ética coletivista, politizada e militante, cujo processo de constituição foi discutido no capítulo precedente, assume proporções predominantes na conformação do que o Círculo de Bakhtin chama de *superdestinatário*, ou seja, aquela instância ideológico-

³⁴ Para informações sobre José Reis e o seu trabalho em prol da ciência e da divulgação científica no Brasil, um bom ponto de partida é o site www.eca.usp.br/núcleos/njr.

³⁵ A tipologia proposta por Wilson Bueno na sua tese de doutoramento, em 1984, parece ainda bastante adequada. De acordo com ela, *difusão científica* seria o conceito mais geral, compreendendo todo tipo de atividade de informação relativa à ciência e à tecnologia. Incluiria, assim, a *disseminação científica*, a *divulgação científica* e o *jornalismo científico* (BUENO, 1984).

³⁶ Mais recentemente observa-se uma mudança neste perfil de *Ciência e Cultura*, que também passa a se dirigir a um público mais amplo.

discursiva que, sintetizando as crenças, valores e padrões ético-morais socialmente hegemônicos em uma época, situa-se acima dos interlocutores diretos e impõe-se como uma espécie de interlocutor social (a voz da coletividade) ao qual os parceiros da comunicação verbal devem se reportar, em praticamente todas as esferas de atividade, em maior ou menor grau, para conferir legitimidade social aos seus discursos.

O enunciado sempre tem um destinatário (com características variáveis, ele pode ser mais ou menos próximo, concreto, percebido com maior ou menor consciência) de quem o autor da produção verbal espera e presume uma compreensão responsiva. Este destinatário é o *segundo* (mais uma vez, não no sentido aritmético). Porém, afora este destinatário (o segundo), o autor do enunciado, de modo mais ou menos consciente, pressupõe um *superdestinatário* superior (o terceiro) cuja compreensão responsiva absolutamente exata é pressuposta seja num espaço metafísico, seja num tempo histórico afastado. (O destinatário de emergência). Em diferentes épocas, graças a uma percepção variada do mundo, este superdestinatário, com sua compreensão responsiva, idealmente correta, adquire uma identidade concreta variável (Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, a ciência etc.).

[...] Todo diálogo se desenrola como se fosse presenciado por um terceiro, invisível, dotado de uma compreensão responsiva, e que se situa acima de todos os participantes do diálogo (os parceiros) (BAKHTIN, 2000 [1959-61], p. 356 – grifos do autor).

No início dos anos 80, este superdestinatário, encarnando uma ética caracterizada pela valorização do papel do povo (ou da sociedade) na vida do país e pelo reconhecimento dos direitos (à informação, à educação, à participação etc) desse povo (ou dessa sociedade), propõe como critérios de apreciação valorativa dos enunciados sua adesão às ideias-força do momento, tais como *democracia, participação, direitos, cidadania, solidariedade, atuação, sociedade, responsabilidade social, compromisso, movimento, autonomia* etc. Por isto, é acerca dessas noções que os discursos estruturados argumentativamente tentam estabelecer acordos com seus auditórios. Uma vez que no processo argumentativo a finalidade não é “provar a verdade da conclusão a partir da verdade das premissas, mas transferir para a conclusão a *adesão* concedida às premissas” (PERELMAN, 1993, p. 41 – grifo do autor), a propensão dos sujeitos, no contexto discursivo do início dos anos 80, é tentar conferir

legitimidade e força persuasiva aos seus enunciados dirigindo-se aos seus destinatários em nome desses valores, ainda quando não tenham com eles real afinidade ou compromisso.³⁷

A SBPC dera grande contribuição ao processo de configuração deste superdestinatário e dos valores que o constituem. Ao longo da década de 70, ela se transformara, como já salientado, em importante protagonista da crítica à ditadura e da luta pela democratização, transformando suas reuniões anuais em grandes fóruns de debate das mais importantes questões nacionais. Isto não impede, entretanto, que no início dos anos 80 parem ainda em algumas áreas dúvidas quanto ao verdadeiro papel social da ciência e dos cientistas. Numa atmosfera de polarização, em que de um lado está o povo (ou a sociedade civil) e do outro os adversários da sua emancipação, não está claro, para muita gente, a serviço de quem estão a ciência e os cientistas. Mesmo no interior da comunidade científica e da SBPC, esta não é uma questão inteiramente resolvida e em muitos momentos os editoriais de *Ciência Hoje* vão refletir um tensionamento entre, de um lado, posições para as quais os cientistas devem se ocupar de tarefas específicas e próprias do campo científico, e, de outro, posições para as quais a ciência e os cientistas devem se engajar, de forma ativa e propositiva, na discussão e resolução dos problemas da sociedade.

Por outro lado, em searas mais radicais, não falta quem veja com desconfiança as possíveis relações da ciência e dos cientistas com as lutas do povo. Nos círculos mais politizados, ganha força a ideia de que *saber* e *poder* são inseparáveis, o que, na militância popular e sindical, reflete-se em cadernos, cartilhas e outros materiais propondo o conhecimento como ferramenta de luta.³⁸ A ideia-força no interior dessa concepção é a de que um dos eixos da dominação reside em um mecanismo de exclusão, representado pela

³⁷ A noção de *superdestinatário* é explorada aqui numa acepção equivalente à de *doxa*, que, na perspectiva da nova retórica proposta por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1996), remete ao conjunto de opiniões e valores usados, no processo argumentativo, como ponto de partida para a formulação do acordo (ou acordos) entre o orador (o sujeito) e o auditório (o destinatário).

³⁸ Na década de 80, o título de um dos cadernos de formação do NEP – Núcleo de Educação Popular 13 de Maio é, sintomaticamente, *Quem sabe mais, luta melhor!*

impossibilidade de acesso do povo ao saber socialmente produzido. Portanto, combater este mecanismo de dominação significa lutar para que o povo tenha acesso a este saber. Mas há também uma visão segundo a qual o próprio saber já estaria contaminado pela lógica da dominação. No limite, esta vertente conduz à ideia de que há um saber dominante e um saber popular. Filiam-se a ela muitas das propostas de educação popular para as quais emancipar o povo implica, entre muitas outras coisas, valorizar o seu próprio saber em contraposição a um saber que lhe é imposto de fora e usado como instrumento da sua sujeição. Levada ao extremo, essa tendência não raro se exprime sob a forma de obstinada recusa de todo saber estabelecido, canônico ou oficial, revestindo-se de intenso antiacademicismo, embora, curiosamente, encontre correspondência (e, em larga medida, apoio) em muitas concepções prestigiadas nas universidades nesse momento. Uma delas, ligada à tradição marxista, pode ser resumida na máxima de acordo com a qual “as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante”³⁹, o que torna todo saber socialmente predominante suspeito de, em última instância, estar a serviço da dominação. A produção intelectual de Michel Foucault, cujos trabalhos de “genealogia” examinam as conexões entre a lógica de produção dos saberes e a lógica de produção dos poderes⁴⁰, é também uma fonte importante dessa visão. Aponte-se, ainda, a Escola de Frankfurt, em especial Herbert Marcuse, com sua crítica da racionalidade predominante na sociedade industrial contemporânea, sugerindo a identificação da ciência e da técnica com a ideologia⁴¹. No Brasil, as reflexões de Marilena Chauí em torno da questão

³⁹ Um dos principais textos de Marx em que essa ideia é desenvolvida é *A ideologia alemã*: “As ideias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual” (1982, p. 72 – grifos do autor).

⁴⁰ Entre os trabalhos de Foucault que podem ser mencionados estão: *Vigiar e punir* (1977), *História da sexualidade: a vontade de saber* (1988), *Microfísica do poder* (1981) e *As palavras e as coisas* (1981).

⁴¹ Entre os trabalhos de Marcuse podem ser citados: *Eros e civilização* (1981), *Razão e revolução* (1978), e, principalmente, *A ideologia da sociedade industrial* (1979).

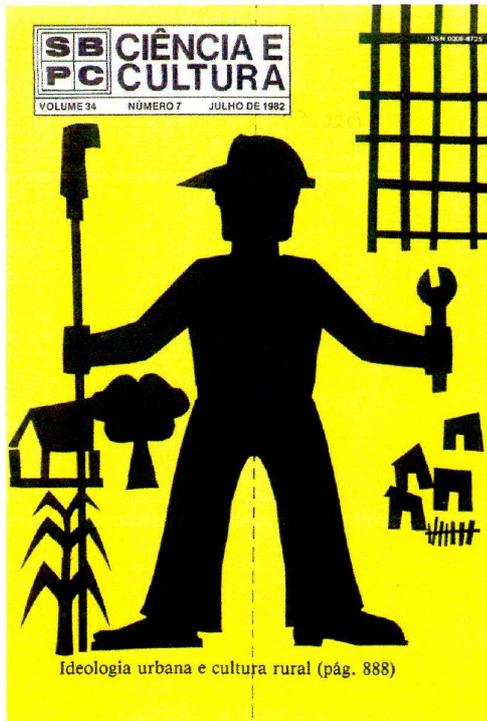
da cultura popular e acerca da ideia de Organização e do discurso competente também operam a favor dessa tendência.⁴²

Não é de se estranhar, por isso, que os principais objetos do dizer para os quais a produção discursiva da SBPC se volta nesse momento sejam justamente a ciência e os cientistas, e em particular suas relações com a sociedade brasileira, seus problemas e a sua possível contribuição para resolvê-los.

Desta forma, em conjugação com as determinações do contexto discursivo e sob o influxo das coerções da atividade de divulgação científica, a estratégia discursiva da SBPC se reflete em várias características de *Ciência Hoje*, a começar pelo projeto gráfico, marcado pela intenção de se diferenciar do caráter austero típico das publicações científicas da época e atrair, deste modo, os leitores não especializados aos quais passa a se dirigir.

É o que se nota, por exemplo, nas imagens apresentadas a seguir, em que, contrastando-se aspectos visuais de edições de *Ciência Hoje* e de *Ciência e Cultura* produzidas no início dos anos 80, pode-se ver como o padrão visual de *CH* se diferencia do de outras publicações do mesmo período.

⁴² No caso de Marilena Chauí, os principais títulos a mencionar são: *O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários* (1983), *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil* (1986) e *Cultura e democracia* (1982)



Capa e páginas internas da revista *Ciência e Cultura*, edição de julho de 1982

COMUNICAÇÃO

ESTUDO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LINGÜÍSTICA EM FÓRUM DE DISCUSSÃO DEBATEDO NO CECILIO DE TUBA DO PROGRESSO EDUCACIONAL

de autoria de: ...

RESUMO: ...

ABSTRACT: ...

INTRODUÇÃO: ...

CONSIDERAÇÕES: ...

CONCLUSÃO: ...

REFERÊNCIAS: ...

NOTAS: ...

RESUMO: ...

ABSTRACT: ...

INTRODUÇÃO: ...

CONSIDERAÇÕES: ...

CONCLUSÃO: ...

REFERÊNCIAS: ...

NOTAS: ...

CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

ANÁLISE DE DADOS DE UM SISTEMA DE ...

de autoria de: ...

RESUMO: ...

ABSTRACT: ...

INTRODUÇÃO: ...

CONSIDERAÇÕES: ...

CONCLUSÃO: ...

REFERÊNCIAS: ...

NOTAS: ...

RESUMO: ...

ABSTRACT: ...

INTRODUÇÃO: ...

CONSIDERAÇÕES: ...

CONCLUSÃO: ...

REFERÊNCIAS: ...

NOTAS: ...

CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

ANÁLISE DE DADOS DE UM SISTEMA DE ...

de autoria de: ...

RESUMO: ...

ABSTRACT: ...

INTRODUÇÃO: ...

CONSIDERAÇÕES: ...

CONCLUSÃO: ...

REFERÊNCIAS: ...

NOTAS: ...

CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

ANÁLISE DE DADOS DE UM SISTEMA DE ...

de autoria de: ...

RESUMO: ...

ABSTRACT: ...

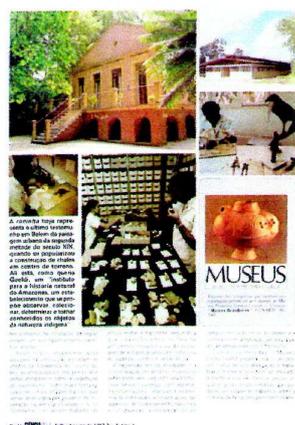
INTRODUÇÃO: ...

CONSIDERAÇÕES: ...

CONCLUSÃO: ...

REFERÊNCIAS: ...

NOTAS: ...

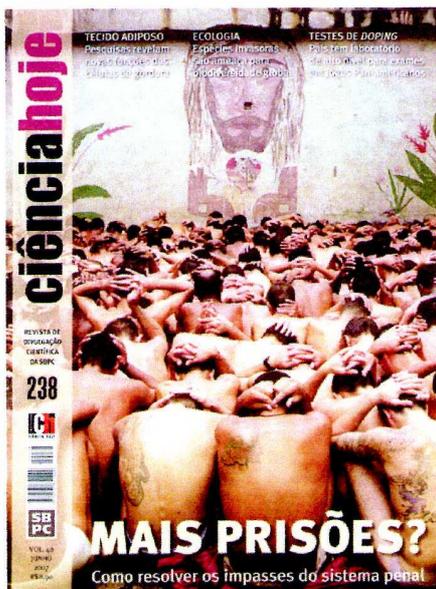


Capa e páginas internas da revista *Ciência Hoje*, edição de julho de 1982



Capa em quadricromia, diagramação interna mais leve, organização espacial menos concentrada, parte do miolo em quatro cores, diversidade de linhas, maior utilização de boxes explicativos e presença de ilustrações compõem, em *Ciência Hoje*, uma programação visual preocupada em se fazer atraente e, assim, captar o interesse e a atenção de um destinatário que não corresponde mais ao público cativo de especialistas, mas a um leitor presumido que é preciso persuadir.

Durante toda a sua existência, a dimensão visual terá papel relevante no funcionamento discursivo de *Ciência Hoje*, refletindo e refratando gostos e preferências gráficas e estéticas em elaboração na sociedade, como se pode ver pela imagem a seguir, reunindo capa e páginas internas da edição de junho de 2007, em que se percebe como a programação visual da revista vai evoluindo cada vez mais na direção de uma concepção gráfica que propõe o agradável, o leve e o prazeroso como elementos de sedução do seu destinatário presumido.



Capa e páginas internas da revista *Ciência Hoje*, edição de junho de 2007



Um outro aspecto em que a concepção de *Ciência Hoje* se articula em íntimo diálogo com questões postas pelo contexto discursivo é a importância dada à sociedade brasileira e aos seus problemas nas matérias e artigos distribuídos ao longo das edições da revista. Este é, entre muitos outros, um dos índices da posição ideológico-discursiva de *Ciência Hoje* e pode ser encarado também como uma das faces da resposta da SBPC aos enunciados que circulam nesse momento colocando como questão central a necessidade de se pensar o Brasil e a sociedade brasileira, seus dilemas, caminhos e desenvolvimentos. Daí a presença privilegiada de temas como Amazônia, Carajás, Cubatão, demografia, universidade, economia, futebol, índios, eleições, desemprego, pesquisa científica e tecnológica, desnutrição, meio-ambiente e recursos naturais brasileiros, que são, na época de surgimento da revista, alguns dos grandes temas em debate no país.

Todos esses liames vão se refletir e se refratar de diferentes maneiras na estrutura composicional dos enunciados internos de *Ciência Hoje* e, nesse aspecto, os editoriais constituem, como se verá, o gênero privilegiado para a observação das relações dialógicas no discurso da revista, razão pela qual foram escolhidos para compor o *corpus* da pesquisa. Como diferentes discursos presentes nesse momento da realidade histórico-social se manifestam nos elementos de composição desses editoriais é o que será visto nas páginas seguintes.

CAPÍTULO 3

GÊNERO, POLITIZAÇÃO E PARCEIROS DA COMUNICAÇÃO

NO DISCURSO DE *CIÊNCIA HOJE*

Em vista das considerações precedentes, a análise aqui realizada parte do entendimento de que, assim como a prática da divulgação científica encaixa-se perfeitamente à estratégia discursiva da SBPC no sentido de participar de modo ativo nos debates em curso e assumir responsivamente uma posição no fluxo interdiscursivo da sociedade, o gênero *editorial* é, entre todos os manuseados em *Ciência Hoje* ao longo da década de 80, o que mais se ajusta ao intuito discursivo de defender o posicionamento da instituição, naquele momento representado, essencialmente, pela ideia de que a ciência e os cientistas, atentos ao momento histórico crucial que vive o Brasil, estão empenhados em contribuir de maneira decisiva para a construção de uma sociedade democrática e para o desenvolvimento de uma nação forte, independente e soberana. Embora esse intuito discursivo anime também, em diferentes níveis, os artigos, reportagens, entrevistas e demais enunciados da revista, é no editorial que se apresenta terreno mais propício não apenas para sua realização, mas também (dadas as possibilidades que a forma específica de acabamento do gênero proporciona para a articulação entre o querer-dizer do sujeito e o tratamento exaustivo dos temas no seu horizonte discursivo) para a manifestação das principais posições ideológico-discursivas em interação e disputa no contexto, o que constitui o objeto deste capítulo.

3.1 A NOÇÃO DE *GÊNERO* E O LUGAR DO EDITORIAL NO DISCURSO DA REVISTA

Uma vez que esta linha interpretativa é desenvolvida fundamentalmente a partir da noção bakhtiniana de *gênero*, convém, antes de mais nada, lembrar que o conceito integra uma concepção de linguagem de acordo com a qual a comunicação discursiva na sociedade se efetiva por meio de enunciados que, produzidos no interior de determinadas esferas de atividade, são construídos segundo formas típicas de estruturação (os gêneros), as quais, alinhavando o intuito discursivo e o tratamento do tema, imprimem a estes enunciados um determinado acabamento. Este acabamento, tornando o enunciado apto a “condicionar uma atitude responsiva ativa nos outros parceiros da comunicação” (BAKHTIN, 2000 [1952-53], p. 306), garante a alternância dos sujeitos e regula a relação que o enunciado mantém com seu próprio autor e com seus destinatários. O gênero desempenha, desta forma, papel fundamental no processo de interação verbal, uma vez que, no âmbito de uma dada esfera e em consonância com as particularidades discursivas a ela inerentes, promove a articulação entre o querer-dizer individualizado do sujeito e os condicionamentos da realidade histórico-social, transfundidos para o discurso desse sujeito por intermédio das coerções genéricas: “Os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os *gêneros do discurso*, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua” (BAKHTIN, 2000 [1952-53], p. 285 – grifo meu).

Correspondendo, então, a tipos de enunciados concernentes às especificidades discursivas das diferentes esferas de atividade, os gêneros são, por sua vez, constituídos pela união indissolúvel de um conteúdo temático, um estilo e uma construção composicional.

Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de

vista temático, composicional e estilístico. O estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro etc) (BAKHTIN, 2000 [1952-53], p. 284)

A *forma composicional* responde, assim, pela fisionomia do gênero, compreendendo os procedimentos pelos quais o material verbal (ou verbo-visual) é organizado e as partes são, segundo uma determinada perspectiva, articuladas em um todo. O *conteúdo temático* "dá conta do elemento semântico do gênero, isto é, da relação entre o enunciado e o objeto do sentido, ou entre as representações linguísticas e os referentes do mundo" (GRILLO, 2007, p. 30)⁴³, e diz respeito, portanto, à maneira como o gênero circunscreve e percebe os objetos do real. O *estilo*, por sua vez, representa a forma típica de seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais.

É a conjugação desses três elementos, cuja associação se dá sob o governo do dialogismo e da responsividade, que faz do gênero uma forma específica de apreensão da realidade e de atuação discursiva nela, articulando em enunciados produzidos segundo suas prescrições e possibilidades o intuito discursivo e o contexto histórico-social.

O querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero do discurso*. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros etc. Depois disso, o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado (BAKHTIN, 2000 [1952-53], p. 301 – grifo do autor).

Face a isto, a interpretação aqui proposta é que, pelas suas particularidades, o editorial é o gênero que, no caso de *Ciência Hoje*, reúne as condições para articular de modo mais direto o intuito discursivo do sujeito com as determinações da realidade histórico-social no Brasil dos anos 80, oferecendo, em vista da extrema compatibilidade entre suas características

⁴³ "Le contenu thématique rend compte de l'élément sémantique du genre, autrement dit du rapport entre l'énoncé et l'objet du sens, ou entre les représentations linguistiques et les référents du monde."

composicionais, temáticas e estilísticas e o querer-dizer da SBPC, possibilidades mais favoráveis de interação dialógica com a memória coletiva e o contexto discursivo.

Uma das razões para isto tem a ver com o fato de se tratar de um gênero (típico da esfera jornalística) em princípio vocacionado para exprimir o ponto de vista da instituição, se tomamos por parâmetro os estudiosos para quem os gêneros do discurso jornalístico podem ser divididos segundo a dicotomia *opinião-informação*, como é o caso, em particular, de Marques de Melo (2003), a partir de cujas propostas classificatórias (juntamente com as de Luiz Beltrão (1980)), Francisco de Assis Carvalho, em sua dissertação de mestrado, propõe, para *editorial*, a seguinte definição:

[...] gênero do discurso jornalístico que expressa a opinião do veículo de comunicação sobre os fatos mais importantes no espaço político-social-econômico com abrangência local, nacional e internacional. Oferece o ponto de vista da instituição e, como consequência, a sua relação é afetada por certo protocolo, em que se emprega uma linguagem impessoal, concisão na apresentação dos argumentos que defende, refutação de opiniões opostas e conclusão que enfatiza o ponto de vista da empresa. Normalmente, ocupa um espaço fixo e costuma não ser assinado. Por tratar de temas da atualidade, tem como finalidade influenciar a opinião pública [...] (CARVALHO, 2008, p. 72).

Mesmo se adotamos como referência concepções divergentes, como a de Chaparro (1998), para quem o paradigma *opinião-informação*, ultrapassado, não dá conta da categorização dos gêneros jornalísticos, uma vez que, para ele, "o jornalismo não se divide, mas constrói-se com informações e opiniões" (1998, p. 100), não se afasta, de qualquer modo, a sugestão de que o editorial é um gênero cujos elementos de composição parecem incliná-lo, por excelência, para a manifestação das posições do sujeito acerca dos elementos da realidade na mira de sua atuação e/ou de seus interesses, o que, por sua vez, também não oblitera o pressuposto, na base da abordagem dialógica aqui desenvolvida, de que o enunciado não se esgota na manifestação do sujeito, mas, ao contrário, resulta justamente da articulação da subjetividade com a alteridade. É, aliás, para isto que, embora sob orientação teórica diversa, aponta a análise de Chaparro:

O mundo de verdade que dá significação ao texto é um mundo de ajustamentos dinâmicos, em contextos reais, com múltiplos sujeitos (todos interessados) e muitas

verdades – verdades de quem escreve, de quem lê, de quem informa, de quem comenta, de quem fala, de quem ouve... Há uma estratégia dialéctica de interacções, em que cada partícipe entra com as aspirações criadas pela respectiva opinião. E a interpretação dá-se por acordos e conflitos, por compreensão e incompreensão, por rejeições e aceitações, por desconfianças e crenças (1998, p. 105).

Deste modo, se, por um lado, é verdade que não existem "espaços exclusivos ou excludentes para a opinião e a informação" (CHAPARRO, 1998, p. 101), não parece descabido, por outro lado, pretender que, enquanto alguns gêneros inclinam-se mais para a informação, outros têm uma propensão mais opinativa, ou seja, enquanto alguns se ajustam mais a conteúdos informativos, outros se amoldam melhor a conteúdos argumentativos. É claro, ademais, que a efetivação ou não de tais tendências, assim como o grau em que elas serão concretizadas, dependem dos condicionamentos da realidade histórico-social, como, a propósito, demonstra a investigação de Chaparro que, comparando formas discursivas do jornalismo brasileiro nos decênios 1965/74 e 1975/84, identificou neste, em contraste com aquele, uma concentração maior dos conteúdos argumentativos (1998, p. 84-85), o que certamente se explica pela atmosfera altamente politizada e retorizada na virada dos anos 70 para os anos 80, conforme já se mostrou anteriormente.

É, pois, graças ao encontro de suas naturais inclinações com determinadas condições do momento histórico que o editorial presta-se, como nenhum outro gênero, ao objetivo da SBPC de, em diálogo com as outras posições ideológicas em circulação no contexto discursivo dos anos 80, declarar e defender a sua posição perante esse contexto.

Vários são os traços que contribuem para facilitar esse encontro. Um deles é o caráter introdutório do gênero, já que não se ocupa especificamente de uma matéria, mas atua, em vez disso, como um gênero de mediação que prepara o leitor para os enunciados internos, os quais são por ele tematicamente amarrados. Por isso, permite à SBPC (ou ao sujeito que fala em seu nome) discorrer sobre os mais variados assuntos em pauta e dirigir-se ao seu leitor (e virtualmente à sociedade como um todo) com o fito de, em conformidade com as injunções do momento, convencê-lo de que os assuntos tratados nas páginas de *Ciência Hoje* não dizem

respeito apenas a interesses de grupos envolvidos na produção deste ou daquele conhecimento, mas ao conjunto da população, visando, em princípio, uma sociedade bem informada e com capacidade crítica para influir nas decisões que afetam o seu destino.

A concisão também é uma marca importante do gênero. De pequena extensão (em geral, não mais que uma página), o editorial é, normalmente, um enunciado curto, constituído de poucos parágrafos, também curtos, e, por isso, compatível com raciocínios esquemáticos, uso de máximas, apresentação de fórmulas sentenciais e repetição de opiniões, em detrimento de procedimentos demonstrativos minuciosos. Favorece, desta forma, a afirmação das bandeiras e a reiteração sistemática das propostas em cuja defesa a SBPC se posiciona.

A simplicidade estrutural do gênero, aliada às características supracitadas, pode também ser apontada como um dos fatores que o fazem bastante receptivo a construções dicotômicas, assentadas na euforização de posições do sujeito, em contraposição à disforização de posições divergentes. Facilita, por isso, a aplicação dos acentos apreciativos (positivos ou negativos) que a SBPC faz incidir sobre as posições com as quais direta e/ou indiretamente dialoga.

Por fim, há que se mencionar o cunho proselitista, para o qual o gênero, dada a sua vocação argumentativa, tem uma abertura natural, assumindo, muitas vezes, tonalidades de libelo, panfleto, manifesto. Carvalho chega a dizer que "sua linguagem é de púlpito, de cátedra, de tribunal" (2008, p. 72). Tais potencialidades são bastante exploradas em *Ciência Hoje* para a defesa apaixonada de bandeiras e o combate aguerrido a adversários.

São estas as características principais dos enunciados que, durante a década de 80, vão cumprir a função de editorial da revista, ocupando, como é de praxe no gênero, uma das páginas iniciais da edição, ao lado de seções como *Expediente*, *Tome ciência*, *O leitor pergunta* e outras que preencherão as adjacências. Registre-se, como particularidade, que a chancela "Editorial" propriamente dita só é usada regularmente a partir da edição de agosto de

1990, tendo figurado, antes disso, apenas na edição nº 2, de setembro/outubro de 1982, após aparecer, na primeira edição, por motivos óbvios, sob o rótulo “Apresentação”. De novembro/dezembro de 1982 (edição nº 3) até julho de 1990 (edição nº 64), o rótulo que encimará a página do editorial será "Ao Leitor". Merece registro também a inclusão, a partir da edição nº 23 (março/abril de 1986), de um título específico para cada editorial, numa prática que, interrompida apenas nas edições nºs 24 e 26 (respectivamente, mai/jun 1986 e set/out 1986), prevalecerá no restante das edições, embora com feições modificadas a partir da edição nº 130, de agosto de 1997, quando a estrutura composicional do enunciado sofre alterações radicais, passando a se chamar "Carta ao leitor" e distanciando-se da atitude argumentativa característica até então.

Ao longo da década de 80, tais particularidades, longe de descaracterizar, do ponto de vista genérico, a arquitetura dos editoriais, potencializam os elementos da forma de acabamento do gênero, favorecendo ainda mais a articulação do intuito discursivo do sujeito com a realidade histórico-social nesse período. O título aduzido no início de cada um dos editoriais, por exemplo, situa discursivamente o leitor e sintetiza, logo de início, não apenas o assunto do próprio enunciado mas também a amarração temática da edição da revista. Quanto ao rótulo "Ao Leitor", desempenha (juntamente com o vocativo "Caro leitor", usado na abertura do enunciado), importante papel na estratégia discursiva do sujeito, no sentido de diminuir a distância em relação ao seu destinatário presumido.

3. 2 POLITIZAÇÃO, RETORIZAÇÃO E POSIÇÕES IDEOLÓGICAS NO DISCURSO DE *CIÊNCIA HOJE*

Por todas as razões apresentadas acima, os editoriais são os enunciados em que o dialogismo e a responsividade do discurso de *Ciência Hoje* se dão a perceber de forma mais flagrante. É neles que se evidencia com maior nitidez o fato de que, nos anos de 1980, a participação do discurso da SBPC no fluxo interdiscursivo da sociedade organiza-se sob dois impulsos básicos: a *retorização* e a *politização*. *Retorização* porque, nesses enunciados, o discurso é estruturado em bases argumentativas, propondo, a partir de premissas partilhadas simultaneamente com o *superdestinatário* e o *destinatário*, a adesão deste a determinadas conclusões. *Politização* porque a mais importante premissa a que este discurso recorre é justamente a que aponta para a necessidade de discussão dos processos de decisão e das relações Estado-Sociedade.

Tais impulsos constituem os principais nexos pelos quais os editoriais de *Ciência Hoje* se ligam à atmosfera que, sob o impacto da onda movimentalista deflagrada na década anterior, toma conta da sociedade nos anos de 1980 e, como vimos, invade praticamente todas as esferas da comunicação verbal, fazendo com que pequenas e grandes questões (política econômica, organização sindical, distribuição de renda, desigualdade social, condição feminina, arte, sexualidade, futebol, meio ambiente etc), muitas delas antes adstritas às fronteiras de segmentos sociais específicos, assomem às ruas e pleiteiem o estatuto de interesse geral, reivindicando, por extensão, a configuração de um espaço público em que possam se apresentar à discussão e ao debate.

No embalo dessa *publicização* da vida política e social é que, de um lado, firma-se a ideia de que os problemas, os dilemas e as soluções relativas aos rumos do país devem ser

objeto de discussão e de debate públicos, enquanto, de outro lado, *democratização*, *participação*, *direitos* e *cidadania* vão se tornando as mais importantes referências ético-políticas do contexto discursivo, impondo-se como objetos do dizer praticamente obrigatórios, acerca dos quais proliferam enunciados em cujo território se encontram e/ou se confrontam as principais posições político-ideológicas em interação e disputa na sociedade.

Engendrados por essa atmosfera, estes dois impulsos (a retorização e a politização), indo ao encontro de aptidões próprias do editorial enquanto gênero, vão se amalgamar de modo indissociável à sua *construção composicional*, *conteúdo temático* e *estilo* e, deste modo, concorrer para imprimir nos enunciados com esse acabamento determinadas formas de articulação do querer-dizer do sujeito com o contexto discursivo.

É sob estas condições que se estabelecem as relações dialógicas do discurso da SBPC com outros discursos presentes na sociedade brasileira no período e é, portanto, nesse quadro que se dá, no território dos editoriais da revista, o diálogo entre as principais posições ideológicas em circulação no fluxo interdiscursivo.

Tais posições são, neste trabalho, esquematicamente agrupadas, para fins de análise, em quatro grandes blocos. Baseada na consulta aos já mencionados estudos sobre o período, esta divisão não tem, naturalmente, a pretensão de esgotar a variedade de posições ideológicas existentes no contexto discursivo em exame, mas procura apenas, em face exclusivamente dos objetivos do estudo aqui desenvolvido, delimitar aquelas que de modo mais frequente se fazem representar no discurso de *Ciência Hoje*. Uma vez que, ao lado da retorização, um dos traços mais fortes do contexto discursivo em foco é a politização, o principal critério utilizado para a distinção desses blocos é o modo como as posições ideológico-discursivas neles compreendidas veem a organização política da sociedade e as relações do povo com o poder.

Adotado esse recorte, podem se agrupar as principais posições ideológicas presentes no fluxo interdiscursivo da sociedade brasileira dos anos 80 nos seguintes blocos:

1) *Autoritário-tutelar*. Identificado basicamente com a ditadura e a tecnocracia, este bloco tem como um dos seus eixos ideológicos a noção de que a sociedade deve ser tutelada, cabendo obviamente aos setores mais competentes e capacitados tomar em suas mãos a condução dos negócios e dos destinos do país, promovendo a sua estabilidade e removendo os obstáculos ao seu desenvolvimento, mesmo que para isso seja necessário, às vezes, usar a força para neutralizar os opositores, sobretudo aqueles cuja ação, explicitando ou incitando ao conflito, coloque em risco a unidade do todo social. Daí o modo bem particular com que, muitas vezes, a defesa da democracia e da cidadania aparece nos enunciados patrocinados por esse bloco, posto que, da sua perspectiva, noções como *direitos* e *participação* têm muito mais a ver com a transigência dos governantes do que propriamente com prerrogativas dos governados. Os recortes de enunciados a seguir ilustram esta posição, que, nos anos 1980, está sob forte ataque de outras posições político-ideológicas:

O governo, do mesmo passo que oferece seus bons ofícios às partes em litígio e propugna as justas reivindicações do operariado, pede a colaboração de todos e pondera que não há lugar, entre nós, para a luta de classes. Portanto, agirá em consequência contra os movimentos atentatórios à lei, à paz e ao bem comum nacional (Murilo Macedo, ministro do Trabalho, em “Sindicalismo deve ser apolítico”, *Folha de S. Paulo*, 24/04/1979).

[...]

Pediram-me democracia e eu disse que ia fazer desse país uma democracia. Pediram-me anistia e ao afirmar eu que ia dar anistia a mais ampla possível, chamaram-me de mentiroso. Pediram-me liberdade de imprensa e aí está a imprensa para dizer o que entende e o que não entende. Através dela, os adversários do meu governo têm livre a palavra para me atacar [...] Continuem duvidando as oposições da minha palavra e eu continuarei com fatos e com atos a fazer aquilo que o povo me pede (general João Baptista Figueiredo, presidente da República, em “Oposição mente”, *O Estado de S. Paulo*, 05/03/1982).

2) *Legal-representacionista*. Identificado principalmente com a oposição institucional ao regime militar, este bloco, que se autorrepresenta como o mais importante e autêntico agente da democratização, em grande medida retoma sob novas formulações o ideário nacional-burguês proveniente da Revolução Francesa, defendendo um Estado de Direito sustentado por uma estrutura institucional pela qual se assegure ao povo (ou à *sociedade civil*, ou, às vezes, à *nação*) o atendimento a necessidades e direitos básicos, incluindo o de escolher seus representantes e governantes. Embora também contemple a ideia de que a sociedade seja,

por definição, desigual e composta pelos que dirigem e pelos que são dirigidos, propõe que é direito dos dirigidos escolher os dirigentes, e, no contexto em foco, é um dos principais propagadores do discurso da participação. No tocante ao papel do conflito na vida social, o bloco comporta desde as visões para as quais a sociedade é um todo compacto e harmônico, sujeito apenas ocasionalmente a turbulências desagregadoras, até aquelas que, em um viés republicano, veem a sociedade como constituída, por natureza, pelo confronto de interesses, que devem ser regulados por meio de canais institucionais de manifestação, a fim de que não se tornem nocivos à integridade do todo social. Eis abaixo alguns recortes de enunciados em que se manifesta euforicamente esta posição, defendida nos anos de 1980 por sujeitos como ABI, OAB, algumas alas do PT, setores da Igreja Católica e do PMDB (mais tarde, também do PSDB e de outros partidos);

Três são as diretrizes básicas de nosso programa de governo: democratização, moralização, prioridade para o atendimento das necessidades básicas da população. 1. Para democratizar as decisões e a administração é necessário promover a “descentralização” e apoiar a “participação” da comunidade. A democracia moderna não se esgota no voto, mas envolve a participação permanente da cidadania na solução dos problemas coletivos [...] A população é que conhece melhor seus problemas e, em seus múltiplos segmentos, tem o direito de participar nas decisões que lhe dizem respeito. É por isso, também, que teremos representantes de empregados e usuários na direção das empresas do Estado (Franco Montoro, senador da República, em “Chegou a hora de mudar”, *Folha de S. Paulo*, 18/04/1982).

3) *Basista-diretista*. Este bloco, cuja maior afinidade é com a já referida vertente disruptiva do movimento popular em seu auge, assenta-se, entre outras coisas, na crítica da *hierarquia* e da *representação*, dada a tendência de distanciamento e não raro antagonismo entre representantes e representados e entre cúpula e bases da sociedade. Entende que esta, até então organizada e conduzida de cima para baixo, deve ter esta ordem invertida e ser, por consequência, organizada de baixo para cima. Sustenta que o povo, portador da capacidade de produzir riqueza, cultura, conhecimento etc, deve se organizar em estruturas nucleares e, a partir daí, defender de forma independente os seus interesses, interpelando diretamente o Estado, tomando suas decisões e fazendo suas escolhas autonomamente, por meio de

mecanismos de ação e de manifestações diretas, como assembleias, conselhos e outras estruturas organizativas capazes de garantir o respeito à vontade das bases. O acento eufórico incide sobre esta posição especialmente nos enunciados de setores do movimento popular, do movimento sindical, da Igreja Católica e de organizações e partidos políticos de esquerda, entre eles o PT. Vejam-se, como exemplos, alguns recortes:

[...] A CUT luta para construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas que sejam do interesse da classe trabalhadora [...] A CUT terá como tarefa garantir a independência da classe trabalhadora com relação aos patrões, ao governo, aos partidos políticos e aos credos religiosos [...] A CUT desenvolverá todo o empenho para a conquista da organização por local de trabalho. A criação, consolidação e fortalecimento desses organismos de base devem ser desenvolvidos de forma livre e independente pelos trabalhadores em todos os seus locais de trabalho, tanto na cidade como no campo (*Almanaque da CUT*, Julho de 1986).

[...] Se realmente os trabalhadores devem participar e lutar por sua representação na Constituinte, desde já devem ter claro que não serão leis, não serão cartas constitucionais que garantirão a liberdade dos trabalhadores [...] A plena liberdade, a liberdade sólida dos trabalhadores se constrói nos locais de trabalho, se constrói na organização dos trabalhadores nas fábricas, nos bancos, nas plantações, nas usinas, se constrói em cada comando de greve que se consolida, se constrói em cada comitê de trabalhadores que no interior da própria empresa capitalista começa a questionar o poder dos patrões. É da dualidade de poder, nos próprios locais de trabalho que os trabalhadores construirão a sua liberdade, construirão o seu poder, o poder dos conselhos do proletariado (“Nova República, a nova forma de autoritarismo de classe”, em *Contracorrente n° 2*, Agosto de 1985)

Veja-se também este depoimento, reforçando esta caracterização:

O novo modo de ser da Igreja que vai aos poucos ganhando um rosto concreto nas Comunidades Eclesiais de Base tem na participação ativa dos leigos um de seus elementos mais significantes [...] Os leigos encontram, nas pequenas comunidades, condições para o seu crescimento [...] Possuem a Palavra, criam símbolos e reinventam a Igreja com materiais da base [...] Esta emergência dos leigos como portadores de um potencial evangelizador implica uma reestruturação do eixo eclesial em bases mais igualitárias (TEIXEIRA, 1988, pp. 130-131).

4) *Revolucionário*. No caso dos discursos deste bloco, há uma recusa da forma de organização política e social vigente sob o modo de produção capitalista. Por isto, a ênfase recai sobre a necessidade de a organização da sociedade (em particular dos trabalhadores e das camadas populares) assumir um caráter classista e ser orientada para a superação do capitalismo, responsável pelas misérias e sofrimentos impostos à vida humana, em decorrência da sua estrutural impossibilidade de satisfazer as reais necessidades dos homens e da sua propensão para converter os avanços e conquistas da humanidade em mecanismos de

acumulação do capital. Por isto, *democracia* e *cidadania*, identificadas com a sociedade burguesa, recebem acentos valorativos negativos em muitos dos enunciados do bloco, produzidos, nos anos 1980, principalmente por sujeitos de setores do movimento sindical, de correntes do PT e de outras organizações de esquerda. Eis alguns exemplos:

[...] Esta política imperialista das liberdades democráticas formais nos abre um espaço para a organização dos trabalhadores, o que não impede que tenhamos que lutar arduamente contra ela, impondo ponto por ponto a livre atuação dos socialistas, que evidentemente não cabem no Plano Carter ou no de qualquer burguesia nacional latinoamericana (“Um passo adiante”, em *Convergência Socialista* nº 5, 2ª quinzena de novembro de 1979).

[...] Hoje, no Brasil, os “sábios” dirigentes em nome do atraso das massas, em nome de uma pseudoinfância das massas, colocam a questão do poder em termos burgueses, em termos formais: Diretas ou Colégio. Colégio, os stalinistas e o PMDB; Diretas, os centristas de todos os matizes aglutinados no PT (“Nem colégio nem diretas”, em *Contracorrente* nº 1, Outubro de 1984).

Ressalve-se que, tratando-se de uma caracterização ideal-típica,⁴⁴ nem sempre se encontram na realidade discursiva exemplos “puros” das posições correspondentes a esses blocos, sendo comum, ao contrário, que elas se interpenetrem e se misturem, dialogicamente, no corpo e na estrutura dos mais diferentes enunciados.

É, portanto, no interior de um fluxo interdiscursivo povoado por discursos assediados e atravessados por essas posições que os editoriais de *Ciência Hoje* vão, ao longo da década de 1980, estabelecer relações dialógicas, seja de concordância, seja de polêmica, constituindo-se eles próprios, nesse processo, em territórios de manifestação e luta das referidas posições, as quais vão não apenas condicioná-los de fora, mas também, de forma literal ou transfigurada, incorporar-se interiormente aos elementos de sua composição.

⁴⁴ Trata-se, aqui, de uma caracterização inspirada em alguma medida na noção weberiana de *tipo ideal*, entendido como um construto que, circunscrevendo idealmente um dado fenômeno da realidade, funciona como um parâmetro a partir do qual se pode analiticamente aproximar desse fenômeno. Ver Weber (1944), sobretudo o capítulo 1, “Conceptos sociológicos fundamentais”.

3. 3 SUJEITO E DESTINATÁRIO NOS EDITORIAIS DA REVISTA

Um dos aspectos em que o dialogismo e a responsividade podem ser apreendidos nos editoriais de *Ciência Hoje* é a forma como neles se inscrevem os parceiros da comunicação, pois, a exemplo do que ocorre com os outros elementos de composição, os procedimentos pelos quais *sujeito* e *destinatário* se configuram nesses editoriais são também produzidos em íntima interação com o contexto discursivo. No tocante ao sujeito, isto pode ser observado, por exemplo, no *ethos* que se constrói a partir de relações dialógicas fundadas tanto no acordo (com uma ética de participação e busca negociada de soluções para os problemas do país) quanto na discordância (das posições para as quais a sociedade deve ser governada à revelia da sua vontade). Respondendo às invocações e condicionamentos do momento histórico, o sujeito inscrito nos editoriais de *Ciência Hoje* apresenta-se como ativo, participante, pluralista e comprometido com a construção de uma sociedade justa e democrática, em que sejam assegurados ao povo (ou à *população*) os direitos de cidadania, colocando-se automaticamente, desta forma, em contraposição e numa relação de polêmica velada (e às vezes aberta)⁴⁵ tanto com as posições alinhadas com a ditadura e a tecnocracia (para as quais a educação política da sociedade e sua participação nas decisões importantes do país não têm relevância) quanto com aquelas que, em nome da revolução, desdenham ou combatem a democracia.

Do ponto de vista da filiação ideológica do sujeito inscrito nos editoriais, portanto, não há dúvida de que ele se alinha com o bloco legal-representacionista, o que tem papel determinante no intuito discursivo e, conseqüentemente, nas escolhas dos objetos do dizer e nos acentos apreciativos dos enunciados ao longo de todo o período de existência da revista.

⁴⁵ Mais adiante se explicitam as diferenças entre polêmica velada e polêmica aberta.

Anote-se que a imagem desse sujeito não se pretende empiricamente coincidente com a do cientista, que não responde editorialmente pela revista. Assim como a ciência, o cientista brasileiro vai, ao longo dos anos 80, aparecer nos editoriais de *Ciência Hoje* muito mais como um referente em construção, isto é, como um objeto do dizer cujos sentidos (sobre os quais incidem no contexto diferentes pontos de vista em negociação) a SBPC tenciona delimitar, do que como uma instância enunciativa claramente delineada. Na verdade, durante os anos 80, a instância que assume a responsabilidade enunciativa dos editoriais (assinando-se “os editores”) teria como correspondente “empírico” um sujeito híbrido, o *divulgador científico* (em cuja composição o jornalista tem, às vezes, papel de destaque), que, situado na confluência de algumas esferas da comunicação verbal, encontra-se investido pela SBPC de uma missão política das mais importantes, desdobrada em várias tarefas. Em primeiro lugar, uma tarefa organizativa, traduzida pelo trabalho pioneiro de conjugar as esferas científica, midiática e educacional e consubstanciá-las na atividade de produção de uma revista de divulgação científica até então inexistente no país:

É pouco corrente entre nós a divulgação científica. Não se encontra ainda um veículo de circulação ampla que se preocupe especificamente com a difusão da produção científica brasileira [...] O processo utilizado por *Ciência Hoje* é o do trabalho conjunto entre o cientista e o jornalista (Editorial 1, Jul-Ago 1982).

Em segundo lugar, a tarefa formativa, representada pelo trabalho de capacitar os cientistas a desenvolver a habilidade de escrever para um público mais amplo, usando uma linguagem adequada, e também a se desincumbir das suas responsabilidades sociais:

O esforço nesse sentido não será pequeno: os cientistas ainda não estão habituados a escrever para leigos, e cada vez mais abreviam suas formas de expressão, pelo uso quase obrigatório de uma linguagem carregada de jargão e de fórmulas, dirigida ao público restrito dos especialistas de sua área de pesquisa. O processo utilizado por *Ciência Hoje* é o do trabalho conjunto entre o cientista e o jornalista. Assim, a elaboração deste primeiro número reflete também o início da procura de uma linguagem devidamente acessível, sem prejuízo da qualidade científica do conteúdo. Da mesma forma se explica a ênfase atribuída à ilustração. *Ciência Hoje* deverá, portanto, servir para que o cientista brasileiro possa se desincumbir de responsabilidades que lhe cabem [...] (Editorial 1, Jul-Ago 1982).

Em terceiro lugar, a tarefa informativa, destinada a contribuir para o atendimento do direito do público à informação:

Só com a divulgação do conhecimento, na forma de dados e informações confiáveis, colocados à disposição do público através de todos os meios de comunicação [...] (Editorial 1, Jul-Ago 1982).

Por último, uma tarefa educativa, que se volta tanto para o cientista brasileiro, no sentido de estimulá-lo a assumir “uma posição social mais generosa”, qualificando-o para “fornecer à sociedade uma descrição inteligível de sua atividade criadora” e “colaborar no esclarecimento de questões técnicas e científicas de interesse geral” (Editorial 1, Jul-Ago 1982), quanto para o restante da sociedade, contribuindo, neste caso, para, de um lado, desenvolver no público o interesse pelo conhecimento científico:

É fundamental que o contato entre ciência e educação seja ampliado, e enfatizada a formação científica das novas gerações. É preciso também criar condições para que um número crescente de jovens se dedique à pesquisa científica (Editorial 5, Mar-Abr 1983).

O investimento feito representa o lançamento do germe de uma iniciativa de profunda repercussão educacional e social. A ciência que se realiza no Brasil e que se encontra viva, atual e atenta às grandes questões de nossa sociedade e aos desafios particulares de cada área, pode e deve ser divulgada e conhecida por jovens, profissionais, estudiosos ou curiosos (Editorial 2, Set-Out 1982).

e, de outro, aumentar a educação política da sociedade:

[...] aumentar seu poder de análise crítica independente e tornar efetivo seu potencial de influência no processo que determina os caminhos para a sociedade como um todo (Editorial 1, Jul-Ago 1982).

Precisamos então de mais indivíduos engajados na pesquisa não apenas criadora mas também marcada por uma visão crítica e generosa dos impasses que afetam as coletividades de que fazem parte (Editorial 5, Mar-Abr 1983).

Obviamente, o efeito de caracterização deste sujeito não é obtido apenas por meio do material linguístico utilizado mas pelo fato de a organização deste material se dar em estreita articulação com as ideias-força em circulação no contexto e na memória coletiva, graças ao que os componentes textuais ultrapassam a sua dimensão estritamente concreto-semântica e adquirem sentidos no plano discursivo. Nesse diapasão é que se pode assinalar o papel desempenhado por certos elementos dos editoriais na configuração do *ethos* do sujeito. Aponte-se, por exemplo, o já referido vocativo *Caro leitor*, marca registrada de abertura dos editoriais durante toda a década de 1980. Visto isoladamente, restringe-se a uma sequência linguística utilizada por um sujeito que, na modalidade escrita da língua, dirige-se de forma

polida a um destinatário. Se o situamos, no entanto, como elemento de um enunciado dialógica e responsivamente produzido em meio ao fluxo interdiscursivo dos anos 80 no Brasil, é possível compreendê-lo como um ingrediente a mais na composição da imagem de um sujeito que se inscreve na sua relação com o destinatário sob a égide da *retorização* e da *politização* e para cuja moldagem concorrem vários outros procedimentos, tais como:

a) o uso, além dos vocativos, de outros expedientes conativos, com acentos de afetividade, produzindo a impressão de proximidade (encurtamento de distância) com o leitor:

Caro leitor [...] Imagine o leitor qual não terá sido nossa felicidade [...] Saberemos corresponder à simpatia e ao crédito que recebemos? [...] a sua colaboração, leitor amigo, será inestimável (Editorial 2 – Set-Out 1982) [...] Caro leitor: que surpresa lhe reservamos para 1983! [...] Como? Por quê? Por que Cubatão? Por que Angra? Como defender o bom senso? (Editorial 4 – Jan-Fev 1983).

b) o tom de manifesto dos editoriais produzidos ao longo da década, em que o sujeito discursivo, assumindo um *ethos* engajado, incita o leitor ou outros atores a algum comportamento:

Remetemos os leitores para a carta de [...] que nos sugere uma campanha para a expansão do número de assinantes [...] a tarefa é de todos nós: vamos a ela (Editorial 2 – Set-Out 1982) [...] Torna-se imprescindível, então, uma clara manifestação da sociedade... (Editorial 12 – Mai-Jun 1984) [...] Preservar este patrimônio e garantir que ele permaneça nas mãos do que há de mais representativo da sociedade brasileira são obrigações do Congresso Nacional (Editorial 14 – Set-Out 1984).

c) a exploração de adjetivos em tons superlativos e acentos exclamativos projetados sobre certos itens lexicais, exprimindo avaliações do sujeito;

A simpatia e o entusiasmo com que foi recebida *Ciência Hoje* [...] estávamos bastante otimistas [...] A resposta foi magnífica [...] uma iniciativa de profunda repercussão [...] um começo entusiasmante (Editorial 2 – Set-Out 1982) [...] E ficamos ainda mais entusiasmados ao constatar ... (Editorial 5 – Mar-Abr 1983)

d) no tom assertivo e propositivo do sujeito do discurso em detrimento da presença do discurso citado de cientistas ou autoridades:

As eleições de 15 de novembro são assunto obrigatório (Editorial 3 – Nov-Dez 1982) [...] Não há dúvida. A Amazônia está em questão, daqui por diante (Editorial 7 – Jul/Ago 1983) [...] A clareza e a credibilidade devem ser restituídas ao Sistema Estatístico Nacional, e a SBPC toma posição ao lado daqueles que exigem estrita correção no trato de assunto de tamanha importância para o país (Editorial 8 – Set-Out 1983) [...] A exemplo de outras entidades, organizações, associações e sociedade de classe, a SBPC resolveu tomar posição em favor... (Editorial 11 – Mar-

Abr 1984) [...] Diante disso, é preciso definir nossos compromissos... (Editorial 13 – Jul-Ago 1984).

Se assim se faz projetar este sujeito, o destinatário que se inscreve nos enunciados é, em uma grande medida, a sua contraparte. Trata-se de um destinatário que se desdobra, por um lado, em um destinatário genérico (o público em geral, a população, a sociedade, a opinião pública, os vários segmentos sociais etc.), aos quais o sujeito, que, no mais das vezes, fala em nome da SBPC, dirige-se para informar, educar ou persuadir, e, por outro lado, em atores determinados (o governo, o Congresso Nacional, as associações de classe etc), aos quais o sujeito se dirige para cobrar, solicitar ou exigir alguma ação específica. Em um e outro caso, o destinatário é interpelado tanto diretamente, como se vê em alguns dos recortes citados acima, quanto referido indiretamente, como se fosse um terceiro:

É isso que esperamos de nossos futuros governantes e legisladores (Editorial 3 – Nov-Dez 1982) [...] Temos certeza de que as associações científicas, as universidades, os cientistas e técnicos brasileiros têm a necessária competência e estão prontos a colaborar para que as decisões... (Editorial 4 – Jan-Fev 1983) [...] Cabe perguntar aos responsáveis por esta política: teremos que decretar também a moratória do saber científico? (Editorial 9 – Nov-Dez 1983).

Assim, conjugando as potencialidades do gênero com seu intuito discursivo, a SBPC propõe nos editoriais de *Ciência Hoje* uma instância enunciativa que se confunde com um sujeito incumbido de contribuir para a educação política e civil ao mesmo tempo do cientista e do vulgo (público em geral, cidadão comum etc), nesse momento presumido como um destinatário ávido por essa educação.

Vejamos, na sequência, como, ao longo dos anos 80, o intuito discursivo desse sujeito, articulado com as determinações do contexto histórico-social, realiza-se nos editoriais de *Ciência Hoje*, que, dirigidos para determinados objetos do dizer, refletem e refratam as principais posições ideológico-discursivas em circulação na sociedade.

CAPÍTULO 4

RELAÇÕES DIALÓGICAS NOS EDITORIAIS DOS ANOS 80

No “Anexo 1 – Quadro Sinótico dos Editoriais de *CH* dos Anos de 1980”, são descritos, de maneira resumida, os objetos de sentido dos editoriais de *Ciência Hoje* nessa década, os quais, para além de sua diversidade, podem ser reduzidos a algumas questões básicas:

- 1) O futuro econômico, político e social do país;
- 2) A democratização, a cidadania e a construção de uma nação soberana e independente;
- 3) A necessidade de novas formas e fórmulas para o tratamento dos principais problemas do país;
- 4) O estatuto político do povo (ou da *sociedade civil*, ou da *população*, ou, ainda, do *público*) na vida do país;
- 5) O caráter e o papel do cientista e da ciência na sociedade e no desenvolvimento do país;
- 6) A importância da divulgação científica.

Saliente-se que a concentração dos editoriais nesses objetos do dizer ao longo da década, longe de ser gratuita ou mera repercussão das determinações do momento histórico, representa também a expressão do querer-dizer de um sujeito cujo projeto é participar ativamente dos embates discursivos em que se negocia a atribuição de sentidos a alguns referentes em construção, tais como *democracia*, *cidadania*, *nação*, *ciência*, *cientista*, *sociedade civil* etc.

Ao se voltar, com esse intuito discursivo, para esses objetos do dizer, o discurso de *Ciência Hoje* encontra-se com outros discursos que também se dirigem aos mesmos objetos e, nesse encontro, trava com eles relações a partir das quais, numa perspectiva dialógica, fala não apenas sobre os objetos de sentido propriamente ditos, mas também sobre os discursos que incidem sobre os mesmos objetos, incorporando-os, sob diferentes formas, à arquitetura dos seus enunciados (BAKHTIN, 2008 [1963]).

Para identificar e descrever esses processos por meio dos quais se constitui a relação da subjetividade com a alteridade nos editoriais em exame, são empregadas aqui algumas ferramentas analíticas alicerçadas, todas, na natureza dialógica e responsiva do discurso.

A base dessas ferramentas é a noção de *relações dialógicas*, que, embora cunhada por Bakhtin nos quadros do estudo da obra de Dostoievski (2008 [1963]), extrapola o campo dos estudos literários e, desdobrando facetas do dialogismo, assume importância central na discussão do projeto bakhtiniano de uma nova disciplina de estudo da linguagem. Segundo esse enfoque, as *relações dialógicas* estão para o discurso assim como as relações lógicas e concreto-semânticas estão para a língua, e enquanto estas representariam o objeto da linguística, aquelas constituiriam o objeto dessa nova disciplina, a *metalinguística*, dedicada ao estudo da linguagem na sua dimensão discursiva.⁴⁶

Nessa perspectiva, as *relações dialógicas* são a forma privilegiada de realização do dialogismo e da responsividade que, inscritos no discurso, exprimem sua índole *bivocal*, ou seja, sua propriedade de se dirigir, a um só tempo, para o seu objeto e para o discurso do outro. De acordo com as formas de manifestação dessas *relações dialógicas*, o discurso pode, segundo Bakhtin, ser classificado em três variedades: a) discurso bivocal de orientação única, b) discurso bivocal de orientação vária, e; c) discurso bivocal de tipo ativo, correspondendo a cada uma dessas variedades um conjunto de procedimentos dialógicos específicos

⁴⁶ Sobre o projeto da metalinguística na produção bakhtiniana, ver, por exemplo, SOUZA (1999), além, é claro, de BAKHTIN (2008 [1963]).

(BAKHTIN, 2008 [1963], pp. 228-229). Dentre esses procedimentos, são destacados para a análise aqui empreendida os seguintes:

- *A polêmica velada*, em que o discurso está, como qualquer outro, orientado para o seu objeto, mas “qualquer afirmação sobre o objeto é construída de maneira que, além de resguardar seu próprio sentido objetivo, ela possa atacar polemicamente o discurso do outro sobre o mesmo assunto e a afirmação do outro sobre o mesmo objeto”, configurando uma situação em que, “orientado para o seu objeto, o discurso se choca no próprio objeto com o discurso do outro” (BAKHTIN, 2008 [1963], p. 224).
- *A réplica dialógica*, que, análoga à polêmica velada, consiste na correspondência e antecipação ao discurso do outro.

Todas as palavras que nessa réplica estão orientadas para o objeto reagem ao mesmo tempo e intensamente à palavra do outro, correspondendo-lhe e antecipando-a. O momento de correspondência e antecipação penetra profundamente no âmago do discurso intensamente dialógico. É como se esse discurso reunisse, absorvesse as réplicas do outro, reelaborando-as intensamente (BAKHTIN, 2008 [1963], p. 225).

Observe-se que tais procedimentos, sendo de natureza eminentemente discursiva, não se dão a apreender exclusivamente por traços visíveis na superfície linguística, mas, posto que resultam da combinação de elementos verbais e extraverbais, remetem, via de regra, aos nexos do enunciado com a memória coletiva, o contexto discursivo e suas ideias-força.

Além desses procedimentos, sobre os quais preferencialmente se debruça a análise, são ainda contemplados, sempre que pertinentes à abordagem dialógica, outros procedimentos, mesmo que mais voltados para a superfície verbal, entre os quais podem se mencionar o discurso citado e as formas de apresentação e de retomada de referentes.

Definidas, então, algumas ferramentas, passemos à análise:

CIÊNCIA HOJE

APRESENTAÇÃO

Ciência Hoje é a revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Tem a intenção de manter aberto um canal de comunicação direta entre a comunidade científica e o público leitor, intenção que reflete e acompanha a crescente preocupação das associações científicas — em particular a SBPC — e da própria ciência brasileira com seu papel em nossa sociedade.

É pouco corrente entre nós a divulgação científica. Não se encontra ainda um veículo de circulação ampla que se preocupe especificamente com a difusão da produção científica brasileira. *Ciência Hoje* pretende publicar basicamente artigos escritos pelos próprios cientistas. O esforço nesse sentido não será pequeno: os cientistas ainda não estão habituados a escrever para leigos, e cada vez mais abreviam suas formas de expressão, pelo uso quase obrigatório de uma linguagem carregada de jargão e de fórmulas, dirigida ao público restrito dos especialistas de sua área de pesquisa. O processo utilizado por *Ciência Hoje* é o do trabalho conjunto entre o cientista e o jornalista. Assim, a elaboração deste primeiro número reflete também o início da procura de uma linguagem devidamente acessível, sem prejuízo da qualidade científica do conteúdo. Da mesma forma se explica a ênfase atribuída à ilustração.

Ciência Hoje deverá, portanto, servir para que o cientista brasileiro possa se desincumbir de responsabilidades que lhe cabem, como a de fornecer à sociedade uma descrição inteligível de sua atividade criadora e a de colaborar no esclarecimento de questões técnicas e científicas de interesse geral. Não pretendemos ter encontrado a forma, ou a fórmula, de um veículo de divulgação científica, multidisciplinar,

com a participação de cientistas de todo o país. Mas pretendemos fazer um esforço de procura nessa direção.

Ciência Hoje pretende atender à nossa curiosidade. É da curiosidade que nascem as perguntas que impelem os homens para novos campos, novas descobertas, novos progressos, e é privilégio do cientista desfrutar plenamente desse impulso básico. O processo pelo qual se faz a ciência, no dia a dia dos laboratórios, na busca de respostas para as permanentes perguntas, é também assunto de *Ciência Hoje*. Neste particular, *Ciência Hoje* tem um papel desmistificador. Em *Ciência Hoje*, o cientista é uma pessoa comum, educada para o fim específico de encontrar na natureza e na sociedade as respostas para suas indagações. O cientista de hoje é um cidadão participante, comprometido com o ambiente em que vive.

Ciência Hoje tem compromisso com a democratização da cultura e, em particular, da ciência. Só com a divulgação do conhecimento, na forma de dados e informações confiáveis, colocados à disposição do público através de todos os meios de comunicação, será possível aumentar seu poder de análise crítica independente e tornar efetivo seu potencial de influência no processo que determina os caminhos para a sociedade como um todo.

Com esta publicação, a SBPC se dispõe a preencher um espaço vazio em nosso ambiente cultural, demonstra sua intenção de, mais uma vez, estimular os cientistas brasileiros a assumirem uma posição social mais generosa, e cumpre seu objetivo de incentivar o interesse do público em relação à ciência e à cultura.

Os Editores.

O que é a SBPC

A SBPC tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional; promover a cooperação entre pesquisadores; defender a liberdade de pesquisa e opinião; congrega pessoas e instituições interessadas no progresso e na difusão da ciência; incentivar e estimular o interesse do público em relação à ciência e à cultura. Fundada em 8 de junho de 1948 por um pequeno grupo de cientistas, hoje reúne

mais de 17.000 associados, e em suas reuniões anuais são apresentados cerca de 2.500 trabalhos científicos e realizados 250 mesas-redondas, cursos e conferências. Através de suas Secretarias Regionais, promove simpósios, encontros e iniciativas de difusão científica ao longo de todo o ano.

As publicações da SBPC
A SBPC edita desde 1949 a revista *Ciência e Cultura*, mensal desde 1972. Suplementos desta revista são publicados durante as reuniões anuais, contendo os resumos dos trabalhos científicos apresentados. Além desta revista e de *Ciência Hoje*, a Sociedade tem publicado boletins regionais e volumes especiais dedicados a simpósios e reuniões que organiza periodicamente.

Como associar-se à SBPC
Podem associar-se à SBPC cientistas e não-cientistas que manifestam interesse pela ciência. Para isso, basta ser apresentado por um sócio ou secretário regional e preencher um formulário apropriado. A filiação somente é efetivada após a aprovação da diretoria e dá direito a receber a revista *Ciência e Cultura* e obter um preço especial para a assinatura de *Ciência Hoje*.

Trata-se, aqui, do primeiro editorial de *Ciência Hoje*, investido, por isso, de grande representatividade, uma vez que funciona como apresentação não apenas da edição inicial, mas da proposta da revista enquanto tal, sumariando seu projeto e anunciando as linhas discursivas que ela assumirá no decorrer dos anos seguintes.

Dada essa condição, o dialogismo e a responsividade inscritos na sua composição (considerados o contexto, a memória discursiva e as condições de enunciação) são movimentados pela intenção de demonstrar a necessidade e a relevância da revista, caracterizando-a como um fundamental instrumento de interlocução da comunidade científica com o restante da sociedade. Aliando, desse modo, na conformação do todo, os elementos típicos do gênero com as circunstâncias irrepetíveis do enunciado, o editorial articula, sobre bases dialógicas e responsivas, o querer-dizer do sujeito com as determinações do contexto histórico-social, estabelecendo relações interdiscursivas animadas pelo espírito da *politização* e da *retorização*.

A face mais visível dessa *retorização* é a presença de um percurso argumentativo cujo objetivo é conseguir a adesão do destinatário à tese de que, de um lado, na nova configuração social que se supõe em construção, a ciência e os cientistas, comprometidos com essa transformação, têm uma importância fundamental, e, de outro, o trabalho de divulgação científica proposto por *Ciência Hoje* representa significativa contribuição tanto para os cientistas, no sentido de ajudá-los a cumprir adequadamente o seu papel social, quanto para a sociedade em geral, no sentido de provê-la de informação e conhecimento, favorecendo, com isso, o desenvolvimento da sua consciência crítica.

A *politização*, por sua vez, traduz-se principalmente pelo fato de, nesse processo argumentativo, o sujeito tomar como ponto de partida algumas premissas, em princípio compartilhadas pelo *destinatário* e pelo *superdestinatário*, que, como veremos, apontam para a necessidade de redefinição das relações de poder e dos processos de decisão na sociedade.

Assim, praticamente todos os principais objetos do dizer da revista ao longo da década estão representados neste editorial, cuja construção, sintetizando o dialogismo e a responsividade da própria revista, explicita o seu caráter de resposta a um contexto discursivo que inquirir os diferentes setores da sociedade, incluindo a ciência e os cientistas, sobre o papel a ser desempenhado por cada um deles na definição dos rumos da sociedade brasileira. Ao assumir, na sua qualidade de elo na cadeia de comunicação verbal, a posição da revista (e, por extensão, da SBPC) diante dos outros enunciados que fazem circular esse questionamento, o editorial declara tanto o seu alinhamento com determinadas posições quanto a sua discordância em relação a outras.

Em sentido lato, por isso, o editorial pode ser lido como uma resposta à seguinte pergunta, lançada ao sujeito pelos enunciados em circulação no fluxo interdiscursivo:

Que posição e iniciativas a comunidade científica e, em particular, a SBPC adotam frente a este momento, em que se redefinem as relações de poder na sociedade e todos os setores sociais se mobilizam para discutir e pôr em prática um novo projeto de país?

Em torno desse núcleo responsivo são montados os outros procedimentos dialógicos ativados na construção do editorial, que, organizado para responder a esta questão, é percorrido por tensionamentos entre discursos que, de alguma maneira, voltam-se também para os mesmos objetos do dizer. O principal tensionamento repousa sobre o antagonismo entre posições do bloco *legal-representacionista*, euforizado, e do bloco *autoritário-tutelar*, disforizado e sob ataque. Mas, além dessa oposição básica, que em outros editoriais da década, assume muitas vezes feição de polêmica aberta,⁴⁷ na qual o discurso autoritário torna-se objeto do dizer e é abertamente atacado, este editorial comporta também tensionamentos entre discursos afinados com outras posições que disputam o seu território.

⁴⁷ “Em um caso concreto, às vezes é difícil traçar uma linha divisória nítida entre a polêmica velada e a aberta, evidente. Mas as diferenças de significação são muito consideráveis. A polêmica aberta está simplesmente orientada para o discurso refutável do outro, que é o seu objeto. Já a polêmica velada está orientada para um objeto habitual, nomeando-o, representando-o, enunciando-o, e só indiretamente ataca o discurso do outro, entrando em conflito com ele como que no próprio objeto” (BAKHTIN, 2008 [1963], p. 224).

Um dos tensionamentos básicos verifica-se já no parágrafo inicial, em que o sujeito apela para valores socialmente em alta para mostrar que o ato de criação da revista denota a preocupação da SBPC e da ciência brasileira com o seu papel social. Recorre, para isto, a algumas das principais ideias-força do momento histórico, expressas por certos pares opostos implícitos:

Tem a intenção de *manter aberto* um canal de *comunicação direta* entre a comunidade científica e o público leitor (...)

Amparando-se, retoricamente, na predileção do superdestinatário por certos valores, o efeito produzido nessa passagem é a um só tempo a legitimação das posições do sujeito e a deslegitimação de algumas que lhe são contrárias, o que se efetiva, neste caso, com a oposição entre as ideias de *abertura* e de *fechamento*, evidentemente recaindo sobre a primeira, que corresponde à posição do sujeito, o tom apreciativo positivo. Desnecessário dizer que tal oposição se apoia firmemente no embate político-social entre democracia e ditadura (regime aberto *versus* regime fechado) que, nesse momento, é o grande debate no país. A polêmica é reforçada, na sequência, por outro par de opostos (*direto* versus *indireto*) por meio do qual os discursos de linha autoritário-tutelar são veladamente desqualificados, em contraposição aos dos outros blocos, que são valorizados. Incidindo o tom positivo sobre o polo do *direto*, o editorial se inscreve nas fileiras das posições ideológico-discursivas que, naquele momento, valorizam (em contraposição às indiretas) as formas diretas de atuação (a ação *direta*, a democracia *direta*, a negociação *direta*, a eleição *direta* etc). Como se vê, embora o querer-dizer do sujeito se afine com as posições do bloco legal-representacionista, nessa passagem seu discurso é assediado também por posições identificadas com o bloco basista e, em certa medida, pelo revolucionário, os quais, em graus diferentes, também contribuem para a valorização dessas bandeiras que, mais tarde, terão grande importância na mobilização que o país viverá, ainda na primeira metade da década de 1980, em defesa das eleições diretas para presidente da República.

Neste ponto cabe assinalar o modo como elementos de composição típicos do gênero encontram-se com eventos singulares do enunciado para produzir os efeitos assinalados. Se, por um lado, o estilo do gênero *editorial* prevê certas coerções do ponto de vista da escolha lexical, preceituando, por exemplo, a parcimônia e a contenção no uso de adjetivos, a fim de não descaracterizar a “objetividade” da opinião de um sujeito cujas conclusões baseiam-se em fatos⁴⁸, por outro lado, é a conexão com a realidade histórico-social que vai favorecer, no enunciado em exame, a escolha justamente de *aberto* e de *direta*, na frase destacada. É claro, ademais, que a escolha destes (e não de outros) adjetivos não se deve estritamente à especificidade dos seus traços de significado ou a suas propriedades concreto-semânticas, mas sim às suas potencialidades discursivas, ou seja, sua capacidade de, integrando enunciados produzidos naquele momento histórico, atribuir determinados sentidos, e não outros, aos referentes que apontam.

Dando continuidade ao tensionamento, o parágrafo seguinte explora outra dualidade bastante presente no momento, que sobrepõe *amplo* a *restrito*. Aqui também a escolha lexical é decisiva para, ativando a memória discursiva e conectando o enunciado ao contexto histórico-social, incorporar ao discurso do sujeito, com acento apreciativo positivo, as posições identificadas com a ampliação dos direitos e das liberdades (representadas pelo bloco legal-representacionista, mas também pelo basista e, em menor medida, pelo revolucionário), e, com acento negativo, as outras, fundamentalmente identificadas com o bloco autoritário-tutelar. Recorde-se, a propósito da força deste valor, a campanha que, no final dos anos 70, mobilizara a sociedade em favor de uma anistia *ampla, geral e irrestrita*. Ao longo do parágrafo, procedimentos fraseológicos e gramaticais produzem uma iteração sêmica que, atuando discursivamente, consolida a avaliação positiva da ideia, reforçando-a

⁴⁸ Francisco de Assis Barbosa, por exemplo, na já referida dissertação, apresenta como uma das características estilísticas dos editoriais: “[...] c) *ironia e adjetivação relativizadas*: o uso da ironia e dos qualificativos são minimizados, para que não se perca o caráter argumentativo baseado em fatos e razões, sendo que as conclusões são propostas por meio das ‘evidências dos fatos’” (2008, pp. 78-79 – grifos do autor).

com oposições da mesma linhagem (“especialistas” *versus* “leigos”, “linguagem carregada de jargões e de fórmulas” *versus* “linguagem devidamente acessível”).

Outra grande ideia-força do momento é o gancho usado para fazer a ligação com o parágrafo seguinte, em que se destaca a contribuição a ser dada por *Ciência Hoje* para que o cientista se desincumba das suas responsabilidades sociais. Aqui, o efeito pretendido pelo sujeito, ao que tudo indica, é o de usar em favor de sua tese a adesão do superdestinatário à noção de *compromisso social*, posto que, na vida do país no início dos anos 80, ser social e politicamente comprometido é um traço de comportamento tão valorizado que beira a obrigatoriedade. Com esta operação, o enunciado, criticando veladamente as posições que apostam na apatia e no alheamento, propõe o engajamento, fazendo incidir acentos positivos principalmente sobre os blocos basista e revolucionário (cuja produção discursiva clama pela radical politização da sociedade, em particular das camadas populares e dos trabalhadores), e, em um segundo nível, o legal-representacionista.

O parágrafo subsequente procura mostrar a sintonia do sujeito com o superdestinatário (e, portanto, com os valores do seu tempo) recorrendo a uma das ideias de maior força no contexto discursivo: a ideia de *novo*. Dada a identificação de grande parte dos problemas do país com as *velhas* estruturas e as *velhas* formas de organização da vida social e política, os enunciados em circulação nesse momento, como já assinalado anteriormente, são assiduamente frequentados pelo *novo* euforizado, transformado em paradigma de virtude, beleza e justiça. Em consonância com esse espírito do tempo, o editorial não apenas faz o elogio do *novo*, como também associa à sua busca o fazer científico e o comportamento do cientista (“é privilégio do cientista desfrutar plenamente desse impulso básico”). Recusa, todavia, a mistificação, informando que o cientista é um cidadão comum, educado para “encontrar na natureza e na sociedade as respostas para suas indagações.” Contrapõe, assim, as posições discursivas dos blocos legal-representacionista, basista e revolucionário às do

bloco autoritário, por definição associado ao velho, e reitera o vínculo do cientista com a comunidade e o seu compromisso social, uma vez que ele é referido como “um cidadão participante, comprometido com o ambiente em que vive.”

O penúltimo parágrafo realiza uma condensação dos embates discursivos do momento, promovendo um encontro das posições do campo progressista, que, na mesma medida em que se unificam no ataque à posição autoritário-tutelar, não deixam de manifestar também as divergências entre si. Após destacar o *compromisso* da revista com a *democratização* da cultura e da ciência (ancorando, portanto, o seu raciocínio em duas das mais importantes ideias-força do momento), o enunciado propõe que

[...] Só com a divulgação do conhecimento, na forma de dados e informações confiáveis, colocados à disposição do público através de todos os meios de comunicação, será possível aumentar seu poder de análise crítica independente e tornar efetivo seu potencial de influência no processo que determina os caminhos para a sociedade como um todo.

À primeira vista, temos aí um raciocínio totalmente consensual que, aparentando dirigir-se exclusivamente para o seu objeto, dá unidade discursiva às posições contrárias à ditadura. A defesa da *divulgação do conhecimento*, por exemplo, é uma bandeira que, em princípio, produz o efeito de união de todas as posições em confronto com o bloco autoritário-tutelar, o que parece se confirmar, logo após, com a identidade entre tal divulgação e os *dados e informações confiáveis*, contrapostos, obviamente, às versões não confiáveis da ditadura, sabidamente manipuladora das informações. Também, em princípio, ninguém da oposição à ditadura discordaria de que as informações devem *ser colocadas* à disposição do *público*, para aumentar o seu poder de análise crítica independente e "tornar efetivo o seu *potencial de influência* no processo que determina os caminhos para a sociedade como um todo" (grifo meu). O que esse aparente consenso oculta é que essa unidade se dá discursivamente sob a hegemonia do bloco legal-representacionista, que, ao desqualificar as posições da ditadura, faz isto por meio de escolhas que reforçam a sua posição e simultaneamente colocam em segundo plano as posições dos outros blocos. *Divulgação do conhecimento*, por exemplo,

coloca em segundo plano, nesse contexto, as posições discursivas que defendem não somente a *divulgação*, mas também a *produção* do conhecimento, entendendo que o povo não é ou não deveria ser apenas o destinatário de um saber cuja produção lhe é exterior, mas, ao contrário, é ou deveria ser sujeito ativo desse saber. Este tipo de apagamento⁴⁹ ocorre também na sequência, quando o sujeito, ao defender que as informações e os dados *sejam colocados* à disposição do público, novamente sugere um caráter de passividade desse público, posto que é um outro sujeito que produz este saber e o coloca à sua disposição. O ápice dessa dialética entre o que se mostra e o que se oculta ocorre na segunda metade do parágrafo, onde o recurso a procedimentos modalizadores e parafrásticos permite ao sujeito afirmar e ao mesmo tempo negar o caráter ativo do povo, defendendo, em consonância com as posições do bloco legal-representacionista, a participação e a atuação do povo dentro de certos limites, inferiorizando no enunciado, deste modo, as posições que propõem a radicalização da atuação e do poder popular. Daí a escolha de *será possível aumentar* (uma possibilidade de grau, não de substância, jogada, ainda assim, para o futuro) e *seu potencial de influência* (também uma virtualidade), preterindo formulações mais radicalizantes, que, neste caso, poderiam ser (entre várias outras possibilidades), respectivamente, *é viável garantir e sua capacidade de decisão*, seguramente mais conformes às posições basistas ou revolucionárias.

O editorial finaliza investindo na associação da revista à novidade, já que se trata de uma publicação pioneira, e na atribuição de certos sentidos ao referente *cientista*, estimulado por *Ciência Hoje* a assumir uma posição social mais *generosa*, numa construção em que também se pode denunciar um tensionamento entre as posições para as quais a generosidade

⁴⁹ Eni Puccinelli Orlandi, baseada em Pêcheux, fala sobre os esquecimentos, um dos quais, que ela chama de número dois, é “da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo do nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ao falarmos “sem medo”, por exemplo, podíamos dizer “com coragem”, ou “livremente” etc. Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disso. Esse “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa” (ORLANDI, 2003, p. 35).

é, por si, um valor positivo e aquelas para as quais *generosidade*, em vista de seu parentesco com *caridade*, supõe uma relação desigual (portanto, negativa), já que alguém, que tem, dá a alguém, que não tem.

Trata-se, pois, em suma, de um editorial que, estruturado argumentativamente sobre as grandes ideias-força do panorama discursivo da sociedade brasileira no início dos anos 80, e procurando, portanto, transferir para o projeto da revista a adesão do seu destinatário (presumido como todos os segmentos sociais a quem possa interessar a discussão dos rumos do país) a essas ideias, constitui-se como território em que se encontram ou se confrontam alguns dos principais discursos em circulação no fluxo interdiscursivo da sociedade.

CIÊNCIA HOJE
A O LEITOR

Caro leitor:

As eleições de 15 de novembro são assunto obrigatório. O processo de escolha de governantes e legisladores através da consulta direta ao cidadão encerra a possibilidade de alteração da situação vigente, e cria em muitos a expectativa de converter aspirações em realidade.

Quais seriam as aspirações daqueles que se preocupam com a ciência brasileira em relação a um acontecimento de tamanho significado? Em várias ocasiões, nos últimos anos, os cientistas brasileiros ofereceram à opinião pública e às autoridades seu pensamento acerca de vários assuntos ligados à atividade científica. O acordo nuclear, a defesa do meio ambiente, a questão de Carajás (veja a matéria de capa deste número), para citar apenas alguns dos problemas mais gritantes, têm sido objeto de pronunciamentos claros e bem fundamentados.

Além disso, os presidentes de algumas das mais prestigiosas sociedades científicas do país escreveram recentemente um documento sobre a situação do apoio à pesquisa no Brasil, divulgado na imprensa. Esse documento oferece uma visão didática e clara do sistema em vigor. Não custa lembrar, para o conhecimento de todos, em especial de nossos futuros governantes e legisladores, os pontos mais notáveis do pensamento ali expresso.

Inicialmente não se pode pretender constituir da noite para o dia uma ciência atuante e capaz de produzir impacto social e econômico. O processo é caracteristicamente lento, a escala de tempo típica sendo da ordem de dezenas de anos. O produto obtido, contudo, é dos mais preciosos de que dispõe o país, e se constitui em um dos melhores investimentos que ele poderia fazer visando um futuro de autonomia tecnológica. A atividade científica, em nosso país, se concentra nas universidades, onde se associa às atividades de ensino. O resultado principal desta conjunção é a transmissão de uma atitude científica e de conhecimentos atualizados aos alunos das carreiras profissionais. E a reprodução, em alguns deles, da capacidade de produzir mais e mais ciência, numa espiral multiplicadora de grande importância para o desenvolvimento do país. É evidente que a obtenção de ensino com tais características exige a aplicação de recursos tão vultosos que só se torna viável com fundos governamentais. E isto, de resto, é obrigação constitucional do Estado, e não uma simples pretensão dos professores e pesquisadores de nossas universidades.

Dispondo-se de verbas em proporção adequada, o critério mais importante de ser aplicado na decisão de onde e quando investir deve ser o da qualidade e do mérito científico dos projetos propostos, bem como o de sua relevância social. O julgamento e o acompanhamento dos programas deve estar em mãos competentes, ou seja, deve ser feito por pesquisadores qualificados em cada assunto. E, é claro, a relevância social

de cada grupo de projetos deverá resultar da discussão democrática envolvendo a sociedade como um todo, seus representantes parlamentares, governantes e os cientistas.

Já temos uma história muito digna de criação de bons centros de ensino e pesquisa. Esse patrimônio, no entanto, é extremamente delicado e vulnerável; se sua consolidação custou consideráveis esforços, eles podem, no entanto, ser inviabilizados em tempos muito curtos, como já ocorreu em épocas recentes. Crises de confiança, retrocessos e reviravoltas na política científica, perturbações no poder central, podem resultar na perda e evasão de talentos, ou, o que é ainda pior, no declínio de instituições inteiras. Manguinhos que o diga.

O documento indica ainda que a carência de recursos — expressa pela diminuição progressiva, nos últimos cinco anos, do percentual orçamentário federal dedicado à ciência e tecnologia (C & T) —, é, sem dúvida, um dos fatores de maior importância em qualquer discussão sobre o assunto. Em 1975, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico representava 1,1% do Orçamento da União; em 1981, havia caído para 0,4%, enquanto o número de pesquisadores em atividade não deixou de crescer durante o período.

O que a redução de verbas para a C & T indica é extremamente grave: a insensibilidade do poder público em relação à importância da C & T para o futuro de um país que pretende algum dia classificar-se entre as nações desenvolvidas.

Os cientistas — como de resto toda a população — vêm procurando aumentar sua participação no processo de desenvolvimento do país. Levar em conta este fato parece-nos a primeira postura a esperar dos eleitos no pleito de 15 de novembro. Só assim poderão ser evitados episódios como o que envolveu recentemente a questão do financiamento à C & T. Um projeto que estava sendo discutido em âmbito governamental para a reforma do sistema de apoio à pesquisa no país “vazou” através da imprensa, com grande impacto entre cientistas. Felizmente vazou, pensamos nós, pois evitou-se assim a apresentação repentina de um fato consumado, como de resto já tem ocorrido em vários setores da administração. Infelizmente, porém, esse vazamento demonstra que ainda se cogita de alterações essenciais decididas debaixo do maior sigilo. Ora, o sigilo é anacrônico, quando se vive no Brasil um processo eleitoral sem precedentes na história recente do país.

Da mesma forma que a consulta à população através das eleições é fundamental para a saúde da nação, para se construir uma ciência forte e responsável é preciso discuti-la amplamente, com os cientistas e com a sociedade, tomando as decisões como resultado desse processo democrático. É isso que esperamos de nossos futuros governantes e legisladores.

Os editores.

Neste editorial, produzido às vésperas das eleições de 1982,⁵⁰ as relações dialógicas se dão a observar com bastante nitidez em alguns procedimentos de *referenciação*.

Apesar de não terem sido objeto de uma atenção específica na teoria do discurso elaborada por Bakhtin e seus colaboradores, os mecanismos de referenciação não deixam de se constituir dialogicamente, configurando-se como momentos em que diferentes discursos negociam a atribuição de sentidos a determinados objetos do real. Tal inferência, mesmo não formulada explicitamente na obra do Círculo, é autorizada pela discussão do conceito de *relações dialógicas*, que prevê a interação não apenas entre enunciados completos, mas também entre os seus elementos.

As relações dialógicas são possíveis não apenas entre enunciações integrais (relativamente), mas o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, caso esta não seja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvimos nela a voz do outro. Por isso, as relações dialógicas podem penetrar no âmago do enunciado, inclusive no íntimo de uma palavra isolada se nela se chocam dialogicamente duas vozes (o microdiálogo de que tivemos oportunidade de falar) (BAKHTIN, 2008 [1963], pp. 210-211).

Estas formulações permitem aproximar uma virtual concepção de semântica extraível da teoria do Círculo de Bakhtin das concepções de semântica para as quais as maneiras de a língua referir a realidade não devem ser pensadas em termos de adequação dos signos às entidades do mundo ou de correspondência das palavras aos objetos da realidade, mas sim como processos de referenciação constitutivamente instáveis, pelos quais, no seio de práticas interacionais, são atribuídos sentidos às coisas.

É para esta maneira de ver a relação da língua com o mundo que aponta, por exemplo, a concepção de semântica proposta por Mondada e Dubois, conforme se pode depreender pela sequência de passagens destacadas a seguir:

A instabilidade das categorias está ligada a suas ocorrências, uma vez que elas estão situadas em práticas: práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de

⁵⁰ As eleições de 1982 previam pleitos executivos e legislativos estaduais e municipais, menos para as capitais e as chamadas áreas de segurança nacional, cujas eleições só se realizariam em 1985.

interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 29).

Estas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 20).

[...] estas últimas não são mais consideradas como algo que estabiliza uma ligação direta com o mundo, mas como processos que se desenvolvem no seio das interações individuais e sociais com o mundo e com os outros, e por meio de mediações semióticas complexas (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 22).

De todas estas considerações depreende-se que os procedimentos de referenciação, na medida em que se realizam no interior de fluxos interdiscursivos, são também espaços de encontro e confronto de diferentes posições ideológico-discursivas.

O editorial em foco é bastante pródigo em construções suscetíveis a este tipo de exame. Organizado tematicamente em torno das eleições de 1982 e da importância do investimento na ciência e nos cientistas para o desenvolvimento do país, ele é percorrido pela presença de procedimentos de referenciação em que se podem vislumbrar a justaposição ou a sobreposição de vozes discursivas.

No parágrafo inicial, merece atenção detida o segundo período, em que o referente *eleições de 15 novembro*, expresso no primeiro período, é retomado pela paráfrase *processo de escolha de governantes e legisladores através da consulta direta ao cidadão*. Difícil não perceber o tensionamento que se manifesta em *consulta direta*, já que, no contexto em que o enunciado é produzido, *consultar a população* não é avaliado da mesma forma por todos os blocos discursivos. Se para a ditadura, por exemplo, “o povo não sabe nem escovar os dentes”, e portanto consultá-lo é descabido, para as posições ligadas aos blocos basista e revolucionário, o povo, mais que consultado, deve ser senhor das decisões que afetam seu destino, o que redundará, nessas posições, na valorização da dimensão deliberativa da ação do povo, em desfavor de uma ação meramente consultiva. Na perspectiva dessas posições, *consulta direta* é uma contradição em termos, visto que as formas diretas de atuação por elas defendidas enfatizam justamente o caráter deliberativo e não consultivo da ação popular.

Desta forma, a passagem ilustra de modo quase puro o fenômeno bivocal, já que, considerado no interior deste enunciado, o sintagma expressa duas vozes discursivas que se justapõem, uma acentuando o papel ativo e a outra o papel passivo da população, identificada, neste caso, pelo referente *cidadão*. Não é impertinente assinalar também que ao longo dos anos seguintes a presença de justaposições ou sobreposições deste tipo vão contribuir em muito para fazer preponderar nos referentes *cidadania* e *cidadão* sentidos em que sobressai esse caráter receptivo, alijando pouco a pouco desses signos os sentidos ativos propostos pelas posições mais radicais.

Digno de nota também que, ainda no mesmo parágrafo, a conjuntura política do país seja referida por uma expressão tão pretensamente neutra como *situação vigente*. É óbvio que esta nem de longe corresponde a uma das formas provavelmente usadas em qualquer enunciado identificado com as posições basista ou revolucionária, e nem mesmo a muitas outras já utilizadas pela própria SBPC. Também é claro que a ausência de apreciação negativa sobre um termo cujo referente é o regime militar já é, por si, uma forma de valoração, o que se confirma pelo exame do restante do enunciado, dominado por uma tonalidade morna cujo principal efeito é silenciar outras possíveis vozes, responsáveis por formulações de cores mais fortes e apreciações valorativas mais contundentes. É no mesmo espírito que, mais adiante, no segundo parágrafo, os donos do poder são referidos como *autoridades* (uma formulação que poderia tranquilamente ter saído da boca de qualquer um dos membros do regime militar) e não como *tecnocratas*, *representantes da ditadura*, *governos militares* ou coisa semelhante.

Ao que parece, o editorial exprime uma oscilação comum no discurso de *Ciência Hoje*, que, identificado durante toda a década de 80 com o bloco legal-representacionista, ora se vê assediado em maior intensidade à esquerda, pelas posições dos blocos basista e revolucionário, ora à direita, pelo bloco autoritário-tutelar, de que resultam importantes variações nos acentos apreciativos dos enunciados. No editorial em tela, ao que tudo indica, as

posições à esquerda encontram-se inferiorizadas, daí o tom moderado das alusões ao governo e ao regime, dando a impressão de que os destinatários visados são as próprias "autoridades", a quem o sujeito, mostrando um certo acatamento, pretende convencer de que é necessário investir em C&T para assegurar o desenvolvimento do país. Com essa atitude, o acento negativo nos termos cujos referentes são o governo, o regime ou suas ações reduz-se ao mínimo: *retrocessos e reviravoltas na política científica, perturbações no poder central, insensibilidade do poder público* etc., expressões, como se vê, bastante comedidas para referir um regime contra o qual a SBPC tantas vezes já se batera ferrenhamente.

Essa estratégia, se de estratégia se trata, encontra correspondência na produção discursiva de outros sujeitos, que em alguns momentos, aparentemente imbuídos do mesmo intuito discursivo, levam às últimas conseqüências essa atitude de transigência frente ao regime militar, incorporando ao seu discurso, com acento positivo, as posições do bloco autoritário-tutelar. Veja-se, a propósito, este editorial da *Folha de S. Paulo*, em 14 de novembro de 1982, véspera, portanto, das supracitadas eleições.

Na véspera da mais importante eleição dos últimos 20 anos, este jornal sente-se na obrigação de formular, em primeira página, os cumprimentos de que o presidente da República se faz merecedor. Amanhã, quando 58,5 milhões de brasileiros estiverem comparecendo às urnas para o exercício normal de um direito finalmente devolvido, o sr. João Batista Figueiredo estará resgatando uma parte significativa de seu juramento [...] Empossados os vitoriosos na disputa pelo voto popular, estarão estabelecidas as bases para um novo período de abertura política, a desenvolver-se sob a égide da negociação. Será preciso que nos reeduquemos na democracia, na prática de compreender a vitória e a derrota política como fatos corriqueiros [...] Parabéns, presidente ("Editorial", em *Folha de S. Paulo*, 14/11/1982).

Impossível não notar a forma escancarada com que o discurso do regime militar, incorporado ao enunciado, é aí euforizado, numa versão integralmente compatível com as emitidas por gabinetes da própria ditadura, em que o presidente Figueiredo (aqui desmilitarizado, já que é apresentado como *senhor* e não como *general*) é alçado à condição de herói que, cumprindo uma espécie de juramento mítico, no qual prometia fazer deste país uma democracia, devolve à população, ainda que parcialmente, o direito de eleger os governantes, fundando, assim, uma nova etapa na vida do país.

O editorial de *Ciência Hoje* não chega a tanto, mas por pouco não se deixa ocupar pelas mesmas posições discursivas. De qualquer modo, o que, entre outras coisas, o seu tom ameno revela é que o tensionamento das vozes que se manifestam no discurso da revista não se dá apenas no interior de um mesmo editorial, mas também entre um editorial e outro, podendo ir de um extremo, em que predominam vozes identificadas com os blocos discursivos tendentes à esquerda, a outro, em que, ao contrário, predominam as vozes representativas dos blocos tendentes à direita. Nesse tensionamento, o estatuto político e social do povo ocupa espaço importante e aparece não apenas nos enunciados de *Ciência Hoje*, mas também em outras manifestações discursivas da SBPC, como exemplifica o pronunciamento de Crodowaldo Pavan, presidente da entidade, na abertura da 35ª reunião, realizada em Belém/PA, em 1983.

[...] Esta abertura solene no Teatro da Paz é fruto da obstinação de [...] homens que não se curvam diante da tradicional aversão e papel secundário que os tecnocratas de plantão no poder lhes reservam [...]

Esta esperança de que falo não nasce do rançoso jargão dos que pregam que “quanto pior, melhor” [...] Nasce da compreensão de que é necessário mais do que nunca uma reforma, uma mudança no estilo de vida de nossa sociedade, uma vez que esta já se acha mais do que madura para assumir em suas mãos a tutela de si própria [...]

O novo combustível deve ser fruto da vontade nacional, deve ser extraído das jazidas de bom senso que nosso povo armazena em seu âmago, deve ser prospeccionado entre os brasileiros que prezam tal nacionalidade e fazem dela profissão de fé; o novo estilo de vida capaz de levar à convalescença e cura do gigante deitado em estado catatônico não é nada novo, vem sendo mantido há séculos pelas populações mais isoladas desta terra tropical [...] A sabedoria popular, que muitas vezes encerra em si conhecimentos valiosos e surpreendentes, não deve arcar, entretanto, com o ônus ou por privilégios de prescrever um regime para o enfermo, cabendo aos especialistas tal tarefa, cabendo à comunidade multidisciplinar a condução dos trabalhos de diagnose e medicação. Esta comunidade, no entanto, hoje está condenada a perder tempo com burocratas de quarto escalão [...] com a empáfia dos que não sabem o que falam [...] (“Pavan acusa tecnocratas de não dar ouvido aos cientistas”, em *Folha de S. Paulo*, 07/07/1983).

Aí se podem ver mais uma vez, lado a lado, a exemplo do que se verá também em editoriais de *Ciência Hoje*, a desqualificação das posições ideológicas do bloco autoritário-tutelar (“tecnocratas de plantão no poder”) e do bloco revolucionário (“rançoso jargão dos que pregam que ‘quanto pior, melhor’”) junto com a euforização e (praticamente ao mesmo tempo) a disforização da capacidade do povo. Neste trecho pode-se ver que o elogio do povo

é feito pela justaposição, essencialmente, de duas vozes discursivas: uma associada ao bloco basista (*assumir em suas mãos a tutela de si própria; jazidas de bom senso que o nosso povo armazena no seu âmago; a sabedoria popular que muitas vezes encerra em si conhecimentos valiosos e surpreendentes*); outra, ao bloco legal-representacionista (*brasileiros que prezam tal nacionalidade; homens que não se curvam, estilo de vida de nossa sociedade*).

Ao final, a justaposição é substituída pela superposição de uma das vozes, a legal-representacionista, afirmada com enfático acento apreciativo na proposição do sujeito segundo a qual não cabe ao povo nem o ônus nem o *privilégio* de cuidar do enfermo (o país), posto que isto é tarefa para especialistas. Explicita-se, desta forma, a desqualificação das posições discursivas para as quais o saber do povo o credencia, sim, para solucionar os graves problemas do país.

No editorial ora em exame não há propriamente uma desqualificação das posições basistas e revolucionárias, mas, adotando uma suavização do tom politizado característico do panorama discursivo de então, o enunciado promove um silenciamento das vozes associadas aos blocos à esquerda, voltando sua carga quase exclusivamente para a construção dos referentes *ciência, cientista* e correlatos, sobre os quais o sujeito parece se ocupar em fazer recair os acentos apreciativos positivos. Assim é que, ao longo do enunciado, esses referentes vão sendo retomados por sintagmas e paráfrases que se reportam ao fluxo interdiscursivo para atribuir-lhes sentidos valorizados pelo superdestinatário, tais como *aqueles que se preocupam com a ciência brasileira, pronunciamentos claros e bem fundamentados, prestigiosas sociedades científicas, visão didática e clara, pontos mais notáveis do pensamento, história digna de criação de bons centros de ensino e pesquisa* e outros, efetivando uma tática que, no espírito do editorial, permite ao sujeito elidir as polêmicas e controvérsias postas pelo fluxo interdiscursivo.

Além da ciência e dos cientistas, também o processo de democratização recebe acentos apreciativos positivos, embora sem a ênfase que se verifica em outros editoriais e com o predomínio quase absoluto das posições do bloco legal-representacionista, que se sobrepõem completamente às outras posições. Daí as eleições serem referidas como *um acontecimento de tamanho significado*, fundamental para a *saúde da nação*. Daí também a necessidade de *discuti-la amplamente com os cientistas e a sociedade, tomando as decisões como resultado desse processo democrático*.

O caráter moderado desse enunciado, em que as posições discursivas mais à esquerda são praticamente silenciadas em favor das posições do bloco legal-representacionista e até mesmo de uma certa transigência quanto às posições do bloco autoritário-tutelar fica ainda mais evidente quando o comparamos com outros editoriais, mesmo aqueles em que não predomina uma tonalidade radicalizante, como é o caso do próximo.

CIÊNCIAHOJE

A O L E I T O R

Caro leitor:

Que surpresa lhe reservamos para 1983! Novas cores, novo desenho. Ousadia e vontade de aperfeiçoar o que já estava bem. Não se preocupe, porém, quanto às diretrizes editoriais, que continuam as mesmas: divulgar a ciência produzida no país e difundir dados capazes de informar a discussão de questões científicas de amplo interesse social.

Tripanossomos, anéis planetários, mendigos, Manguinhos e parques nacionais são tratados neste número, juntamente com uma lúcida e didática explicação de para que serve a pesquisa científica. Parece óbvio, mas nem sempre o óbvio encontra eco nos corredores ministeriais.

O que nos reservará 1983? Observando nossa trajetória, recém-iniciada, já percebemos que além de permanecer coerentes com nossas propostas básicas, deveremos responder a novos desafios que começam a se apresentar para todos os amigos da ciência.

Um exemplo desses desafios é imediatamente sugerido pela questão do Parque Nacional do Araguaia. O projeto de construção de uma estrada que deverá atravessá-lo foi aprovado contrariando uma rigorosa legislação a respeito, tendo prevalecido os "motivos de força maior". Pelo que sabemos, esses motivos não têm origem no Congresso, no legislativo estadual ou em razões científicas aceitáveis pela opinião pública nacional.

Como? Por quê? Por que Cubatão? Por que Angra? Como defender o bom-senso?

Teria sido possível evitar esse estado de coisas? Acreditamos que sim. O que se constata sempre é uma gritante falta de informações detalhadas e precisas sobre os vários aspectos dessas questões, e é nesse sentido que *Ciência Hoje* vem procurando trabalhar.

Por outro lado, observa-se que as decisões costumam ser apresentadas como fatos consumados, em caráter fatal e irreversível. Os técnicos brasileiros, as sociedades científicas e profissionais, os parlamentares, têm apresentado repetidas propostas e soluções alternativas, sistematicamente ignoradas pelas autoridades.

Nesses últimos tempos, é evidente o aumento do descrédito que a opinião pública dedica às soluções propostas pela tecnocracia estatal para os múltiplos problemas com que se debate o país. Por exemplo, insiste-se no programa nuclear quando sobra energia e o conserto do defeito de fabricação de Angra continua sem solução clara — ainda não se sabe quem pagará mais esta conta. Ao lamentável estado em que se encontra a educação são dedicados apenas exercícios de retórica, e para a grave crise da universidade a resposta é a constituição de mais uma comissão do Conselho Federal de Educação, cujo prestígio junto a comunidade acadêmica não é lá muito elevado. E o que dizer da economia ou da saúde?

Preocupa-nos muito a possibilidade de que os desacertos da tecnocracia venham a comprometer a confiança do público em nossos técnicos e cientistas. Afirmar a confiança em nossa inteligência é uma das metas com que *Ciência Hoje* se considera comprometida.

Convém lembrar, aliás, que as recentes eleições definiram novos compromissos entre a sociedade e seus governantes. Velhas e novas questões, sociais, políticas e econômicas, deverão receber novas respostas. Os legislativos e executivos estaduais, o Congresso e as associações representativas da sociedade civil terão certamente uma participação crescente e direta nas decisões que afetam os interesses mais amplos do país.

Temos certeza de que as associações científicas, as universidades, os cientistas e técnicos brasileiros têm a necessária competência e estão prontos a colaborar para que as decisões doravante tomadas sejam as mais adequadas aos interesses de toda a sociedade brasileira.

Os editores

Em que pese a manutenção da tonalidade um tanto moderada nesse editorial, imediatamente posterior à realização das eleições de 1982, os discursos que dialogicamente o constituem manifestam-se de forma mais nítida e as posições associadas ao bloco autoritário-tutelar são incorporadas com acentos apreciativos menos transigentes.

Também organizado tematicamente em torno da importância da ciência para o desenvolvimento do país, o editorial concentra-se na crítica às ações do governo nesta área. Assim, é perpassado por procedimentos de referenciação que, buscando imprimir aos referentes *ciência*, *cientista* e *divulgação científica* sentidos com apreciações positivas, incorpora algumas das vozes que se levantam contra a ditadura militar.

Desta forma, enquanto, de um lado, o universo da ciência e dos cientistas (assim como da divulgação científica) é referido por sintagmas e procedimentos de retomada do tipo *ousadia e vontade de aperfeiçoar o que já estava bem, todos os amigos da ciência, dados capazes de informar, lúcida e didática explicação, confiança do público em nossos técnicos e cientistas, confiança em nossa inteligência*, de outro lado, o regime militar e suas ações são referidos com expressões do tipo: *nem sempre o óbvio encontra eco nos corredores ministeriais, descrédito que a opinião pública dedica às soluções propostas pela tecnocracia estatal, lamentável estado em que se encontra a educação, apenas exercícios de retórica, desacertos da tecnocracia* etc, configurando discursivamente, assim, dois campos em oposição.

Entre os procedimentos utilizados nessa estruturação, mencione-se a incorporação do discurso do outro sob a forma marcada de discurso citado, o que se verifica, por exemplo, na expressão “motivos de força maior”, em que as aspas são usadas não apenas para delimitar explicitamente o discurso do outro (no caso, o do governo militar, que alega tais motivos em defesa de suas ações), mas também para o sujeito negar o seu aval a esse discurso, que é, desta forma, desqualificado, como corrobora, a seguir, a afirmação de que “esses motivos não

têm origem no Congresso, no legislativo estadual ou em razões científicas aceitáveis pela opinião pública nacional”, numa enumeração de instâncias legitimadoras que, remetendo ao universo legal-institucional e ao campo da ciência, é sintomaticamente fechada por *opinião pública*, forma típica usada pelas posições do bloco legal-representacionista para referir a população ou o povo, com o reforço, aqui, do adjetivo *nacional*.

A desqualificação do discurso da ditadura prossegue no parágrafo seguinte, em que uma sequência de perguntas "retóricas" põe em xeque ações do regime militar para as quais o sujeito não vê razões, sentido confirmado pela pergunta final do período, que atribui a essas ações falta de bom senso.

Um outro objeto do dizer em foco no enunciado, ainda que sem a ênfase característica de outros editoriais, é, como era de se esperar, a *democratização*, sobre a qual evidentemente recaem acentos apreciativos positivos, fazendo-se ouvir particularmente as vozes do bloco legal-representacionista, mas também os ecos de outras posições, uma vez que são referidos os *novos compromissos* entre a sociedade e seus governantes, assim como as *novas respostas* às questões do país, euforizando, mais uma vez, a construção do *novo*, contemplada por todos os blocos antiditadura.

No período final do penúltimo parágrafo (“Os legislativos e executivos estaduais, o Congresso e as associações representativas da sociedade civil terão certamente uma participação crescente e direta nas decisões que afetam os interesses mais amplos do país.”) observa-se a coexistência das posições do bloco legal-representacionista, com o elogio das instâncias legais de poder e das associações representativas, e, ao mesmo tempo, do bloco basista-diretista, com o elogio da participação crescente e direta e dos interesses amplos do país, retomado no final do último parágrafo por “interesses de toda a sociedade brasileira”.

Se, como se pode observar pela análise desses dois últimos editoriais, a interação do discurso de *Ciência Hoje* com os outros discursos que assediam os seus enunciados produz

momentos em que as vozes dos blocos discursivos associados às posições mais radicais são secundarizadas (quando não completamente silenciadas), produz também enunciados em que essas vozes se fazem ouvir com mais intensidade, como é o caso do editorial analisado a seguir.

CIÊNCIA HOJE
AO LEITOR

Caro leitor:

A exemplo de outras entidades, organizações, associações e sociedades de classe, a SBPC resolveu tomar posição em favor do restabelecimento imediato das eleições diretas para a presidência da República. Ao fazê-lo, não abdica de sua postura de intransigente afastamento de toda e qualquer atividade político-partidária, e nem supõe que esta mudança possa vir a resolver, num passe de mágica, os graves problemas por que o país vem passando. Todavia, ingressa na luta pelas diretas cônica de seu significado enquanto manifestação de reencontro da nação consigo mesma.

O desenvolvimento da ciência no Brasil está hoje seriamente ameaçado por questões de natureza econômica e financeira. No entanto, a SBPC bem sabe que o fundo desses problemas é outro, e que mesmo a abundância de recursos — caso existisse — não seria por si só garantia de boa ciência. A escassez de recursos para as atividades científicas é apenas mais um dos frutos de uma política em que o autoritarismo e a falta de apoio efetivo por parte da sociedade levaram a um afastamento da realidade mal encoberto pela arrogância tecnocrática.

Não faltaram advertências da comunidade científica quanto aos equívocos da política do governo — como foi o caso, notoriamente, do malogrado e dispendioso programa nuclear. Mas os cientistas, como outros segmentos sociais, não foram ouvidos; nem quando defendiam seus legítimos interesses e nem, muito menos, quando buscavam resguardar os interesses nacionais em matéria de sua competência específica. E não se pode dizer que isso seja coisa do passado, já que neste momento vem sendo negociado um empréstimo junto ao Banco Mundial para a área de ciência e tecnologia que é tratado como mais uma injeção de dólares, sem que suas finalidades precípua, sua oportunidade, os critérios de sua aplicação e seus efeitos reais sobre o desenvolvimento global da ciência e da tecnologia no país sejam adequadamente discutidos com a comunidade científica.

Urge buscar as bases para a legitimação do processo político. Urge procurar um sentido maior que reúna a nação na construção de uma sociedade em que todos se sintam participando e colaborando em algo que os transcenda. Sem esse espírito, os esforços se perdem e ganham primazia os interesses menores. E vai-se resvalando, a ponto de o país correr o risco de se ver reduzido a butim disputado por grupos organizados de aventureiros.

As ameaças não faltam. Ainda agora, na área de ciência e tecnologia, recrudescem os esforços para solapar a informática nacional, laboriosamente construída com base em um esforço sem o qual jamais escaparemos das malhas da dependência nos setores de ponta que comandarão o desenvolvimento científico e tecnológico mundial nas próximas décadas.

O sentido real da representação política e da participação da nação na construção de seu destino precisa ser restabelecido. E a eleição direta do próximo presidente da República — nas nossas circunstâncias e para além de argumentos cuja insinceridade é transparente — é um passo fundamental nessa trajetória. As sociedades científicas da área das ciências sociais sintetizaram muito bem o pensamento da comunidade científica. Publicando seu documento, bem como outras matérias pertinentes, *Ciência Hoje* solidariza-se, também, com um movimento cuja grandeza e significado redimem o país e anunciam ventos que só podemos aguardar com ansiosa esperança.

Os editores

Trata-se, neste caso, de um enunciado que ilustra de forma quase exemplar como o intuito discursivo do sujeito, sob a mediação das prescrições e potencialidades do gênero editorial, articula-se às determinações e condicionamentos da realidade histórico-social e do contexto discursivo correspondente.

Aqui se veem, nitidamente, o cunho opinativo, a função apresentativa, a concisão, a simplicidade estrutural e o caráter proselitista (elementos de composição do gênero) colocados a serviço da realização do intuito discursivo do sujeito em um enunciado estruturado sobre um eixo dicotômico que opõe, de um lado, as posições ideológico-discursivas associadas ao regime militar, polemicamente desqualificadas, e, de outro lado, as posições ideológico-discursivas do campo progressista, as quais, euforizadas na qualidade de oposição à ditadura, estabelecem entre si relações não apenas de concordância mas também de antagonismo.

O editorial é clivado, assim, por uma linha que o divide em um universo povoado de objetos e discursos referidos positivamente (em particular a ciência, os cientistas, os segmentos sociais engajados na luta pela democratização do país) e outro habitado por objetos e discursos referidos negativamente (em um primeiro plano, a ditadura, mas, em outros níveis, também aqueles discursos que, mesmo opostos ao regime militar, não se alinham com certas posições predominantes no discurso do sujeito).

Tanto o campo euforizado quanto o disforizado recebem estes acentos por meio, entre outras coisas, de procedimentos de referenciação e de retomadas ancorados nas ideias-força do contexto-discursivo. Por isso, logo no início a SBPC é colocada no grupo das entidades, organizações, associações e entidades de classe, numa enumeração em que se ilumina principalmente a dimensão coletiva dos elementos que a integram, avaliando positivamente, assim, tanto a posição do sujeito, alinhado com as bandeiras do bloco legal-representacionista, quanto as posições do bloco basista-diretista, que, como sabemos, fazia das ações e decisões

coletivas uma das suas principais bandeiras. O restante do editorial é, então, pontuado por procedimentos deste tipo, entre os quais cabe destacar:

- *Tomar posição* – aqui, o sujeito, recorrendo, mais uma vez, às ideias do compromisso e do engajamento, valores em alta conta pelo superdestinatário, propugna a politização, que, comum às posições antiditadura, é, contudo, mais acentuada nos blocos basista-diretista e revolucionário;
- *Restabelecimento imediato das eleições diretas* – aqui o sujeito declara a sua adesão a uma bandeira que, aparentemente, unifica todas as posições contrárias à ditadura. No entanto, ao imprimir tal ênfase às eleições, promove momentaneamente um silenciamento de vozes alinhadas aos blocos basista e revolucionário, para as quais as eleições, deixando intactas as estruturas de poder da sociedade, não resolvem os problemas do povo. De qualquer modo, essas vozes se insurgem contra esse silenciamento, a ponto de o sujeito, em *réplica dialógica*, responder a elas no instante seguinte, afirmando não supor “que esta mudança possa vir a resolver, num passe de mágica, os graves problemas por que o país vem passando.” No mesmo período, verifica-se também, já no começo, outra *réplica dialógica*, por meio da qual o sujeito antecipa-se às vozes provenientes do seu próprio bloco discursivo e do bloco autoritário-tutelar, que criticariam o possível caráter político-partidário dessa atitude da SBPC, ao que ele responde declarando que a defesa das eleições diretas não significa abdicar “de sua postura de intransigente afastamento de toda e qualquer atividade político-partidária.”
- *Ingressa na luta pelas diretas* – a valorização da ideia de luta, ainda que contemplada também pelo bloco legal-representacionista, exprime sobretudo as posições dos blocos basista-diretista e revolucionário. Antecipando-se novamente a possíveis objeções, o sujeito justifica sua ação, associando a luta pelas diretas

com o reencontro da nação consigo mesma. De um só golpe, propõe, assim, uma interpretação da história política recente do país, segundo a qual a nação estaria cindida, distanciada, afastada de si mesma, e atribui à luta pelas diretas um alto significado, na medida em que representa uma das faces da reversão desse quadro.

- *O sentido real da representação política e da participação da nação na construção de seu destino precisa ser restabelecido.* Aqui, novamente, a expressão de um valor que, aparentando corresponder às posições de todos os blocos discursivos contrários à ditadura militar, na realidade coloca em primeiro plano uma dessas posições (não por acaso aquela com a qual o sujeito se identifica), assentada no elogio das ideias de *representação* e de *nação*, muito criticadas, a primeira pelo bloco basista-diretista, e a segunda pelo bloco revolucionário.

No campo disforizado, podem ser assinalados os procedimentos abaixo, em que a referenciação se dá por meio de termos que atacam abertamente a posição ideológico-discursiva da ditadura, transformada, nas passagens destacadas, em objeto do dizer do discurso do sujeito.

- *o autoritarismo e a falta de apoio efetivo;*
- *pela arrogância tecnocrática*
- *equivocos da política do governo;*
- *malgrado e dispendioso programa nuclear.*

No que diz respeito à forma como determinadas características temáticas, estilísticas e composicionais do gênero interagem dialogicamente para se realizar no enunciado, cabe mencionar alguns procedimentos:

Um deles é o dialogismo da construção interna, que se verifica, por exemplo, na organização dos parágrafos. Note-se como o segundo parágrafo organiza-se como uma resposta antecipada a possíveis perguntas do destinatário sobre as informações e o raciocínio

desenvolvidos no primeiro parágrafo. Uma das formulações dessas perguntas poderia ser: “O que tudo isto tem a ver com a ciência e os cientistas?”, ao que, no segundo parágrafo, o sujeito responde, ligando o desenvolvimento da ciência com as relações de poder e apresentando, deste modo, uma justificativa aberta para a politização do seu discurso.

O terceiro parágrafo, por sua vez, pode ser lido em bloco como uma resposta antecipada a vozes, presentes em vários outros momentos nos enunciados de *Ciência Hoje*, que, ante os dois parágrafos iniciais, questionariam se realmente é o caso de a comunidade científica assumir este envolvimento mais geral ou se manter na defesa apenas dos interesses do seu campo. Ante esse questionamento, o sujeito justifica-se respondendo que as advertências dos cientistas jamais foram ouvidas e que os assuntos relativos ao mundo da ciência no país são tratados sem que sejam “adequadamente discutidos com a comunidade científica.”

No quarto parágrafo, o enunciado direciona tudo o que foi apresentado anteriormente para a discussão das relações de poder, portanto, para a politização. Neste ponto, as potencialidades retóricas do gênero são exploradas intensamente (*Urge buscar [...] Urge procurar*), numa construção em que sobressai o tom de manifesto, fechando-se o parágrafo com a advertência de que o país pode “correr o risco de se ver reduzido a butim disputado por grupos organizados de aventureiros”, expressão cujo referente não é claro. Trata-se de grupos da esquerda radical? Trata-se de grupos empresariais irresponsáveis e predatórios? Ou se trata de interesses internacionais de olho nas riquezas do país? O parágrafo seguinte, se não elimina definitivamente a ambiguidade, ao menos indica um dos referentes visados, identificado com “os esforços para solapar [um verbo de forte ressonância oratória] a informática nacional.”

Como se vê, o editorial em foco, distancia-se do caráter ameno dos anteriores e assume uma subida no tom de politização, delimitando de maneira bem mais clara as posições em confronto no seu território. Destaque-se, além disso, a forte presença da idéia de *nação*,

um signo que, conforme veremos pela análise dos editoriais a seguir, será um dos principais núcleos discursivos de *Ciência Hoje* tanto na segunda metade da década de 1980 quanto na década de 90.

AO LEITOR

A CONSTITUIÇÃO DO NOVO PAÍS

Formular e tornar politicamente viável um projeto nacional alternativo ao do regime militar tem sido processo lento e difícil. O marco fundamental na mudança da correlação de forças foi, sem dúvida, a campanha pelas eleições diretas: embora derrotada em seu objetivo explícito, ela mudou a face do país e influenciou decisivamente no comportamento do Colégio Eleitoral. Uma instituição espúria, montada *ad hoc* para garantir a continuidade do velho regime, não foi capaz de resistir às pressões de uma sociedade mobilizada e vigilante.

O atual governo federal e a Assembléia Nacional Constituinte em vias de instalação são herdeiros desse processo que colocou na ordem do dia uma série de reformas há muito esperadas por uma nação jovem, desejosa de encontrar-se e ávida por participar. Uma nação que pode e deve integrar-se à revolução científica e tecnológica em curso no mundo moderno. Uma nação que, agora, começa a frustrar-se. Os velhos hábitos, com toda a sua carga conservadora, perduram no tecido político e administrativo, enfraquecendo a costura de um projeto nacional renovador.

Há motivos para que fiquemos alerta. Os avanços parciais obtidos neste governo estão obscurecidos pela sucessão de casuísticos que denotam a perda, inclusive, da dimensão ética imprescindível à liderança das transformações. A nação parece ter mudado mais do que o Estado. A independência dos poderes — velha reivindicação democrática — esteve recentemente comprometida por uma regulamentação nada imparcial do processo eleitoral. A reforma agrária, anunciada como prioridade, nem de longe deu esperanças de transformação do perfil histórico de concentração da propriedade rural. A estrutura do sistema tributário, reconhecidamente perversa, manteve-se intacta, enquanto o governo lançava mão de decretos-lei para operar maciças transferências de recursos para si. No âmbito do funcionalismo, privilégios de grupos contribuíram para inviabilizar a reforma administrativa. O 13° salário foi concedido de forma desigual para civis e militares. A metodologia de cálculo do índice de inflação continuou sujeita às injunções da política econômica. Algo como 1/4 da poupança nacional permaneceu sendo drenada para o exterior sob a forma de pagamento de juros de uma dívida que se eterniza.

Quanto à Constituinte, são muitos, e de natureza diversa, os obstáculos que se interpõem a uma atividade em que prevaleça o interesse geral sobre o particular. O processo eleitoral, centrado na escolha dos governadores, fez destes últimos os articuladores de bancadas estaduais cujos posicionamentos começam a ser usados como moeda de troca nas relações entre as instâncias do Poder Executivo. Além disso, é bastante elevado o número de deputados que, na ausência de programas partidários bem definidos, tendem exercer o mandato referenciados basicamente nos próprios vínculos corporativos de natureza profissional, religiosa ou ocupacional.

Neste contexto, perde-se a dimensão do conjunto e o horizonte de longo prazo, abrindo imenso espaço para o florescimento do "lobismo" como canal de expressão política. Espanta e admira que, lado a lado de companhias privadas e estatais, de sindicatos de empregados e empregadores, até mesmo as forças armadas tenham anunciado a designação de um grupo de oficiais para este mister, que já ocupa, em tempo integral, 163 profissionais credenciados para atuar no Congresso Nacional. Quantos

serão eles durante os trabalhos da Assembléia Constituinte? Que interesses se farão representar por esta via? Considerando o país em que vivemos, qual das duas estruturas — partidos políticos ou grupos de pressão — tenderá acumular mais força e poder? Que nível de transparência será garantido pelo regimento interno da Constituinte?

Poderemos perder uma oportunidade histórica. O horizonte das questões hoje ressaltadas — como a duração do mandato presidencial — se prende a disputas de momento e se esgota no espaço de poucos anos, enquanto o conjunto de questões relevantes — entre elas a do lançamento de bases sólidas para a ciência e a tecnologia nacionais — adentra a perspectiva do século XXI, quando viverá a próxima geração de brasileiros.

A nova constituição deve consagrar direitos fundamentais, debruçando-se sobre as questões nacionais mais abrangentes e definindo as regras da competição política regular, que há de cuidar do contínuo aperfeiçoamento social e institucional. Há, de um lado, questões tradicionais que precisam ser repensadas: a efetiva implantação do federalismo, o papel do Estado como agente produtivo e regulador, o enquadramento civilista do estamento militar, o planejamento governamental como processo de decisão e o próprio sistema de governo são alguns exemplos. De outro lado, há questões emergentes que não podem ser esquecidas, como o direito à informação, a proteção ao meio ambiente e o estatuto dos meios de comunicação de massa.

Para cumprir seu papel, a Constituinte precisa, em primeiro lugar, agir como poder independente. A vontade política do Poder Executivo e as contradições imediatas entre suas instâncias estaduais e federal não devem dar a tônica deste processo. Depois, é indispensável admitir que nem todos os problemas da nacionalidade são problemas constitucionais. A pauta de direitos característica de uma cidadania universalizada não se confunde com uma colcha de retalhos. Os privilégios corporativos de cada categoria profissional não podem ser transformados em preceitos constitucionais, em detrimento de um tratamento verdadeiramente abrangente da questão social. A tutela das forças armadas sobre o poder civil — mascarada na "defesa da ordem interna" e derivada de um golpe de Estado — não pode perpetuar-se. O pluralismo de crenças e de ceticismo religioso, constitutivo das sociedades modernas, precisa ser garantido.

Se voltarmos à referência inicial ao nefasto Colégio Eleitoral do regime militar, constataremos um paradoxo. Por um lado, a Constituinte não é organismo espúrio e abriga setores capazes de contribuir tanto na redação de uma Carta avançada e moderna, como na costura de um acordo que devolva às forças progressistas a iniciativa política. Por outro lado, a mobilização da sociedade é hoje incomparavelmente menor do que aquela que cercou a eleição indireta do novo presidente. Por isso, embora tenhamos avançado, poderemos alcançar resultados decepcionantes. Deputados como Florestan Fernandes, velho estudioso da nossa sociedade e batalhador pela nossa universidade (ver "Perfil", em *Ciência Hoje* n° 8), estão chamados a uma imensa responsabilidade. Mas cabe à sociedade civil um papel significativo, que só poderá ser cumprido com êxito se a mobilização nacional transcender fronteiras corporativas na formulação de um projeto abrangente.

Os Editores

Embora seja também da década de 80, este enunciado responde a injunções e condicionamentos de um contexto discursivo em muitos pontos diferente daquele em que foram produzidos os editoriais analisados até agora. Publicado na edição de Janeiro/Fevereiro de 1987, trata-se de um editorial produzido sob condições históricas nas quais, para começar, não vige mais, ao menos formalmente, uma ditadura militar, apesar de o presidente civil José Sarney, colaborador do regime militar desde as primeiras horas, ter chegado ao posto depois da estranha e inesperada morte de Tancredo Neves, que fora alçado à presidência (tendo Sarney como vice) pelo Colégio Eleitoral, numa operação envolvendo intensas negociações de bastidores e de cúpula, depois que a campanha das diretas não alcançou, em que pesem os impactos produzidos na sociedade, o objetivo imediato visado.

Registre-se também que já ocorreram, a esta altura, duas eleições executivas e legislativas estaduais (1982 e 1986) de que resultaram importantes alterações no mapa da representação política no país, ainda que isto não tenha significado, de fato, a resolução dos problemas e tampouco o equacionamento das demandas e carências na base de grande parte das mobilizações políticas e sociais do início da década.

De todo modo, essas transformações implicam consequências relevantes no plano discursivo, repercutindo na relação entre os parceiros da comunicação, nos objetos do dizer sobre os quais *Ciência Hoje* se debruça, na configuração dos blocos discursivos em interação e na maneira como as posições a eles associadas vão se refletir e se refratar nos enunciados da revista. Nesse particular, um importante aspecto a assinalar é a perda de força das posições do bloco revolucionário, cuja presença diminui na mesma proporção em que ganha espaço a atuação institucional. Quanto às posições do bloco basista-diretista, se, por um lado, sofrem um certo arrefecimento, acompanhando o refluxo dos movimentos sociais de ação direta, por outro lado, conseguem se fazer presentes nas reelaborações discursivas que se direcionam

para as ações institucionais, como se pode observar, inclusive, em alguns dispositivos da Constituição que será promulgada em 1988.⁵¹

É, a propósito, a instalação da Assembléia Nacional Constituinte encarregada de prover o país de uma nova Constituição o principal objeto do dizer para o qual se volta o editorial, bastante representativo das posições assumidas pela SBPC na segunda metade da década de 1980 e ao longo da década de 1990. Nele, o sujeito procura direcionar para a ideia de *nação* o diálogo que trava com os outros discursos em circulação no fluxo interdiscursivo da sociedade. Nesse sentido, os discursos que transitam pelo enunciado ou aos quais o enunciado responde são em grande medida apreciados pelo sujeito com base no seu envolvimento com a questão da *nação* e do *projeto nacional*.

A escolha de *nação* como núcleo da produção discursiva e do projeto político em cuja defesa o sujeito se coloca, e também como forma preferencial de referir um determinado objeto da realidade, é, por si só, muito eloquente, representando a exclusão, no eixo paradigmático discursivo, de várias outras possibilidades de referência cujos sentidos apontariam, no período em questão, para a natureza conflitiva do todo social, tais como *população*, por oposição a *governo*; *sociedade*, por oposição a *Estado*; *povo*, por oposição a *elite*; e, principalmente, *trabalhadores*, por oposição a *capitalistas* ou *patrões*. Em outras palavras, isto significa o apagamento de posições discursivas (associadas aos blocos basista-diretista e revolucionário) para as quais o signo *nação* é indissociável de uma operação ideológica por meio da qual as diferenças sociais, políticas e econômicas são suprimidas e o conjunto da sociedade é referido como um todo homogêneo e harmônico, movido por um mesmo objetivo e irmanado pelos mesmos propósitos, na verdade definidos, é claro, pelos de

⁵¹ Um dos exemplos mais eloquentes dessa presença está já no artigo 1º da Constituição, em seu parágrafo único: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos *ou diretamente*, nos termos desta Constituição" – grifos meus. Tal reconhecimento explícito da possibilidade do exercício direto do poder popular é fato completamente novo na história das Constituições brasileiras e representa, obviamente, uma das formas pelas quais as posições ideológicas basistas-diretistas são incorporadas aos discursos formulados no plano dos sistemas ideológicos constituídos.

cima. Nessa linha de raciocínio, não seria a primeira vez em que a mobilização do signo visaria funções homogeneizadoras semelhantes. Relembrem-se, entre vários outros momentos da história do país, a Independência, o nacional-desenvolvimentismo dos anos 50 e um certo nacionalismo dos anos 60, em grande medida estimulado pelos setores de esquerda que, orientados por uma interpretação etapista da história, propunham, como base do seu projeto de transformação da sociedade, a aliança do proletariado e da burguesia nacional contra o latifúndio e o imperialismo, vistos, nessa perspectiva, como os grandes obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Seja como for, é sobre essa ideia que o sujeito discursivo projeta grande peso, a ponto de emanar do enunciado uma visão em que se confundem a história do país e a história da construção da nação, ficando a sugestão de que as lutas políticas dos últimos tempos são resultado de um longo percurso na direção deste objetivo.

Assim, o enunciado organiza-se em uma estrutura dicotômica (favorecida por algumas já apontadas características composicionais do gênero, como, por exemplo, a simplicidade estrutural) em que, de um lado, se alinham os defensores da nação e, de outro, aqueles cujas ações representam os obstáculos à realização de um projeto nacional.

Os acentos apreciativos positivos recaem, por isso, predominantemente sobre as posições do bloco legal-representacionista, totalmente hegemônico no enunciado, de sorte que as posições dos outros discursos são praticamente apagadas ou, quando muito, transformadas em objetos do dizer referidos negativamente.

Esta configuração é produzida sobretudo por meio de procedimentos de referenciação que, amparados nos valores, imagens e referências ético-políticas que toda a movimentação política precedente consagrou e transformou em valores do *superdestinatário*, baseiam-se, em grande medida, na exploração de pares de opostos por meio dos quais se projetam apreciações positivas sobre um polo e negativas sobre o outro. É o caso, por exemplo, de *novo-velho*. A

jovem nação e o projeto nacional *renovador* têm como inimigos os *velhos hábitos* e o desejo de continuidade do *velho regime*. É o caso, também, de *ético-não ético* e de *progressista-conservador*, em que os primeiros termos são positivados em detrimento dos segundos, produzindo-se, assim, a desqualificação das ações e, por extensão, dos discursos associados a esses valores, que, nesse momento, remetem principalmente a atores e práticas de alguma forma ainda comprometidos com as posições do bloco autoritário-tutelar.

Uma outra dualidade cuja exploração presta-se à desqualificação de discursos presentes no fluxo interdiscursivo é *geral-particular*. Com ela, jogam-se acentos negativos nas posições associadas ao lobismo, ao corporativismo e à privatização do Estado e valorizam-se, em contraposição, as posições de defesa do Estado publicizado e transparente, reforçando também, com esta crítica, o comportamento ético, associado ao compromisso com o coletivo e transparente, contra o não ético, associado ao particularismo interesseiro.

Além dessas dualidades, o sujeito investe também na defesa de pontos programáticos do projeto nacional, destacando-se aí a agenda de *reformas*, particularmente a agrária, a tributária e a administrativa, e aqui, cumpre assinalar, mais uma vez, que, assim como os enunciados, as palavras, enquanto materializações de certo discurso, não são signos unívocos, mas instâncias em que se confrontam distintas posições ideológicas. *Reforma*, por exemplo, num contexto político a que o sujeito responde propondo a discussão e a efetivação de um projeto nacional, não pode ser desvinculada da história que a opõe à *revolução*⁵², identificando-a com as posições contrárias a transformações radicais da sociedade. Desta forma, ao fazer desta palavra emblema das bandeiras que defende, o sujeito promove, uma vez mais, o apagamento das posições que lhe são contrárias, neste caso, particularmente, as do bloco revolucionário, cuja tendência seria fazer incidir acentos negativos sobre ações e

⁵² Ver, por exemplo, Rosa Luxemburgo, *Reforma social ou revolução*, Porto: Escorpião, 1975.

propostas reformistas e apreciar positivamente ações que pudessem ser qualificadas de revolucionárias.

Um outro ponto em que o enunciado investe é a construção da institucionalidade, assumindo, nisso também, a sua filiação discursiva ao bloco legal-representacionista, o que é feito pela defesa de diversos pontos (o federalismo, a independência dos poderes, a instituição de regras de competição regular, o estabelecimento de diversos direitos etc) associados a uma nova estrutura institucional.

Desta forma, em diálogo com o fluxo interdiscursivo do momento, o editorial é organizado de modo a incorporar com acentos apreciativos positivos as posições alinhadas com a defesa da ação institucional e da construção de um projeto nacional e, em decorrência, tende a ocultar ou apagar as vozes a isso contrapostas. Nessa composição, o título ("A constituição do novo país") participa de maneira relevante, ao realizar uma síntese que amarra três ingredientes centrais da proposta euforizada no discurso de *Ciência Hoje*: a *constituição*, bivalentemente apontando tanto para o sentido da *construção* quanto para o sentido da *instituição*; o *país*, aqui comutável por *nação*; e o *novo*, que, definindo-se por oposição a *velho*, garante, pela adesão a um valor em alta conta na avaliação do superdestinatário, o acento progressista ao discurso que se enuncia.

AO LEITOR

CARTA ABERTA AO FUTURO PRESIDENTE

Nos últimos 20 anos assistimos a um expressivo desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil. Apesar de todos os dramas e comédias por que passamos nesse período, hoje possuímos, pelo menos em algumas áreas e graças sobretudo à ação da própria comunidade científica e suas associações (aí incluída com destaque a SBPC) e a alguns instrumentos criados pelo governo federal (como o CNPq e a Finep), um patrimônio de pessoal e de infra-estrutura que não pode ser desconhecido. Todavia, é exatamente isso que parece estar acontecendo nos últimos tempos, com graves riscos para os interesses nacionais.

Diante dessa ameaça, o Conselho da SBPC, os secretários regionais e um grande número de representantes de sociedades científicas resolveram pronunciar-se, após reunião realizada no Rio de Janeiro, através de uma Carta Aberta ao Futuro Presidente da República:

“A SBPC e representantes da comunidade científica nacional vêm alertá-lo para a grave crise que atravessam a ciência e a tecnologia do país. Transmitimos a V. Exa. nossa profunda preocupação com a falta de visão com que esta questão tem sido tratada nos últimos anos e a conseqüente e desastrosa suspensão do progresso científico e tecnológico brasileiro.

As sociedades modernas não se distinguem pelo que elas têm, mas sim pelo que elas sabem. Não se pode recuperar o país sem recuperar sua ciência e tecnologia, pressupostos para o desenvolvimento econômico e social. As ciências são instrumentos indispensáveis para conhecer o país e encontrar o caminho desse desenvolvimento.

Mas como encontrar o caminho? Faltam recursos, falta planejamento, falta responsabilidade, falta ética.

A Constituição Brasileira, que prioriza a pesquisa científica, tem sido sistematicamente desrespeitada. Os recursos minguam, laboratórios se deterioram, universidades e institutos desmoronam, recursos humanos deixam o país em busca de condições mais favoráveis de trabalho. Pesquisas importantes são interrompidas, com o que se perdem os investimentos em recursos materiais e humanos feitos ao longo de muitos anos.

Contrariando os discursos oficiais e promessas que se revelam retóricas, os recursos têm decrescido. O orçamento proposto pelo Poder Executivo para 1990 projeta um futuro ainda mais sombrio. Programas fundamentais de apoio à pesquisa serão seriamente cortados ou mesmo extintos, como no caso do

FNDCT/Finep, CNPq, Laboratórios Associados e Capes. Estão ameaçados não só a pesquisa científica e tecnológica, como os cursos de pós-graduação, responsáveis pela formação de recursos humanos no país.

A evasão de nossos melhores cientistas ameaça mais uma vez a qualidade da pesquisa e do ensino no país. Da mesma forma, as dificuldades de absorção pelas universidades e institutos de pesquisa impedem a renovação de seus quadros. O sistema perde, assim, a vitalidade necessária à produção científica, com prejuízos evidentes.

Na verdade, os investimentos em ciência e tecnologia são ínfimos quando comparados aos benefícios resultantes. Mas, para que haja garantia de retorno, é indispensável um fluxo constante, sistemático e significativo de recursos, que confira ao sistema a estabilidade necessária ao alcance de seus objetivos essenciais.

Os resultados do processo do conhecimento não podem continuar sendo ignorados na elaboração das políticas públicas. Faz-se necessária, portanto, a coordenação dos diversos programas de ciência e tecnologia nos diferentes Ministérios e órgãos públicos.

Não esperamos tudo do governo. A participação de uma sociedade civil informada e mobilizada é crucial para um projeto de desenvolvimento competente e democrático. A recuperação desse projeto dependerá de uma articulação efetiva entre governo, comunidade científica e tecnológica, indústria e entidades da sociedade civil, assim como do papel fundamental exercido pelo Poder Legislativo, tanto no nível federal quanto no estadual.

A contribuição de cientistas na definição de prioridades e na avaliação de projetos garantirá o maior retorno dos recursos investidos, evitando desperdícios e políticas clientelistas.

O quadro de deterioração em todo o sistema de ensino e pesquisa no Brasil é, no mínimo, alarmante. Grupos se desfazem. Projetos são interrompidos. Instituições inteiras estão ameaçadas. O país também. Perante tal quadro, nosso sentimento é de profunda indignação.

Senhor Presidente: é tarefa urgente do próximo governo reverter este processo de desagregação, para que seja efetivamente retomado o projeto de desenvolvimento nacional.”

Os Editores

Nesse editorial, a exploração dialógica de uma virtualidade do gênero, a saber, sua abertura para o proselitismo, é deflagrada logo no título, com a indicação do encaixe de um gênero em outro, já que o editorial anuncia-se como uma *carta aberta*, modalidade de enunciado que, por sua vez, também se constrói pela fusão de gêneros, no caso, a *carta*, cujos elementos composicionais remetem a uma situação de enunciação na qual um sujeito (normalmente individual) dirige-se a um destinatário (também, em geral, individual) para, em um registro privado, falar, num tom em que se pode esperar certa familiaridade, sobre objetos de sentido compartilhados, e o *manifesto*, em que um sujeito dirige-se a um destinatário para, em um registro público, posicionar-se sobre questões de interesse coletivo ou grupal e sobre elas propor ações, atitudes ou comportamentos. Note-se que o caráter de manifesto é marcado, de um lado, pelo fato de o destinatário (o futuro presidente) ser um representante da coletividade a quem seria normal se dirigirem demandas, projetos e reivindicações, e, de outro, pela junção do adjetivo *aberta* ao substantivo *carta*, produzindo um sintagma já cristalizado na língua, no qual se acentua a passagem da dimensão privada da carta (de ordinário, fechada e sob a proteção do sigilo) para uma dimensão pública, em que seu conteúdo é deliberadamente exposto ao conhecimento geral.

Pelo próprio título, portanto, em que se propõe a interação dialógica de gêneros, já se podem presumir na organização do editorial o impulso da *politização*, posto que se trata de manifesto endereçado à autoridade que acumula as funções de chefe de governo e chefe de Estado, e o da *retorização*, vez que um dos traços definidores do gênero *manifesto* é justamente a intenção persuasiva levada ao extremo, na medida em que seu projeto último é induzir o seu destinatário a agir em determinada direção.

Tudo isto, que é, explícita ou implicitamente, mostrado na superfície linguística do título, assume contornos ainda mais claros quando lembramos que o editorial é de outubro de 1989, um mês antes, pois, da eleição que vai definir o primeiro presidente eleito pelo voto

direto desde Jânio Quadros, em outubro de 1961. Nesse contexto, portanto, não se trata de qualquer carta aberta e tampouco de qualquer futuro presidente. Concorre para dar sentidos ainda mais emblemáticos a tudo isto o fato de um dos candidatos com chances de chegar à presidência da República ser o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, certamente a liderança mais expressiva da onda movimentalista deflagrada na década de 1970, que está na origem do contexto discursivo sob o qual se produz o editorial ora analisado.

Adentrando o enunciado, percebe-se que a “Carta Aberta ao Futuro Presidente da República” é um documento, de autoria da SBPC e outras sociedades científicas, citado por *Ciência Hoje*, configurando, assim, um procedimento por meio do qual o editorial da revista de divulgação científica da SBPC incorpora à sua composição (a fim de, entre outras coisas, emprestar autoridade às suas posições) o discurso avalizador de um outro que, de fato, é a própria SBPC, um pouco mais legitimada, é verdade, pela carga adicional de prestígio que lhe confere a companhia de “grande número de representantes de sociedades científicas”, as quais, após reunião realizada no Rio de Janeiro, resolvem se pronunciar, em conjunto com a SBPC, sobre fatos referidos no editorial como “graves riscos para os interesses nacionais.”

Neste ponto pode-se ver, mais uma vez, a conexão dos objetos do dizer tratados no editorial com um dos mais importantes núcleos da produção discursiva de *Ciência Hoje* nesses anos: o *projeto nacional*. De fato, também este editorial, usando os recursos composicionais já mencionados, é orientado pelo propósito de convencer o seu destinatário (retoricamente referido como o futuro presidente, mas na verdade abrangendo toda a sociedade brasileira) de que a ciência e os cientistas são imprescindíveis para o desenvolvimento da nação.

Na defesa dessa tese, apresenta como dado indiscutível o ideal de nação, como se não houvesse no panorama discursivo brasileiro questionamentos a esse projeto nem discursos a ele contrapostos. Procura, a partir desse núcleo, mostrar que, a despeito de todos os obstáculos

e “graças à ação da própria comunidade e suas associações [...] e a alguns instrumentos criados pelo governo federal”, o país possui um patrimônio de pessoal e de infraestrutura que está sendo ameaçado pela falta de atenção do poder público. Daí a necessidade de mudança desse quadro e daí o apelo ao futuro presidente, instando o próximo governo a “reverter este processo de desagregação, para que seja efetivamente retomado o projeto de desenvolvimento nacional.”

Do ponto de vista do dialogismo que o constitui, claro está que o editorial inscreve-se como um elo na cadeia de enunciados que, nesse momento, após a promulgação da Constituição de 1988 e na iminência de um presidente conduzido ao poder pelo voto, buscam dar visibilidade política e marcar as posições e os interesses dos diversos segmentos sociais. Responsivamente, o enunciado volta-se para as inquições acerca do papel dos cientistas e da ciência na sociedade. Essa interação dialógica com o fluxo interdiscursivo funciona, ademais, como elemento de coesão que organiza a sequência dos raciocínios e promove o encadeamento dos parágrafos. O quinto parágrafo, por exemplo, organiza-se nitidamente como *réplica dialógica* a uma voz que depois do parágrafo anterior perguntaria: “E por que o caminho não é encontrado? O que falta para isso?”, ao que o sujeito responde dizendo que “faltam recursos, falta planejamento, falta responsabilidade, falta ética.” Mais adiante, pode-se observar de novo esse processo, na passagem do sexto para o sétimo parágrafo, que pode ser lido também como *réplica dialógica* à seguinte questão: “Mas as autoridades não têm se pronunciado no sentido de aumentar os recursos destinados à ciência e à tecnologia?” E a resposta: “Contrariando os discursos oficiais e promessas que se revelam retóricas, os recursos têm decrescido.”

No que diz respeito ao modo como as posições dos blocos discursivos são incorporadas ao enunciado, pode-se dizer que há um quase completo apagamento daquelas não filiadas ao bloco legal-representacionista, o que se deve, como já foi mencionado, a

mudanças na correlação de forças sociais e políticas e ao predomínio das tendências favoráveis à institucionalização. Por isso, as posições que se fazem representar no enunciado são praticamente todas oriundas do mesmo bloco discursivo, isto é, do bloco legal-representacionista, que debatem dentro do mesmo campo ideológico, sem grandes confrontos.

Para não dizer que não há tensionamentos e que o enunciado segue um percurso inteiramente monolítico, pode-se destacar um ponto em que vozes divergentes tentam ocupá-lo, sendo, na sequência absorvidas pelo sujeito. Isso ocorre após o décimo parágrafo, quando, depois de toda a argumentação em defesa da necessidade de uma ação eficaz do governo na área de ciência e tecnologia, ouvem-se ecos de vozes que assediam o discurso do sujeito questionando-o: “então o que se propõe é dar carta branca e poder total ao governo, colocando a sociedade nas mãos do Estado?” Ao responder a este questionamento, o sujeito aparenta trazer para o enunciado discursos até então subjugados, invocando a mobilização e a participação, mas o faz colocando-os nos marcos da institucionalidade, na medida em que insiste na *sociedade civil*, termo consagrado justamente na luta institucional, como protagonista dessa mobilização.

Ligando, desta forma, a construção de um projeto nacional com a consolidação do arcabouço institucional, o enunciado põe em segundo plano, quando não apaga completamente, as vozes defensoras de outras formas de ação.

Emana, assim, do editorial, essa associação entre a ciência, a nação e a atuação contida nos limites da institucionalidade.

AO LEITOR

PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

Em outubro de 1989 — antes, portanto, dos dois turnos da eleição presidencial —, já manifestávamos ao futuro chefe do governo, em editorial, profunda preocupação ante “o quadro de deterioração em todo o sistema de ensino e pesquisa no Brasil(...), no mínimo, alarmante”.

A universidade e a ciência no país estão mergulhadas em crise sem precedentes. Enquanto o mundo desenvolvido avança, célere, impulsionado por vertiginosa revolução científica e tecnológica, nós vamos ficando para trás, penalizando ainda mais nosso povo e comprometendo seriamente nosso futuro como nação.

O penoso processo de democratização nos trouxe, enfim, a primeira eleição direta para presidente da República nos últimos 29 anos. Mas não nos livrou de incertezas básicas, assim como não nos permitiu entrever definições essenciais. O que fazer, por exemplo, na eventual emergência de um colapso econômico, provocado pela hiperinflação? Não podemos permitir que essa situação extrema seja utilizada como elemento de pressão para forçar o país e a opinião pública a aceitarem soluções indesejadas e antidemocráticas.

O horizonte sem clareza nos leva a prezar ainda mais o nível de democracia que alcançamos, nossa maior conquista até agora, ainda que frágil e socialmente injusta. E nos leva, também, a insistir na necessidade de ampliá-la, sempre e cada vez mais, para que consiga, um dia, incorporar a totalidade dos brasileiros ao estatuto da dignidade humana.

O novo governo tem uma Constituição a respeitar, em letra e espírito. É um balizamento claro de instituições e normas que deve ser consolidado, sob pena de recuos e convulsões ainda mais graves em nossa trajetória política. Dentro dele, tudo pode ser empreendido. Fora dele, corremos o risco de voltar a um passado desastroso.

Por isso, há que aumentar consideravelmente a participação na vida pública e o controle social de toda e qualquer ação que diga respeito à coletividade. Há que fortalecer os partidos políticos — instrumentos fundamentais da construção democrática — e as organizações que representam interesses legítimos dos mais variados grupos sociais. Há que revelar a plenitude da política como ofício humano de caráter superior, escola de espírito e serviço público, instância de decisão elevada sobre os destinos da cidadania, e não apenas como feira de egoísmos, falsidades e degenerações.

Esta evolução não dispensa o Estado. Pelo contrário, o pressupõe, devidamente reformado e comprometido, em todos os níveis, com a obra democrática, a eficiência e a equidade — cidadela da racionalidade e da isenção na coleta e uso dos recursos públicos, e centro de estímulo permanente ao desenvolvimento de todos e de cada um dos cidadãos.

Estado transparente e ágil, alicerçado na independência dos poderes e no pluralismo das idéias, capaz de conviver com o dissenso e o consenso, respeitado e acessível, vigoroso e descentralizado, coordenador dos esforços da nação nos caminhos estratégicos do progresso e da prosperidade geral, e condutor firme

e hábil de nossa inserção em um mundo cada vez mais integrado e interdependente, embora ainda injusto e discriminador.

Este marco de planejamento nas sociedades modernas vê no conhecimento científico ferramenta imprescindível para a conquista cotidiana e aberta do bem comum. Ele faz da pesquisa patrimônio público e prioridade maior entre as atividades que exigem compromisso ético, constância, estabilidade e visão humanista de longo alcance.

Formular e conduzir a política de desenvolvimento científico e tecnológico são deveres intransferíveis do Estado responsável e democrático, da mesma forma que o planejamento e a realização dos programas fundamentais de saúde e educação, capazes de beneficiar a população inteira. Abster-se de tarefas tão relevantes é confiar o futuro do país a conveniências unilaterais e subalternas, desvirtuando por completo seu caráter eminentemente público e de interesse coletivo.

Dentro do Estado, cabe ao Congresso Nacional, órgão máximo da representação popular, papel decisivo na definição, debate, aprovação e fiscalização rigorosa destas questões cruciais, de cuja solução depende o que seremos amanhã como povo: se ainda majoritariamente pobres e atrasados, como hoje, ou se já imersos no trabalho de superar esta condição, sem perder de vista os valores supremos da democracia e da justiça social.

Há muito a defender e, mais ainda, a conquistar na modernidade que se ergue à nossa frente, tendo como desafio tudo o que significa capacitação do país em áreas essenciais da ciência e da tecnologia. Toda abertura econômica deve ser promovida, desde que tenha por objetivo não o residual do aluguel do país e de suas vantagens comparativas, mas a formação em grande escala de massa crítica e a habilitação nacional em ritmo crescente no maior número possível de setores. Assim, aumentaremos nossa força competitiva e alcançaremos, enfim, melhor participação no contexto mundial.

Nesta jornada histórica, certamente teremos ao nosso lado os importantes parceiros da integração latino-americana, mais necessária que nunca para incrementar nosso poder de negociação internacional. Empenhada em acelerar tal aliança, a SBPC realizará sua 42ª Reunião Anual — marcada para julho deste ano, em Porto Alegre, no campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — sob um tema geral que fala por si: “Ciência e Integração na América Latina”.

As decisões capitais a serem tomadas em breve pelo novo governo, de um lado, e os compromissos que assumimos ao longo das últimas décadas com o efetivo avanço da democracia e da ciência, de outro, nos colocam no olho do furacão da etapa que ora se inaugura em nossa história.

A comunidade científica e toda a inteligência brasileira precisam estar juntas, solidárias e competentes, para corresponderem ao que delas tem o direito de esperar a maioria da população, eterna vítima das mistificações e falcatruas que ainda vicejam em nosso país.

Os Editores

Trata-se, aqui, do último editorial da década de 80, publicado na edição de dezembro de 1989, que circulou em janeiro de 1990. Produzido, portanto, após a eleição de Fernando Collor de Mello para a presidência da República, o editorial pode ser lido como uma resposta a esse fato e, nesse sentido, é organizado com o propósito de, por um lado, manifestar (ainda que de forma não explícita) seus temores ante as expectativas que o resultado da eleição permite alimentar, e, por outro, reafirmar, diante do já conhecido (embora não empossado) novo governo, bandeiras e propostas em cuja defesa a SBPC se posiciona, seja no tocante a questões do campo científico, seja no tocante aos destinos do país.

Comparado ao editorial nº 58, de outubro do mesmo ano, este parece, em virtude das circunstâncias, dominado por um tom de alarme e sobressalto, o que se deve, tudo indica, à frustração provocada em grande parte da *intelligentzia* brasileira pela eleição de Collor de Mello, tido por muitos como uma ameaça às conquistas políticas e sociais dos últimos anos. Isto talvez explique uma espécie de ressurgimento de vozes que nos editoriais anteriores vinham sendo apagadas. Ante um possível inimigo comum, posições antes subjugadas são novamente invocadas para se incorporar ao discurso do sujeito, que busca coordená-las sob o signo da *nação*.

Desta vez, o futuro da nação é referido como seriamente comprometido em decorrência da crise sem precedentes em que estão mergulhadas a universidade e a ciência no país.

Após a apresentação desse quadro, delineado nos dois primeiros parágrafos, abre-se espaço para vozes que poderiam indagar: “Mas e o processo de democratização e a recém-realizada eleição direta para presidente da República não apontam para a resolução desses problemas?”

A isto, o sujeito, em *réplica dialógica*, responde com o terceiro parágrafo, explicando que a eleição do presidente não eliminou as incertezas nem propiciou definições essenciais.

Diz ainda, em tom veemente, que nós (a nação) não podemos permitir que a hiperinflação e o risco de colapso econômico sejam usados como instrumento de “pressão para forçar o país e a opinião pública a aceitarem soluções indesejadas e antidemocráticas”.

A partir daí, o editorial parece movido por um debate entre várias posições ideológico-discursivas que se encontram em seu território para falar sobre a ciência, os cientistas, a nação brasileira e os riscos ao seu desenvolvimento.

Em primeiro plano, como é de se esperar, destaca-se a posição do sujeito, de inspiração legal-representacionista, mas, ao lado dela, ainda que em condição secundária, aparecem também posições associáveis ao bloco basista-diretista, com apreciações positivas, e posições associáveis ao bloco autoritário-tutelar, com apreciações negativas.

A coexistência de posições pode ser observada, por exemplo, no quarto parágrafo que, embora preenchido, em primeiro plano, pela posição legal-representacionista e sua defesa da democracia (“nossa maior conquista até agora”), é ocupado também pelas posições que criticam os limites da institucionalidade e da própria democracia, qualificada de “frágil e socialmente injusta” e de caráter restrito, já que se deve “insistir na necessidade de ampliá-la” para que ela possa alcançar a “totalidade dos brasileiros”.

Em face dessas críticas, estabelece-se no parágrafo seguinte uma *polêmica velada*, na qual a voz legal-representacionista, respondendo aos questionamentos, reitera a defesa da institucionalidade, instando o novo governo a permanecer dentro dos limites legais postos pela Constituição. Ao fazer isto, confronta-se com as posições anti-institucionais, tentando mostrar inclusive a elas que a institucionalidade constitui um balizamento necessário dentro do qual é preciso manter o novo governo, para evitar “o risco de voltar a um passado desastroso”, o que, obviamente, alude à ditadura militar.

Na sequência, observa-se a continuidade desse andamento. Defendem-se as instituições, a democracia e o desenvolvimento científico e tecnológico como forma de

consolidação da nação e convocam-se as forças dispostas a lutar pela defesa das conquistas políticas e sociais empreendidas até o momento, a fim de evitar o retrocesso.

Tem-se, então, a hegemonia da posição legal-representacionista que, em alguns momentos, é assediada por posições mais afinadas com o bloco basista-diretista, como se pode ver nas seguintes passagens:

- *aumentar consideravelmente a participação na vida pública e o controle social de toda e qualquer ação que diga respeito à coletividade* – Esta proposta de radicalização do controle social não pode, é claro, ser imputada às posições legal-representacionistas, consistindo, seguramente, em eco das posições basistas;
- *programas fundamentais de saúde e educação, capazes de beneficiar a população inteira* – Aqui vê-se o apelo ao coletivo, típico das posições basistas e, em certo grau, também das revolucionárias;
- *caráter eminentemente público e de interesse coletivo* – Mais uma vez, o apelo à dimensão pública e coletiva da ação política, valor tornado paradigma justamente pelo impacto dos movimentos de inspiração basista-diretista.

A despeito, no entanto, da presença das vozes associadas a essas posições, o tom que predomina no enunciado é o de uma certa apologia da institucionalidade, a ponto de, em alguns momentos, certos elementos da realidade serem referidos de forma idealizada, como é o caso, por exemplo, do Estado, que, por conta da intenção do sujeito de defender a ação institucional a qualquer custo, apresentando-a como a grande garantia contra as ameaças ao futuro da nação, é referido como instância situada acima e além dos interesses e vocacionada para a promoção do bem-comum.

Vê-se, por aí, que também o discurso de *Ciência Hoje*, quando se deixa ocupar quase integralmente pelas posições ideológicas do bloco legal-representacionista, parece resvalar para a defesa de proposições contra as quais a própria SBPC já se colocara.

Não deixa, por isso, de soar estranho que um discurso forjado no interior de um processo em que se explicita a natureza conflitiva da organização política da sociedade, assumia como sua uma visão até certo ponto “inocente” das relações da sociedade com o Estado.

Assim, refletindo e refratando a correlação de forças das principais posições ideológicas em jogo na sociedade, os editoriais de *Ciência Hoje* terminam a década de 1980 secundarizando (às vezes, até o limite do apagamento) as posições que no início da década chegaram, em muitos momentos, a dar o tom de seus enunciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do percurso, é hora de repassar alguns pontos, buscando assinalar as correspondências entre os objetivos propostos e os resultados alcançados. Tomando como parâmetro para este balanço as questões formuladas na "Introdução" (pág. 09), a pesquisa espera, no tocante à primeira dessas questões, ter demonstrado que o dialogismo e a responsividade inscritos no discurso de *Ciência Hoje* durante a década de 1980 manifestam-se sobretudo pelo alto grau de politização e de retorização assumido pela revista como um todo e, em particular, pelos seus editoriais. Nesse sentido, pode-se dizer que a questionamentos, indagações e demandas lançadas por um contexto discursivo extremamente politizado e retorizado, a SBPC responde, por meio de *Ciência Hoje*, de forma também politizada e retorizada.

Com relação à segunda questão, foi possível, a partir dos estudos consultados para a reconstituição das linhas gerais do período estudado, mostrar que as posições ideológicas refletidas e refratadas nos enunciados da revista podem ser analiticamente agrupadas em quatro grandes blocos discursivos (autoritário-tutelar, legal-representacionista, basista-diretista e revolucionário), os quais, dialogando no território dos editoriais focalizados, representam uma amostra dos principais embates políticos que se travam na sociedade brasileira na virada dos anos 70 para os anos 80.

Quanto à terceira questão, acerca dos procedimentos de incorporação do discurso do outro à arquitetura dos editoriais, foram privilegiados (no que diz respeito àqueles expressos na superfície linguística) os mecanismos de referenciação, com o que se buscou mostrar como esses mecanismos estruturam-se dialogicamente, ou seja, por meio do encontro das propriedades concreto-semânticas das palavras com as injunções do contexto histórico social.

Daí a constatação da recorrência, no discurso da revista, de signos como *democracia, cidadania, participação, população, público, direitos* e outros em que se imprimem com maior intensidade as ideias-força do momento em foco. No que diz respeito aos processos discursivos não manifestos concretamente na superfície linguística, foi utilizada a noção de *relações dialógicas*, com o objetivo de mostrar como, no todo dos editoriais, os elementos de composição articulam o intuito discursivo do sujeito com as determinações da realidade histórico-social, ficando, também nesse caso, evidente que, na década de 80, as relações do discurso da SBPC com os outros discursos são regidas pelos impulsos da politização e da retorização.

Em suma, a análise mostrou que o discurso da SBPC materializado nos editoriais da revista *Ciência Hoje* nos anos de 1980 constitui-se dialogicamente no interior de um fluxo interdiscursivo habitado por um conjunto de outros discursos cuja principal marca é a problematização do futuro do país e do papel dos diversos segmentos sociais na definição dos seus rumos.

Nesse sentido, um dos mais importantes resultados que a pesquisa espera ter apresentado é a demonstração de que a abordagem bakhtiniana dos editoriais de *Ciência Hoje* não apenas fornece subsídios para a compreensão do discurso da SBPC nos anos 80, mas também pode contribuir para a análise de outros aspectos da sociedade brasileira no período. Uma vez que, nessa abordagem, o discurso (focalizado na condição de ponto de encontro entre o querer-dizer do sujeito e os condicionamentos e imposições da realidade histórico-social) constitui-se como uma espécie de arena em que se dão a conhecer as questões fundamentais em pauta na sociedade, o seu estudo lança luz sobre várias outras dimensões da realidade, refletidas e refratadas na produção discursiva.

Graças a isso foi possível, pela análise do discurso aqui examinado, perceber que a década de 80, assistindo ao desenvolvimento de processos políticos e sociais gestados nos

anos anteriores, é o cenário em que se desdobra um grande combate entre, de um lado, forças ideológicas identificadas com a afirmação da sociedade enquanto espaço de sujeitos históricos conscientes, e, de outro lado, forças associadas à alienação, à heteronomia e à sujeição.

Numa situação em que se trava um combate vigoroso como este, não há espaço para neutralidade, e tanto os atores sociais quanto suas práticas (políticas, sociais, discursivas) têm de dizer a que vêm e de que lado estão.

A atividade de divulgação científica proposta pela revista *Ciência Hoje*, indissociável desse contexto, é uma resposta a ele e por meio dela o sujeito assume abertamente uma posição em prol da democracia e do conhecimento. Ocorre que o discurso, se não existe sem um sujeito, também não é uma expressão mecânica do seu querer-dizer. No discurso encontram-se o sujeito e o outro, e, por isso, a defesa da democracia e do conhecimento no discurso da revista não aparece isenta de tensionamentos, mas é, ao contrário, atravessada pelas forças ideológicas em contenda na sociedade.

O resultado dessa contenda, à primeira vista, será a vitória das forças progressistas, a julgar pela consolidação, no primeiro plano do universo ideológico-discursivo, de ideias como *participação, direitos, decisão, democratização, união, solidariedade, compromisso* e várias outras que, habitando recorrentemente, a partir da virada dos 70 para os 80, enunciados produzidos nas mais diferentes esferas e nos mais diferentes gêneros, parecem testemunhar o triunfo de *cidadão* e *cidadania* como principais referências ético-políticas dos novos tempos.

É nessa onda que proliferam, daí por diante, as leis, os serviços, os projetos e os manuais de defesa da cidadania, os conselhos (de saúde, da criança e do adolescente etc) constituídos para e por cidadãos, as cartilhas e outros materiais voltados para a educação cidadã, os comerciais e quadros publicitários exaltando a cidadania, as ações participativas dos mais variados tipos e até os *reality shows* e programas de televisão no estilo *Você decide*, em que, num ruidoso arremedo do exercício do poder decisão, o povo é chamado a escolher

entre alternativas de desfechos para tramas ficcionais, comprovando-se, deste modo, que a soberania da vontade popular veio realmente para ficar.

Essa espetacularização já seria, por si, motivo para apreensões, não fosse a constatação de vários outros sinais confirmando que, atualmente, as forças supostamente destronadas pela emergência da cidadania não vão tão mal assim.

Afinal, a despeito de algumas conquistas, se há algo que não se pode afirmar a respeito da sociedade brasileira é que ela tenha se tornado sujeito da sua história. A consolidação do Mercado como o grande senhor da vida contemporânea (fenômeno, de resto, globalizado) tem atuado, como nunca antes, no sentido de intensificar, nas relações entre as pessoas, o caráter de relações entre coisas, reduzidas, no limite, a operações de compra e venda que convertem *cidadão em consumidor e poder de decisão em poder de compra*.

Em tal quadro, a população, que, nos anos 80, podia, em tese, ser um sujeito virtualmente dono de sua história, tende a ser, atualmente, quando não massa excluída, massa bestializada cujos espaços privilegiados de ação, em vez das praças públicas, são os *shopping centers* e os grandes estacionamento onde aos fins de semana as montadoras de automóveis desovam os seus estoques.

De outro lado, no campo dos direitos, o que se verifica é a glorificação do assistencialismo e da beneficência, também espetacularizados, principalmente quando as fontes são as celebridades; em vez de educação e conhecimento, sucateamento e mercantilização, com a profusão de escolas privadas em que o ensino, como tudo, é concebido como mercadoria (em geral, de baixa qualidade), o mesmo ocorrendo, com conseqüências igualmente desastrosas, no campo da saúde; em vez, portanto, de ampliação, privatização de direitos, o que significa acesso apenas para quem tem meios de pagar, e, portanto, exclusão para enormes contingentes da população.

No entanto, quando se olha para o plano discursivo, não parece que estejamos muito longe da década de 80. Nunca se falou tanto em *liberdade, solidariedade, participação, democracia, inclusão, direitos, cidadania* etc.

Como uma produção discursiva associada à luta pela constituição de sujeitos transformou-se em legitimação de posições contrárias a isto, é algo que estudos discursivos voltados para as décadas de 90 e de 2000 podem mostrar.

O que aqui se evidenciou é que os anos 80 representam um período da história brasileira em que o desejo de emancipação e ação autônoma de sujeitos históricos conscientes é percebido como bem próximo de concretização, o que se reflete e se refrata de várias maneiras na produção discursiva de vários atores, entre eles a SBPC, cuja atuação, a partir de meados dos anos 70, é uma das mais efetivas na luta contra a ditadura militar e em favor da democratização.

Uma questão que fica, portanto, a partir da investigação aqui realizada e das indagações por ela suscitadas, como sugestão para um novo estudo, diz respeito aos processos pelos quais a configuração ideológico-discursiva da sociedade brasileira reflete-se e refrata-se no discurso da revista *Ciência Hoje* nos dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Marília *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2001.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Traducción Antonio Tovar. 4ª edição. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1990
- AUTHIER-REVUZ, J.L. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*. 4ª edição. São Paulo: Loyola, 2000.
- BAJTÍN. M. “Arte y responsabilidad” [1919]. In: *Estetica de la creación verbal*. Trad. Tatiana Bubnova. México: Siglo Veintuno, 1979, pp. 11-12.
- BAJTÍN. M. “Del libro *Problemas de la obra de Dostoievski*” [1929]. In: *Estetica de la creación verbal*. Trad. Tatiana Bubnova. México: Siglo Veintuno, 1979, pp. 191-199.
- BAJTÍN. M. “Para una reelaboración del libro sobre Dostoisvski” [1961]. In: *Estetica de la creación verbal*. Trad. Tatiana Bubnova. México: Siglo Veintuno, 1979, pp. 324-345
- BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso” [1952-1953]. In: *Estética da criação verbal*. Tradução do francês de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 277-326.
- BAKHTIN, Mikhail. “O problema do texto” [1959-1961]. In: *Estética da criação verbal*. Tradução do francês de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 327-358.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski* [1963]. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 4ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. “O discurso no romance” 1934-1935]. In: *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance. Tradução do russo de Aurora Fornoni Bernardini e outros. 5ª edição. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002, pp. 71-210.
- BAKHTIN, Mikhail. “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária” [1924]. In: *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance. Tradução do russo de Aurora Fornoni Bernardini e outros. 5ª edição. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002, pp. 13-70.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BOBBIO, Norberto. “Democracia representativa e democracia direta”. In: *O futuro da democracia*. Uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 41-64.

BOBBIO, Norberto. “O futuro da democracia”. In: *O futuro da democracia*. Uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 17-40.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

BRAIT, Beth. “Estilo”. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 79-102.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin*. Dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Subjetividade, argumentação, polifonia*. A propaganda da Petrobras. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

BRANT, Vinicius Caldeira. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”. In: *São Paulo: o povo em movimento*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRANT, Vinicius Caldeira & SINGER, Paul. *São Paulo: o povo em movimento*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo científico no Brasil: uma prática dependente*. Tese de Doutorado, ECA/USP, São Paulo, 1984.

CAMARGO, Candido et.al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

CARDOSO, Ruth. “A trajetória dos movimentos sociais”. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Francisco de Assis. *O gênero editorial e a polêmica do ensino religioso*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2008.

CEREJA, William. “Significação e tema”. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 201-220.

CHAPARRO, Manoel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar*. Percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santrarem: Edições Jortejo, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 1982.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, Marilena. “A questão democrática.” In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 1982.

CHAUÍ, Marilena. *Seminários – O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CLARK, Katerina & HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CORACINI, Maria José R. Faria. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas; São Paulo/SP: Pontes/Educ, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª edição ampliada. Rio de Janeiro: Salamandra Editora, 1984.

Da MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.” In: DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIONÍSIO, A. P./MACHADO, A. R./BEZERRA, M. A. (orgs.) *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 1995.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003.

FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Tradução de Marcos Bagno. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Anpocs/CNPq, 1990

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir – Nascimento da prisão*. Tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I – A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal. 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. "As ideias estão em seu lugar." In: *Cadernos de debate n° 1*, São Paulo, 1976.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 23ª edição. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Humanitas, 2004.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. "Função dos gêneros e metodologia na constituição do corpus em análise do discurso". In: *Revista de Estudos Linguísticos* (51º GEL). Taubaté, vol. 32, maio 2003. ICD.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. "A noção de campo nas obras de Bordieu e do Círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso". *Revista Anpoll*, n° 19, p. 151-184, jul/dez. 2005.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. "Esfera e campo". In: *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. "Épistémologie et genres du discours dans le cercle de Bakhtine". In: *Linguistique des genres – le programme de Bakhtine et ses perspectives contemporaines*. *Revue Linx n° 56*, Université Paris X, Nanterre, 2007.

GRILLO, Sheilla V. C/DOBRANSZKY, Enid A/LAPLANE, Adriana L. F. "Mídia impressa e educação científica: uma análise das marcas do funcionamento discursivo em três publicações. In: *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 24, n° 63, p. 215-236, mai/ago 2004.

GUIMARÃES, E. (org.). *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia e sociedade*. Campinas: Pontes, 2001.

GUIMARÃES, E. (org.). *Produção e circulação do conhecimento: política e ciência e divulgação*. Campinas: Pontes, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIESENBERG, Cíntia. *A inserção da imprensa no discurso do terceiro setor*. Análise do Projeto Cidadão 2001 (Correio Popular) e da Coluna Social (Folha de S.Paulo). Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade" In: DIONÍSIO, A. P./MACHADO, A. R./BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução de Álvaro Cabral. 8ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução*. Hegel e o advento da teoria social. Tradução de Marília Barroso. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. O homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá. 5ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (I- Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 3ª edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo*. Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MEYER, Michel. *A retórica*. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

MOIRAND, Sophie. “Formas discursivas da difusão de saberes na mídia”. In: *RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp* – Nudecri. Campinas, nº 6, p. 9-24, mar. 2000.

MONDADA, Lorenza & DUBOIS, Daniele. “Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação”. In: CAVALCANTE, M. M./RODRIGUES, B. B./CIULLA, A. (Orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 2ª edição. São Paulo: Humanitas, 2001.

OLÍMPIO, Ariadne Mattos. *Gêneros do discurso, ciência e jornalismo: o tema da saúde em reportagens de capa da Superinteressante*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5ª edição. Campinas/SP: Pontes, 2003.

PERELMAN, Chaïm. *O império retórico: retórica e argumentação*. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Porto(Portugal): 1993.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 12ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PRETTI, Dino (org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 4ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

SOBRAL, Adail. “Ato/atividade e evento”. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

SOUZA, Geraldo Tadeu. *Introdução à teoria do enunciado concreto do Círculo de Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. São Paulo: Humanitas, 1999.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Comunidades eclesiais de base – bases teológicas*. Petrópolis: Vozes, 1988.

TELLES, Vera da Silva. *A experiência do autoritarismo e práticas instituintes*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1984.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

TELLES, Vera da Silva. “Sociedade civil e construção de espaços públicos.” In: DAGNINO, Evelina. *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VOLOCHINOV, V. N./BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem* [1929]. Tradução do francês de Michel Lahud e outros. 9ª edição. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

ZAMBONI, L. M. S. *Cientistas, jornalistas e divulgação científica*. Campinas: Autores Associados, 2001.

WEBER, Max. *Economia y sociedad*. Esbozo de sociologia comprensiva. Trad. de José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eugenio Ímaz, Eduardo García Máynez y José Ferrater Mora. 2ª edição. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

ANEXO 1

QUADRO SINÓTICO DOS EDITORIAIS DE *CIÊNCIA HOJE* NOS ANOS DE 1980

ANEXO 1 – QUADRO SINÓTICO DOS EDITORIAIS DE CH NOS ANOS DE 1980

Nº	DATA	PRINCIPAIS OBJETOS DO DIZER
01	Jul/Ago 1982	Lançamento da revista; importância da divulgação científica
02	Set/Out 1982	Avaliação do lança/o de CH; importância da divulgação científica
03	Nov/Dez 1982	Eleições; posição (documento) da comunidade científica sobre contribuição da ciência e dos cientistas p/ o desenvolvimento
04	Jan/Fev 1983	Entraves ao desenvolvi/o da C&T; crítica à tecnocracia
05	Mar/Abr 1983	CH na educação; uso de seus artigos; formação de cientistas
06	Mai/Jun 1983	Reflexos da crise na C&T; cortes no orçamento de C&T
07	Jul/Ago 1983	Amazônia; reunião da SBPC em Belém; luta contra desigualdade regional
08	Set/Out 1983	Manipulação dos índices econômicos oficiais; falta de transparência
09	Nov/Dez 1983	Crise; crise no saber; corte nos orçamentos
10	Jan/Fev 1984	Edição especial; desmatamento; explorar sem destruir
11	Mar/Abr 1984	Defesa explícita das diretas
12	Mai/Jun 1984	Aprofundar a democracia; a questão da representação
13	Jul/Ago 1984	Aniversário da USP; problematização da universidade brasileira; greve dos docentes; definir compromissos
14	Set/Out 1984	Transferência de tecnologia; reserva de mercado; nação
15	Nov/Dez 1984	Depredação do patrimônio histórico, científico etc; povo e governo dissociados; nação
16	Jan/Fev 1985	Posse do novo governo; transparência; projeto da comunidade científica para o Brasil
17	Mar/Abr 1985	1 ^{as} atitudes do novo governo diante de C&T
18	Mai/Jun 1985	Discurso do representante das sociedades científicas ao presidente Sarney
19	Jul/Ago 1985	Relações da SBPC com o novo governo
20	Set/Out 1985	Recursos para C&T; o papel do MCT
21	Nov/Dez 1985	O Plano Nacional de Informática
22	Jan/Fev 1986	Direito à informação; manipulação das informações; falta de acesso a elas; direito de a nação informar-se
23	Mar/Abr 1986	Patrimônio natural e etc do Brasil; a nação; identidade da nação
24	Mai/Jun 1986	Energia nuclear; Angra; a transparência das decisões
25	Jul/Ago 1986	O desafio da informática nacional. Política de informática e independência nacional
26	Set/Out 1986	Relações entre poder e ciência; perseguições sofridas por cientistas na ditadura. Anistia
27	Nov/Dez 1986	A diplomacia da ciência. União dos países latino-americanos; o papel dos governos e o papel das sociedades civis dos ditos países
28	Jan/Fev 1987	A constituição do novo país. Alternativa ao regime militar; a mobilização da sociedade; as diretas como paradigma; a permanência de velhos hábitos entravando o projeto de uma jovem nação

29	Mar 1987	Ciência Hoje, Agora é Mensal. Avaliação dos 5 anos de história de CH;
30	Abr 1987	Miopia progressiva. Relações entre macro e microeconomia. Os movimentos do capitalismo nos últimos anos.
31	Mai 1987	A Amazônia no Brasil. O Brasil na Amazônia. Soluções para a Amazônia.
32	Jun 1987	Compromisso com o futuro. A importância da C&T para o futuro do país; a necessidade de proteger o patrimônio etc etc e tecnológico;
34	Ago 1987	Não à bomba. A energia nuclear e os projetos de uso para ela;
35	Set 1987	Fármacos e dependência. Conveniência de adoção das medidas relativas à informática também em relação aos produtos farmacêuticos. A defesa da nação
36	Out 1987	Goiânia: quem fiscaliza os fiscais? Crítica à política nuclear da Nova República; Controle civil da produção de energia nuclear; Controle social, discussão aberta; Desmilitarização da política nuclear;
37	Nov 1987	Não às ZPEs. Crítica ao processo antidemocrático de constituição das Zonas de Processamento de Exportação; Crítica às ZPEs em si;
38	Dez 1987	A estabilidade das instituições científicas. Afastamento do presidente da Fiocruz. Interferência do governo na ciência. Relações entre a ciência e o poder; Ameaças que as pesquisas e os projetos da ciência representam às políticas estabelecidas no poder. Novamente a referência aos altos interesses da Nação
39	Jan/Fev 1988	Era uma vez um lobo. Retrocessos na política nacional de informática. Referência a um arrefecimento da sociedade na discussão de projetos estratégicos;
40	Mar 1988	Universidade: avaliação já. Situação da universidade. Relação da universidade com a democratização;
41	Abr 1988	Em se plantando dá. Visão imediatista e falta de investimento na C&T;
42	Mai 1988	A razão e a importância das fundações universitárias. Crítica a pacote econômico do governo. O caso das fundações universitárias atingidas pelo pacote.
43	Jun 1988	A ordem social na constituinte. Avaliação do projeto de constituição elaborado na Constituinte.
44	Jul 1988	Os 40 anos de SBPC. Avaliação da atuação da entidade na vida do país.
45	Ago 1988	Pesadelo recorrente. Crítica à proposta de extinção do MCT
46	Set 1988	Terra em fogo. Incêndios no Parque das Emas. O descaso das autoridades com a proteção do patrimônio ecológico nacional.
47	Out 1987	Rota de colisão. Crítica ao uso de decretos-leis pelo governo, contrariando a Constituinte democrática; Crítica a medidas governamentais para C&T. Por um MCT forte. Nacional.

48	Nov 1988	Orçamento sem ciência. Possibilidade e necessidade de participação da sociedade na discussão do orçamento pelo Congresso Nacional. A falta de recursos para C&T. Tresloucada ameaça. Título colocado com a edição já fechada, em virtude do massacre de Volta Redonda. Crítica.
49	Dez 1988	Panorama nacional em C&T. Os avanços da Constituição. A defasagem entre a lei e a realidade. As tendências centralizadoras do novo ministro de C&T. O descaso governamental com C&T. Registro do lançamento do primeiro número de Ciência Hoy, na Argentina, produzida por cientistas daquele país.
50	Jan/Fev 1989	Cerco e aniquilamento. Crítica a um suposto desmantelamento das conquistas em C&T. Vetos ao orçamento em C&T, pacote econômico, extinção do MCT. A simples burocratização do MCT. De novo a nação. Defesa de um MCT da sociedade civil
51	Mar 1989	Espaço Civil. Lançamento do satélite brasileiro. A importância do Inpe.
52	Abr 1989	Padrão internacional. Homologação do sistema SOX, criado pela Cobra Computadores. A valorização da inteligência brasileira, como ela, apoiada, pode atingir resultados.
53	Mai 1989	Universidade viva. A paralisia da universidade brasileira. A omissão do governo na efetivação de uma política educacional e universitária. A importância da universidade na democracia. A nação.
55	Jul 1989	Marionetes da república. Crise no Ministério da Cultura. A ausência de um projeto para o ministério. A importância da memória nacional. A solução na evolução da democracia. O controle da sociedade civil.
56	Ago 1989	Novos caminhos para o ensino superior. A crise na universidade. Soluções inadequadas por serem pouco discutidas. Necessidade de elaboração de uma LDB. Democracia e controle público. Autonomia. A democracia “adequada” para solucionar a situação
57	Set 1989	Os novos poderes em C&T: FAPs e Congresso. A criação das fundações estaduais de amparo à pesquisa, nos moldes das já existentes Fapesp e Faperj. Participação da comunidade nos conselhos. A descentralização e democratização da política de C&T
58	Out 1989	Carta aberta ao futuro presidente. A importância do saber na independência da nação. A contradição entre a Constituição e os recursos efetivos que são repassados para a C&T
59	Nov 1989	A república que ainda pode ser. A história da nossa república e os seus atuais horizontes.
60	Dez 1989	Para o progresso da ciência. A situação de deterioração da educação no país. Uma avaliação do resultado da eleição e dos rumos do país. Uma crítica à eleição de Collor

ANEXO 2

EDITORIAIS
CITADOS

APRESENTAÇÃO

Ciência Hoje é a revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Tem a intenção de manter aberto um canal de comunicação direta entre a comunidade científica e o público leitor, intenção que reflete e acompanha a crescente preocupação das associações científicas — em particular a SBPC — e da própria ciência brasileira com seu papel em nossa sociedade.

É pouco corrente entre nós a divulgação científica. Não se encontra ainda um veículo de circulação ampla que se preocupe especificamente com a difusão da produção científica brasileira. *Ciência Hoje* pretende publicar basicamente artigos escritos pelos próprios cientistas. O esforço nesse sentido não será pequeno: os cientistas ainda não estão habituados a escrever para leigos, e cada vez mais abreviam suas formas de expressão, pelo uso quase obrigatório de uma linguagem carregada de jargão e de fórmulas, dirigida ao público restrito dos especialistas de sua área de pesquisa. O processo utilizado por *Ciência Hoje* é o do trabalho conjunto entre o cientista e o jornalista. Assim, a elaboração deste primeiro número reflete também o início da procura de uma linguagem devidamente acessível, sem prejuízo da qualidade científica do conteúdo. Da mesma forma se explica a ênfase atribuída à ilustração.

Ciência Hoje deverá, portanto, servir para que o cientista brasileiro possa se desincumbir de responsabilidades que lhe cabem, como a de fornecer à sociedade uma descrição inteligível de sua atividade criadora e a de colaborar no esclarecimento de questões técnicas e científicas de interesse geral. Não pretendemos ter encontrado a forma, ou a fórmula, de um veículo de divulgação científica, multidisciplinar,

com a participação de cientistas de todo o país. Mas pretendemos fazer um esforço de procura nessa direção.

Ciência Hoje pretende atender à nossa curiosidade. É da curiosidade que nascem as perguntas que impelem os homens para novos campos, novas descobertas, novos progressos, e é privilégio do cientista desfrutar plenamente desse impulso básico. O processo pelo qual se faz a ciência, no dia a dia dos laboratórios, na busca de respostas para as permanentes perguntas, é também assunto de *Ciência Hoje*. Neste particular, *Ciência Hoje* tem um papel desmistificador. Em *Ciência Hoje*, o cientista é uma pessoa comum, educada para o fim específico de encontrar na natureza e na sociedade as respostas para suas indagações. O cientista de hoje é um cidadão participante, comprometido com o ambiente em que vive.

Ciência Hoje tem compromisso com a democratização da cultura e, em particular, da ciência. Só com a divulgação do conhecimento, na forma de dados e informações confiáveis, colocados à disposição do público através de todos os meios de comunicação, será possível aumentar seu poder de análise crítica independente e tornar efetivo seu potencial de influência no processo que determina os caminhos para a sociedade como um todo.

Com esta publicação, a SBPC se dispõe a preencher um espaço vazio em nosso ambiente cultural, demonstra sua intenção de, mais uma vez, estimular os cientistas brasileiros a assumirem uma posição social mais generosa, e cumpre seu objetivo de incentivar o interesse do público em relação à ciência e à cultura.

Os Editores.

O que é a SBPC

A SBPC tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional; promover a cooperação entre pesquisadores; defender a liberdade de pesquisa e opinião; congrega pessoas e instituições interessadas no progresso e na difusão da ciência; incentivar e estimular o interesse do público em relação à ciência e à cultura. Fundada em 8 de junho de 1948 por um pequeno grupo de cientistas, hoje reúne

mais de 17.000 associados, e em suas reuniões anuais são apresentados cerca de 2.500 trabalhos científicos e realizados 250 mesas-redondas, cursos e conferências. Através de suas Secretarias Regionais, promove simpósios, encontros e iniciativas de difusão científica ao longo de todo o ano.

As publicações da SBPC

A SBPC edita desde 1949 a revista *Ciência e Cultura*, mensal desde 1972. Suplementos desta revista são publicados durante as reuniões anuais, contendo os resumos dos trabalhos científicos apresentados. Além desta revista e de *Ciência Hoje*, a Sociedade tem publicado boletins regionais e volumes especiais dedicados a simpósios e reuniões que organiza periodicamente.

Como associar-se à SBPC

Podem associar-se à SBPC cientistas e não-cientistas que manifestam interesse pela ciência. Para isso, basta ser apresentado por um sócio ou secretário regional e preencher um formulário apropriado. A filiação somente é efetivada após a aprovação da diretoria e dá direito a receber a revista *Ciência e Cultura* e obter um preço especial para a assinatura de *Ciência Hoje*.

Caro leitor,

A simpatia e o entusiasmo com que foi recebida *Ciência Hoje* ultrapassaram nossas expectativas — e estávamos bastante otimistas, ainda que de forma contida para não sofrer o desgosto de uma eventual decepção. A resposta foi magnífica. Imagine o leitor qual não terá sido nossa felicidade, dos desenhistas, fotógrafos, secretárias, editores, jornalistas, conselheiros, autores, revisores, todos enfim, ao verificar, logo no primeiro dia da 34.ª Reunião Anual da SBPC, quando lançamos a revista, que o “produto” não apenas se vendia, mas era procurado quase que ininterruptamente: assinaturas, um exemplar, outro para presente, mais cinco, um para a escola, para o amigo, para a biblioteca. Faltaram-nos, a certo momento, mãos para atender à demanda, e atenção para responder às perguntas, anotar sugestões, aceitar ofertas de artigos, notícias e colaboração na distribuição.

Os secretários regionais da SBPC foram os primeiros a levar *Ciência Hoje* para todo o país. Ficou logo claro que nossa cautelosa tiragem de 20.000 exemplares seria pequena e que a distribuição, projetada inicialmente para Rio e São Paulo, deveria ser estendida às principais cidades do Brasil. Em suma, havíamos sido aprovados no teste inicial, e muito bem aprovados. O que era a impressão primeira logo se confirmou pelas vendas nas bancas. Em algumas, nos pontos mais movimentados do Rio e de São Paulo, *Ciência Hoje* esgotara-se em poucos dias. Tudo isto com um mínimo de divulgação e publicidade. O efeito “boca a boca” — de que tanto nos falam os profissionais de teatro — estava funcionando, e apesar do nosso amorismo o projeto se revelara possível.

Mais 10.000 exemplares foram impressos e enviados às várias cidades do país. Ao que tudo indica acertamos novamente. Cartas, assinaturas, oferecimentos de colaboração e de divulgação em empresas, sindicatos, escolas, associações chegam todos os dias.

Saberemos corresponder à simpatia e ao crédito que recebemos?

Alguns se indagaram: Quanto gastamos com o primeiro número? Poderíamos ter gasto menos? Certamente que sim, mas à custa de uma considerável perda de qualidade, o que o leitor há de reconhecer que seria uma pena. Outros se preocuparam com a viabilidade do projeto, tanto do ponto de vista econômico quanto científico. Conseguiríamos manter o público cativo e, por outro lado, encontrar artigos suficientes para alimentar a revista? Em ambos os casos a resposta parece ser afirmativa. Talvez haja até mesmo alguma ligação entre elas, e não nos passou despercebida a possibilidade, bastante prová-

vel, de que o nosso público esteja curioso pelo que se passa na ciência e com a ciência, mas que esteja ainda mais interessado pelo que se passa com a ciência e os cientistas brasileiros. Numerosas sociedades científicas, como as de astronomia, química, psicobiologia, física, genética, computação, para citar alguns exemplos apenas, estavam estudando iniciativas semelhantes em suas respectivas áreas. O aparecimento de *Ciência Hoje* deve estimular um canal de colaboração que poderá ser de extraordinário valor para todos.

O aspecto econômico é obviamente mais difícil de avaliar. Que o produto da primeira experiência tenha sido oferecido a preços obviamente abaixo do custo é compreensível, quando encaramos o projeto como uma verdadeira pesquisa científica e que como tal deve ser apoiado, observado e analisado.

Gente de ciência, letras, artes e jornal trabalhando juntos. Daria samba? Deu.

O investimento feito representa o lançamento do germe de uma iniciativa de profunda repercussão educacional e social. A ciência que se realiza no Brasil e que se encontra viva, atual e atenta às grandes questões de nossa sociedade e aos desafios particulares de cada área, pode e deve ser divulgada e conhecida por jovens, profissionais, estudiosos ou curiosos.

Apenas assim se justifica a existência de uma revista como *Ciência Hoje*. O apoio obtido, a fundo perdido, proveniente das agências financiadoras da pesquisa científica no país poderá ser mantido?

Podemos dizer que existe hoje muita clareza por parte dos responsáveis pelas principais agências de financiamento, como o CNPq e a Finep, quanto à importância do apoio à divulgação científica. Considerando no entanto o mundo em que vivemos não é prudente contar com os recursos de auxílio à pesquisa por tempo indefinido. Acreditamos mesmo que este deverá ser o menor possível e que a revista se torne auto-sustentável o quanto antes.

A tarefa é viável, como deixa entrever o relato que acabamos de apresentar. As primeiras duas mil e quinhentas assinaturas recebidas são um começo entusiasmante. Para que esse clima persista e até mesmo se amplie, a sua colaboração, leitor amigo, será inestimável. Alguns já pressentiram esta necessidade: remetemos os leitores para a carta de Grimauro Lopes (v. cartas dos leitores), que nos sugere uma campanha para a expansão do número de assinantes com base no oferecimento de presentes a amigos. O método pode não ser adequado para todos, mas o espírito o é. É uma das formas pela qual a revista poderá crescer de modo irreversível. A tarefa é de todos nós: vamos a ela.

Os Editores

CIÊNCIA ROJE AO LEITOR

Caro leitor:

As eleições de 15 de novembro são assunto obrigatório. O processo de escolha de governantes e legisladores através da consulta direta ao cidadão encerra a possibilidade de alteração da situação vigente, e cria em muitos a expectativa de converter aspirações em realidade.

Quais seriam as aspirações daqueles que se preocupam com a ciência brasileira em relação a um acontecimento de tamanho significado? Em várias ocasiões, nos últimos anos, os cientistas brasileiros ofereceram à opinião pública e às autoridades seu pensamento acerca de vários assuntos ligados à atividade científica. O acordo nuclear, a defesa do meio ambiente, a questão de Carajás (veja a matéria de capa deste número), para citar apenas alguns dos problemas mais gritantes, têm sido objeto de pronunciamentos claros e bem fundamentados.

Além disso, os presidentes de algumas das mais prestigiosas sociedades científicas do país escreveram recentemente um documento sobre a situação do apoio à pesquisa no Brasil, divulgado na imprensa. Esse documento oferece uma visão didática e clara do sistema em vigor. Não custa relembra, para o conhecimento de todos, em especial de nossos futuros governantes e legisladores, os pontos mais notáveis do pensamento ali exposto.

Inicialmente não se pode pretender constituir da noite para o dia uma ciência atuante e capaz de produzir impacto social e econômico. O processo é caracteristicamente lento, a escala de tempo típica sendo da ordem de dezenas de anos. O produto obtido, contudo, é dos mais preciosos de que dispõe o país, e se constitui em um dos melhores investimentos que ele poderia fazer visando um futuro de autonomia tecnológica. A atividade científica, em nosso país, se concentra nas universidades, onde se associa às atividades de ensino. O resultado principal desta conjunção é a transmissão de uma atitude científica e de conhecimentos atualizados aos alunos das carreiras profissionais. E a reprodução, em alguns deles, da capacidade de produzir mais e mais ciência, numa espiral multiplicadora de grande importância para o desenvolvimento do país. É evidente que a obtenção de ensino com tais características exige a aplicação de recursos tão vultosos que só se torna viável com fundos governamentais. E isto, de resto, é obrigação constitucional do Estado, e não uma simples pretensão dos professores e pesquisadores de nossas universidades.

Dispondo-se de verbas em proporção adequada, o critério mais importante de ser aplicado na decisão de onde e quando investir deve ser o da qualidade e do mérito científico dos projetos propostos, bem como o de sua relevância social. O julgamento e o acompanhamento dos programas deve estar em mãos competentes, ou seja, deve ser feito por pesquisadores qualificados em cada assunto. E, é claro, a relevância social

de cada grupo de projetos deverá resultar da discussão democrática envolvendo a sociedade como um todo, seus representantes parlamentares, governantes e os cientistas.

Já temos uma história muito digna de criação de bons centros de ensino e pesquisa. Esse patrimônio, no entanto, é extremamente delicado e vulnerável; se sua consolidação custou consideráveis esforços, eles podem, no entanto, ser inviabilizados em tempos muito curtos, como já ocorreu em épocas recentes. Crises de confiança, retrocessos e reviravoltas na política científica, perturbações no poder central, podem resultar na perda e evasão de talentos, ou, o que é ainda pior, no declínio de instituições inteiras. Manguinhos que o diga.

O documento indica ainda que a carência de recursos — expressa pela diminuição progressiva, nos últimos cinco anos, do percentual orçamentário federal dedicado à ciência e tecnologia (C & T) —, é, sem dúvida, um dos fatores de maior importância em qualquer discussão sobre o assunto. Em 1975, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico representava 1,1% do Orçamento da União; em 1981, havia caído para 0,4%, enquanto o número de pesquisadores em atividade não deixou de crescer durante o período.

O que a redução de verbas para a C & T indica é extremamente grave: a insensibilidade do poder público em relação à importância da C & T para o futuro de um país que pretende algum dia classificar-se entre as nações desenvolvidas.

Os cientistas — como de resto toda a população — vêm procurando aumentar sua participação no processo de desenvolvimento do país. Levar em conta este fato parece-nos a primeira postura a esperar dos eleitos no pleito de 15 de novembro. Só assim poderão ser evitados episódios como o que envolveu recentemente a questão do financiamento à C & T. Um projeto que estava sendo discutido em âmbito governamental para a reforma do sistema de apoio à pesquisa no país “vazou” através da imprensa, com grande impacto entre cientistas. Felizmente vazou, pensamos nós, pois evitou-se assim a apresentação repentina de um fato consumado, como de resto já tem ocorrido em vários setores da administração. Infelizmente, porém, esse vazamento demonstra que ainda se cogita de alterações essenciais decididas debaixo do maior sigilo. Ora, o sigilo é anacrônico, quando se vive no Brasil um processo eleitoral sem precedentes na história recente do país.

Da mesma forma que a consulta à população através das eleições é fundamental para a saúde da nação, para se construir uma ciência forte e responsável é preciso discuti-la amplamente, com os cientistas e com a sociedade, tomando as decisões como resultado desse processo democrático. É isso que esperamos de nossos futuros governantes e legisladores.

Os editores.

A O L E I T O R

Caro leitor:

Que surpresa lhe reservamos para 1983! Novas cores, novo desenho. Ousadia e vontade de aperfeiçoar o que já estava bem. Não se preocupe, porém, quanto às diretrizes editoriais, que continuam as mesmas: divulgar a ciência produzida no país e difundir dados capazes de informar a discussão de questões científicas de amplo interesse social.

Tripanossomos, anéis planetários, mendigos, Manguinhos e parques nacionais são tratados neste número, juntamente com uma lúcida e didática explicação de para que serve a pesquisa científica. Parece óbvio, mas nem sempre o óbvio encontra eco nos corredores ministeriais.

O que nos reservará 1983? Observando nossa trajetória, recém-iniciada, já percebemos que além de permanecer coerentes com nossas propostas básicas, deveremos responder a novos desafios que comecem a se apresentar para todos os amigos da ciência.

Um exemplo desses desafios é imediatamente sugerido pela questão do Parque Nacional do Araguaia. O projeto de construção de uma estrada que deverá atravessá-lo foi aprovado contrariando uma rigorosa legislação a respeito, tendo prevalecido os “motivos de força maior”. Pelo que sabemos, esses motivos não têm origem no Congresso, no legislativo estadual ou em razões científicas aceitáveis pela opinião pública nacional.

Como? Por quê? Por que Cubatão? Por que Angra? Como defender o bom senso?

Teria sido possível evitar esse estado de coisas? Acreditamos que sim. O que se constata sempre é uma gritante falta de informações detalhadas e precisas sobre os vários aspectos dessas questões, e é nesse sentido que *Ciência Hoje* vem procurando trabalhar.

Por outro lado, observa-se que as decisões costumam ser apresentadas como fatos consumados, em caráter fatal e irrecorrível. Os técnicos brasileiros, as sociedades científicas e profissionais, os parlamentares, têm apresentado repetidas propostas e soluções alternativas, sistematicamente ignoradas pelas autoridades.

Nesses últimos tempos, é evidente o aumento do descrédito que a opinião pública dedica às soluções propostas pela tecnocracia estatal para os múltiplos problemas com que se debate o país. Por exemplo, insiste-se no programa nuclear quando sobra energia e o conserto do defeito de fabricação de Angra continua sem solução clara — ainda não se sabe quem pagará mais esta conta. Ao lamentável estado em que se encontra a educação são dedicados apenas exercícios de retórica, e para a grave crise da universidade a resposta é a constituição de mais uma comissão do Conselho Federal de Educação, cujo prestígio junto à comunidade acadêmica não é lá muito elevado. E o que dizer da economia ou da saúde?

Preocupa-nos muito a possibilidade de que os descertos da tecnocracia venham a comprometer a confiança do público em nossos técnicos e cientistas. Afirmar a confiança em nossa inteligência é uma das metas com que *Ciência Hoje* se considera comprometida.

Convém lembrar, aliás, que as recentes eleições definiram novos compromissos entre a sociedade e seus governantes. Velhas e novas questões, sociais, políticas e econômicas, deverão receber novas respostas. Os legislativos e executivos estaduais, o Congresso e as associações representativas da sociedade civil terão certamente uma participação crescente e direta nas decisões que afetam os interesses mais amplos do país.

Temos certeza de que as associações científicas, as universidades, os cientistas e técnicos brasileiros têm a necessária competência e estão prontos a colaborar para que as decisões doravante tomadas sejam as mais adequadas aos interesses de toda a sociedade brasileira.

Os editores

A O L E I T O R

Caro leitor:

Um dos pontos de contato mais importantes entre a atividade científica e o resto da sociedade é o território ocupado pela educação.

Ciência Hoje trabalha na intenção de contribuir para esta integração, e no processo tem recebido algumas respostas que muito nos animam. Cartas e informações que têm chegado dão conta de que matérias por nós publicadas vêm sendo usadas para fins didáticos em instituições de ensino de vários níveis. Do segundo grau — onde servem de fontes para trabalhos de pesquisa — até o sistema de pós-graduação — no qual se convertem em tema de discussão em seminários e em ponto de partida para trabalhos específicos —, nossos artigos vêm despertando um tipo de interesse que nos entusiasma de modo particular.

E ficamos ainda mais entusiasmados ao constatar que esse tipo de repercussão não ocorre apenas nas escolas e faculdades. Muitos professores e estudantes nos têm escrito, pedindo-nos para que sirvamos de intermediários em seu contato com autores de artigos, em busca de maiores informações, orientação para estudos mais aprofundados ou troca de impressões. Este é um papel que cumprimos com a maior alegria, e vamos além: imaginamos que, a partir deste primeiro contato, o leitor — professor ou estudante — poderia convidar o autor para, por exemplo, fazer uma conferência em sua escola ou universidade. As formas de tornar viáveis atividades de difusão como essa podem ser estudadas, e aceitamos de bom grado qualquer idéia que possa contribuir nesse sentido.

É fundamental que o contato entre ciência e educação seja ampliado, e enfatizada a formação científica das novas gerações. É preciso também criar condições para que um número crescente de jovens se dedique à pesquisa científica.

A multiplicação do número de cabeças pensantes em ciência e tecnologia, bem como o aumento do contingente de brasileiros capaz de apreender sua importância e de avaliar sua necessidade, é uma condição irrecorrível para nosso desenvolvimento cultural e social. As estatísticas que conhecemos são claras: para só citar países europeus, o número de pesquisadores em tempo integral atinge 79.000 na Inglaterra, 69.000 na França e 112.000 na Alemanha. Como só contamos com cerca de 15.000 pesquisadores, necessitamos quintuplicar esse número para pelo menos igualar aqueles países. E isso sem considerar que na verdade precisamos ultrapassá-los para atingir seus níveis de desenvolvimento a médio prazo.

Se lembrarmos que a formação adequada de um pesquisador leva pelo menos dez anos, pode-se ter uma idéia da tarefa que temos pela frente. E queremos frisar que, da forma como concebemos, a formação de um cientista não consiste apenas na preparação de um técnico bem informado, capaz de lidar com o instrumental de laboratório e desenvolver um campo de pesquisa específico. O conjunto de artigos que publicamos neste número sobre desnutrição ilustra como os grandes problemas de países como o nosso exigem abordagens multidisciplinares. Além disso, trata-se de um exemplo de questão com profundas raízes sociais, para cuja solução podem contribuir melhor os cientistas se tiverem formação abrangente e diversificada.

Precisamos então de mais indivíduos engajados na pesquisa não apenas criadora mas também marcada por uma visão crítica e generosa dos impasses que afetam as coletividades de que fazem parte. É com esta intenção que *Ciência Hoje* pretende continuar a perseguir, em todas as direções possíveis, seu objetivo de divulgar o trabalho científico e promover ao máximo o interesse pela ciência.

Os editores

A O L E I T O R



Caro leitor:

No início de julho, reuniram-se na Amazônia os cientistas brasileiros. Era a 35.ª Reunião Anual da SBPC, realizada este ano em Belém do Pará.

Por que Belém, desta vez? A escolha é duplamente significativa. Primeiro, reflete o compromisso que a SBPC mantém de levar periodicamente a todos os locais do país as realizações, as teses, os debates e as dúvidas da ciência brasileira. É preciso persistir na luta contra as desigualdades no desenvolvimento cultural e científico das diversas regiões do país (para não falar das demais desigualdades). Por um lado, levar a reunião anual da SBPC ao Norte significa contribuir — ainda que modestamente — para o desenvolvimento científico da região. Por outro lado, significa também um esforço para absorver a cultura amazônica, tão pouco conhecida pelos brasileiros. Para dar um exemplo neste sentido, basta citar o sistema de classificação das abelhas desenvolvido pelos índios Kayapó, em bases morfológicas e de habitat (ver “Tome ciência”, em *Ciência Hoje* n.º 6).

Em segundo lugar, ir a Belém é ir a Amazônia, coberta em grande parte por floresta tropical, cortada por rios caudalosos, sede de obras gigantescas e projetos agropecuários de proporções espantosas, da Zona Franca de Manaus, de grupos indígenas cujos costumes não conhecemos perfeitamente. Com a SBPC na Amazônia, muitas questões importantes são discutidas *in loco*: O desmatamento de extensas áreas de floresta por interesses do capital, muitas vezes de empresas multinacionais descomprometidas com a nação e a população do Brasil, é estudado com base em fotografias fornecidas por satélites artificiais. Cientistas, políticos, sociólogos, antropólogos e outros especialistas discutem o avanço desordenado das frentes pioneiras e o impacto que produzem sobre as terras, a cultura e a vida dos habitantes da região. E entram na pauta de discussão outros temas: a biologia de animais amazônicos, alguns ameaçados de extinção em virtude da caça predatória, como o peixe-boi, e as perspectivas de alterações climáticas em decorrência do desmatamento. E ainda outros: o que fazem as expedições científicas na Amazônia? Como anda o Projeto Grande Carajás nestes tempos de crise? Qual a imagem que o povo tem da floresta amazônica? Como (sobre)vivem os camponeses da região?

Não há dúvida. A Amazônia está em questão, daqui por diante. E a SBPC terá contribuído para fertilizar o debate — que esperamos seja o mais amplo possível — com idéias, críticas, sugestões e achados, alguns dos quais podem hoje parecer menos importantes mas, como costuma ocorrer com a ciência, revelar-se cruciais para o progresso dentro de algum tempo.

Os editores

A O L E I T O R

Caro leitor:

Todos aqueles que estão atentos a índices e estatísticas — seja por dever de profissão, seja para conhecer o mundo em que vivem — sabem que estes índices devem ser mantidos a salvo de manipulações e influências que possam comprometer sua objetividade.

Um dos grandes traumas que as estatísticas econômicas nacionais sofreram na última década — e que é sempre lembrado — ocorreu em 1973, quando o índice anunciado de inflação foi de 13%, tendo-se constatado algum tempo depois que fora na verdade de 26%, ou seja, duas vezes maior.

A instituição responsável pelo cálculo deste índice era, e ainda é, a Fundação Getúlio Vargas, e foi preciso que tomássemos conhecimento de relatórios do Banco Mundial, sediado nos Estados Unidos, para que ficasse patente a falsificação.

Depois deste lamentável incidente, que, além da credibilidade das estatísticas, afetou seriamente os salários de todos os que trabalham no país, passou-se a dedicar maior atenção a índices e estatísticas divulgados por órgãos do governo, especialmente a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esta instituição é responsável pelo Sistema Estatístico Nacional, que foi reconhecidamente aperfeiçoado na década de 1970, conseguindo conservar naqueles anos sua credibilidade junto à sociedade e à comunidade científica.

Ocorrem agora, porém, alguns fatos extremamente graves: o novo cálculo do INPC, bem como o cálculo do PIB de 1981 divulgado recentemente pelo IBGE, não são acompanhados de justificativas convincentes (ver “É bom saber”, em *Ciência Hoje* n.º 6 e neste número).

Técnicos do IBGE que trabalham no setor, apoiados por associações profissionais como o Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (IERJ), têm afirmado claramente que há, nesses cálculos, suspeita de manipulação, uma vez que as conclusões dos processamentos e relatórios por eles preparados não coincidem com as conclusões divulgadas pela presidência da instituição.

Estas denúncias têm como base o fato de que, dos valores calculados para o PIB de 1981 — primeiro ano em que este apresentou crescimento negativo —, o presidente do IBGE tenha divulgado apenas o que representava uma queda menor; justamente o número criticado pelos técnicos, que apontam sérias falhas no seu cálculo, assim como, alguns meses atrás, criticaram a alteração da fórmula de cálculo do INPC. Nas duas ocasiões, as críticas formuladas obtiveram uma única resposta: a demissão sumária dos técnicos que as apresentaram.

A falta de explicações convincentes e as demissões arbitrárias de técnicos que trabalhavam no IBGE há muitos anos comprometem seriamente a confiabilidade do próprio Sistema Estatístico Nacional. Isto assume uma feição particularmente grave e sombria se considerarmos que é através de dados primários recolhidos e elaborados por este sistema que podemos estudar e analisar a realidade social e econômica em que vivemos.

Quais são as razões desses descaminhos? Não é difícil localizá-las no caráter fechado do IBGE e no recorrente desrespeito de nossos governantes ao direito fundamental de acesso à informação, seja ela de interesse geral ou de interesse específico para a pesquisa científica.

Estas advertências vêm sendo feitas e repetidas pela SBPC e por outras associações científicas e entidades de pesquisa que utilizam dados do IBGE. Manifestou-se também — muitas vezes, e inutilmente — o interesse em participar diretamente das discussões preparatórias dos projetos de levantamento de dados estatísticos, bem como da metodologia empregada em seu processamento.

Por que, por exemplo, os dados primários coletados pelo IBGE não são liberados para todas as instituições competentes, permitindo-se que sejam submetidos a processamentos independentes?

Esta seria a forma mais direta e inequívoca de dissipar qualquer dúvida quanto à confiabilidade dos resultados que aquele órgão costuma divulgar. Os dados primários, os resultados processados e, sobretudo, a metodologia empregada, devem ser tornados públicos. Já é tempo que se adote entre nós esta prática, comum em toda sociedade democrática.

Que índices e estatísticas fundamentais estejam sob suspeita de manipulação configura um fato de extrema gravidade. A clareza e a credibilidade devem ser restituídas ao Sistema Estatístico Nacional, e a SBPC toma posição ao lado daqueles que exigem estrita correção no trato de assunto de tamanha importância para o país.

Os editores

A O L E I T O R

Caro leitor,

A crise que o país vem enfrentando há alguns anos lembra a figura multiplicada do deus Jano: na verdade, porém, não tem duas, mas muitas faces. Se fosse apenas como o deus romano, teria de um lado a face econômico-financeira e, de outro, a face política. No entanto, suas múltiplas faces podem ser vislumbradas, como por exemplo a face social, correspondente ao desemprego e à fome, aos saques e acampamentos, com todos os dramas implícitos. Outras faces podem ainda ser percebidas, mas existe uma que deve ser desde já desvendada.

Trata-se da face da crise que atinge o campo do saber. Talvez seja menos perceptível, correspondendo mesmo à face oculta da crise, ou ao menos à sua face ocultada. No entanto, são diversos os aspectos dessa face da crise que podem ser trazidos à luz. Um deles decorre da recente determinação do monopólio da remessa de dólares para o exterior, sejam quais forem seus objetivos, comerciais ou não, e segundo critérios que não são explicitados. Em decorrência dessa medida burocrática, as universidades, os institutos de pesquisa e os cientistas em geral não podem renovar suas assinaturas de revistas nem fazer encomendas de livros no exterior.

Edo conhecimento de todos que as universidades e os institutos de pesquisa, além das agências financiadoras da pesquisa científica, tiveram suas dotações orçamentárias reduzidas — entre elas, as verbas destinadas à aquisição de livros e revistas, reduzidas a limites incomparáveis com o acompanhamento da produção científica internacional.

Numerosas atividades universitárias estão em vias de paralisação, como os programas de pesquisa e os serviços de atendimento à comunidade através dos hospitais universitários, por exemplo. As verbas já eram insuficientes por ocasião das dotações iniciais, e as perspectivas de suplementação foram reduzidas a zero. O reitor da Universidade Federal de Minas Gerais traçou um panorama sombrio da situação em conferência pronunciada durante a 35.ª Reunião Anual da SBPC, em Belém: o orçamento de 1983 foi elaborado levando em conta um aumento de 70%, segundo a taxa de inflação pré-fixada, mas os produtos essenciais adquiridos pelas universidades apresentam níveis de aumento da ordem de 200 a 300 por cento. A solução burocraticamente proposta é cortar as compras, deixar de prestar os serviços e interromper o desenvolvimento dos projetos.

As dotações para as bibliotecas universitárias sofrem um abalo especialmente forte, e foram comprimidas a um nível ínfimo, que mal permite a aquisição de poucos livros editados no país, não se pode adquirir nas livrarias nacionais livros editados no exterior. Enquanto isso, as importações foram bloqueadas, mesmo se puderem ser cobertas pelos escassos recursos disponíveis. Oficialmente, a resolução do Banco Central que regulamenta a matéria inclui na escala de prioridades para pagamento no exterior as importações de equipamentos, aparelhos e instrumentos autorizadas pelo CNPq, além de livros, jornais e periódicos. Na prática, porém, essas disposições não são atendidas, nem num caso, nem em outro.

A questão se agrava ainda mais no caso das revistas estrangeiras, cujas assinaturas devem ser renovadas a cada ano, inúmeras coleções de periódicos de todos os campos do conhecimento estão condenadas a ficar incompletas. No futuro, quando se pretender recompor essas coleções, os números que faltarem não estarão mais disponíveis, pois as edições são limitadas. Será preciso recorrer a cópias, microfichas e microfílm, cujo custo e manuseio trarão problemas suplementares. Será de crucial importância renovar essas assinaturas ainda no decorrer deste ano, o que está praticamente vedado às instituições e indivíduos interessados.

Desse modo, nossos professores, cientistas e pesquisadores não poderão conhecer os resultados dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados nos principais centros do exterior, ao contrário do que fez Dom João VI, os portos (e aeroportos) do Brasil acabam de ser fechados à entrada do saber que está sendo produzido no resto do planeta. E como será possível superar a crise se ninguém estiver dedicado a desenvolver o conhecimento científico e tecnológico no país? Nenhuma nação pode se dar ao luxo de se fechar ao conhecimento produtivo a nível internacional. Ficamos encucalados na condição de vítimas da crise, já que também não podemos superá-la pelo caminho do desenvolvimento do saber nacional, as bolsas de pesquisa foram igualmente podadas pela crise, tendo sido reajustadas abaixo da inflação. No quadro dos indicadores nacionais, o equivalente ao PIB do conhecimento científico terá crescimento zero, se não negativo, em decorrência de uma política econômico-financeira que, no mínimo, pode ser qualificada de obscurantista.

Cabe perguntar aos responsáveis por essa política: teremos que decretar também a moratória do saber científico?

Os editores

CIÊNCIA HOJE
AO LEITOR

Caro leitor:

A exemplo de outras entidades, organizações, associações e sociedades de classe, a SBPC resolveu tomar posição em favor do restabelecimento imediato das eleições diretas para a presidência da República. Ao fazê-lo, não abdica de sua postura de intransigente afastamento de toda e qualquer atividade político-partidária, e nem supõe que esta mudança possa vir a resolver, num passe de mágica, os graves problemas por que o país vem passando. Todavia, ingressa na luta pelas diretas cônica de seu significado enquanto manifestação de reencontro da nação consigo mesma.

O desenvolvimento da ciência no Brasil está hoje seriamente ameaçado por questões de natureza econômica e financeira. No entanto, a SBPC bem sabe que o fundo desses problemas é outro, e que mesmo a abundância de recursos — caso existisse — não seria por si só garantia de boa ciência. A escassez de recursos para as atividades científicas é apenas mais um dos frutos de uma política em que o autoritarismo e a falta de apoio efetivo por parte da sociedade levaram a um afastamento da realidade mal encoberto pela arrogância tecnocrática.

Não faltaram advertências da comunidade científica quanto aos equívocos da política do governo — como foi o caso, notoriamente, do malogrado e dispendioso programa nuclear. Mas os cientistas, como outros segmentos sociais, não foram ouvidos; nem quando defendiam seus legítimos interesses e nem, muito menos, quando buscavam resguardar os interesses nacionais em matéria de sua competência específica. E não se pode dizer que isso seja coisa do passado, já que neste momento vem sendo negociado um empréstimo junto ao Banco Mundial para a área de ciência e tecnologia que é tratado como mais uma injeção de dólares, sem que suas finalidades precípuas, sua oportunidade, os critérios de sua aplicação e seus efeitos reais sobre o desenvolvimento global da ciência e da tecnologia no país sejam adequadamente discutidos com a comunidade científica.

Urge buscar as bases para a legitimação do processo político. Urge procurar um sentido maior que reúna a nação na construção de uma sociedade em que todos se sintam participando e colaborando em algo que os transcenda. Sem esse espírito, os esforços se perdem e ganham primazia os interesses menores. E vai-se resvalando, a ponto de o país correr o risco de se ver reduzido a butim disputado por grupos organizados de aventureiros.

As ameaças não faltam. Ainda agora, na área de ciência e tecnologia, recrudescem os esforços para solapar a informática nacional, laboriosamente construída com base em um esforço sem o qual jamais escaparemos das malhas da dependência nos setores de ponta que comandarão o desenvolvimento científico e tecnológico mundial nas próximas décadas.

O sentido real da representação política e da participação da nação na construção de seu destino precisa ser restabelecido. E a eleição direta do próximo presidente da República — nas nossas circunstâncias e para além de argumentos cuja insinceridade é transparente — é um passo fundamental nessa trajetória. As sociedades científicas da área das ciências sociais sintetizaram muito bem o pensamento da comunidade científica. Publicando seu documento, bem como outras matérias pertinentes, *Ciência Hoje* solidariza-se, também, com um movimento cuja grandeza e significado redimem o país e anunciam ventos que só podemos aguardar com ansiosa esperança.

Os editores

AO LEITOR

Caro Leitor:

Os 50 anos da Universidade de São Paulo (USP) que comemoramos este ano, representam, também, 50 anos da universidade brasileira. A história de uma confunde-se com a da outra. A SBPC e *Ciência Hoje* participam dessa comemoração dedicando-lhe a 36.^a Reunião Anual e este número da revista.

Qualquer comemoração, no entanto, seria imprópria se ao lembrar estes 50 anos da USP não buscássemos — nas suas vitórias e nas suas derrotas — ensinamentos e inspiração para enfrentarmos o dramático momento pelo qual passa a universidade brasileira.

A USP introduziu no nosso sistema de ensino superior o vínculo entre pesquisa e ensino, a dedicação plena de docentes e pesquisadores. Liderou batalhas importantes a favor do ensino público gratuito, da autonomia universitária e da constituição de um espaço livre onde pudesse florescer o pensamento crítico e criativo a respeito da nossa realidade e do papel da ciência e da cultura.

Todavia, todos esses movimentos encontraram, sempre, grande resistência. E a USP conheceu, também, as suas derrotas. Em 1969, a luta contra a universidade materializou-se não só por expurgos e cassações, mas até pela violência física. O incêndio da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Rua Maria Antônia é hoje um símbolo que diz respeito a *toda* a universidade brasileira e às ameaças, diretas e indiretas, que pairam sobre ela.

Hoje, não são queimados livros de álgebra “malditos” mas em qualquer universidade as bibliotecas não têm recursos nem para renovar assinaturas de revistas, ou garantir condições mínimas para a manutenção das instalações. Os laboratórios de pesquisa que, a exemplo da USP, foram penosamente montados, param por falta do mais elementar material de reposição e de consumo. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que deveria complementar as verbas para pesquisa, reduz-se hoje a 1/3 do que era há três anos atrás. Os salários dos professores, sistematicamente sub-reajustados, são hoje insuficientes para manter a dedicação integral dos docentes, o que provoca o seu afastamento. É um novo tipo de cassação. Salarial. Em sucessivas oportunidades, a tecnoburocracia brasiliense vem propondo soluções que desvinculam o Estado de qualquer compromisso financeiro capaz de garantir a sobrevivência da universidade e, ainda menos, a sua natural expansão.

É falacioso propalar-se que os docentes e pesquisadores são conservadores e resistem a mudanças quando o seu movimento é, hoje, o grande mobilizador das transformações da universidade na direção dos interesses nacionais. Como também é desonesto desconhecer-se o trabalho que vem sendo feito, apesar de todas as dificuldades, e do qual *Ciência Hoje* nada mais é do que um resultado, na medida em que busca ser o seu canal de divulgação.

A greve dos docentes e funcionários das universidades federais foi deflagrada como último recurso diante da gravidade da situação. É uma greve a favor da universidade e de sua sobrevivência como patrimônio do povo brasileiro. É uma greve, também, a favor da democracia, pela aplicação de emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional que garante percentagem mínima da receita federal (13%) para o ensino, o que vem sendo total e impunemente ignorado. Essa crise hoje atinge igualmente os Institutos de Pesquisa, até os diretamente vinculados ao CNPq.

Estamos diante de uma tentativa extremamente ousada de desmantelamento da universidade. Não se trata apenas de falta de recursos. A participação do ensino e da pesquisa nos orçamentos governamentais vem caindo drasticamente (ver “Opinião” deste n.º).

Diante disso, é preciso definir nossos compromissos. Pelo que representam não só para a atual geração de brasileiros, mas também para o futuro. Para que o incêndio de 1969 não irrompa, hoje, em proporções infinitamente maiores. A história da USP constitui para todos, neste momento, uma referência fundamental. É isto que comemoramos.

Ciência Hoje
AO LEITOR

Caro Leitor:

O progresso tecnológico é fator essencial no desenvolvimento econômico das nações industrializadas e parte integrante do processo que resulta em uma crescente participação da sociedade na distribuição de bens e serviços.

As chamadas “altas tecnologias” modernas — representadas principalmente pela microeletrônica, a engenharia genética, a biotecnologia e as tecnologias do raio *laser* e da física nuclear — se originaram nos laboratórios de investigação científica, dedicados ao estudo dos aspectos mais fundamentais da natureza. Cabe, entretanto, à tecnologia de projeto transformar as descobertas científicas em protótipos, os quais são finalmente adaptados à tecnologia de produção industrial.

Não nos iludamos: é na capacidade de projetar — e não na produção em si — que se mede o grau de autonomia tecnológica, calcanhar-de-aquiles dos países em vias de desenvolvimento. A estratégia industrial das empresas multinacionais reserva a estes países o mero papel de montadores de equipamentos, conhecidos pelo sugestivo nome de “caixas-pretas” devido ao mistério que envolve, para nós, o seu detalhamento interno, o seu projeto.

Não se pense que exageramos. O *IBM Journal of Research and Development*, 1974-1984 informa, por exemplo, que esta empresa, detentora da liderança mundial do mercado de computadores, registrou nos últimos dez anos 5082 patentes, assim distribuídas: 4606 nos Estados Unidos, 216 na Alemanha Ocidental, 108 na Inglaterra, 107 na França, 25 na Suíça, nove no Canadá, sete na Suécia e quatro na Holanda. Vemos, pois, que o país-sede contribuiu com 91% das patentes e as 9% restantes advieram de nações adiantadas em ciência e tecnologia, sedes, elas mesmas, de outras multinacionais importantes. Note-se que provavelmente a IBM é um exemplo extremo de diversificação geográfica no tocante à geração de tecnologia. É de se supor que a maioria das multinacionais tenha a totalidade de suas patentes registradas nos respectivos países de origem.

Onde se encontra então a famosa transferência de tecnologia? Trata-se de uma questão patética, que conduz a uma conclusão indiscutível: a ausência de participação no projeto, a simples montagem de “caixas-pretas”, resulta em gradativo aumento do hiato tecnológico existente entre os países industrializados e os do Terceiro Mundo.

A Política Nacional de Informática (PNI), formulada em 1976 graças à influência de setores da nossa comunidade científica e ao senso de oportunidade de seus formuladores, pretende contribuir para romper esse círculo vicioso. O ano de sua criação é bastante sugestivo, pois o lançamento comercial do primeiro microcomputador — fato que entrará para a história como o início de uma nova revolução industrial — ocorreu em 1975. Menos-prezado pelas grandes corporações produtoras de computadores de maior porte, esse produto explodiu no mercado exclusivamente através de microempresas (ver “A micro-revolução”

neste número de *Ciência Hoje*), e só recentemente despertou o interesse das multinacionais. Assim, a reserva de mercado estabelecida em 1976 e hoje questionada anteviu, de um lado, a potencialidade dos mini e microcomputadores, e não contou, de outro, com a resistência ostensiva das multinacionais. A mudança de posição destas empresas explica grande parte da polêmica atual.

A reserva de mercado na fabricação de mini e microcomputadores foi decisiva para a implantação de um parque industrial genuinamente brasileiro que, detendo hoje 46% do volume global de faturamento do setor, possui um nível de emprego 110% maior do que o das multinacionais de informática aqui instaladas. Mas não é só. As empresas nacionais utilizam 1750% a mais de profissionais de nível superior em atividades de desenvolvimento de novos produtos (ver “A Política Nacional de Informática”, em *Ciência Hoje* n.º 9), o que demonstra que a decisão de fortalecer um ou outro tipo de empresa não é indiferente para o nosso desenvolvimento. Os computadores projetados — e não apenas montados — por empresas nacionais autênticas empregam mão-de-obra proveniente dos diversos programas de graduação e pós-graduação existentes em ciência e engenharia de computação, o que configura uma diferença básica em relação a outros setores que se desenvolveram através do ingresso do capital estrangeiro: quais são, por exemplo, os cursos de engenharia de automóveis implantados no Brasil como subproduto de uma indústria já velha de quase 30 anos?

A PNI já obteve êxitos notáveis. A idéia de que, baseados num caminho mais autônomo de desenvolvimento, estaremos condenados ao atraso tecnológico já se mostrou completamente falsa. Ao contrário, a história recente da informática nacional mostra que a existência de uma política clara e continuada dá resultados. Não estamos discutindo sobre hipóteses, mas sobre fatos. Os que se escandalizam com a reserva de mercado devem saber que não estamos sozinhos na sua adoção. Ela foi e continua sendo aplicada pelos países desenvolvidos sob as mais variadas formas e disfarces, não só nas fases de implantação e consolidação de suas indústrias, mas também para protegê-las nos períodos de crise, como mostra a atual política norte-americana em relação ao aço. Estranhamente, só no Terceiro Mundo proliferam vezes — em geral associadas ao capital estrangeiro — que desconhecem esta realidade e, como o Cândido de Voltaire, insistem na existência do melhor dos mundos: o do mercado livre, concorrencial e sem barreiras.

O Brasil caminha segura e indubitavelmente para uma autonomia plena de projeto e produção industrial na microinformática, segmento que é a própria gênese da nova revolução industrial. Preservar este patrimônio e garantir que ele permaneça nas mãos do que há de mais representativo da sociedade brasileira são obrigações do Congresso Nacional.

Os Editores

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)